



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

ANTONIO SEVERINO FELIX NETO

**“BELO É O RECIFE PEGANDO FOGO”:**  
O COMÉRCIO DE RUA COMO ATRIBUTO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE SÃO  
JOSÉ

**Recife**

**2022**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**

**CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO**

**ARQUITETURA E URBANISMO**

**ANTONIO SEVERINO FELIX NETO**

**“BELO É O RECIFE PEGANDO FOGO”:**

**O COMÉRCIO DE RUA COMO ATRIBUTO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE SÃO JOSÉ**

TCC apresentado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

**Orientadora** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Norma Lacerda.

**Recife**

**2022**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Felix Neto, Antonio Severino .

"Belo é o Recife pegando fogo": o comércio de rua como atributo do  
patrimônio cultural de São José / Antonio Severino Felix Neto. - Recife, 2022.  
177 : il., tab.

Orientador(a): Norma Lacerda Gonçalves

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de  
Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Arquitetura e Urbanismo -  
Bacharelado, 2022.

1. Comércio de rua. 2. Patrimônio Cultural. 3. Competição de usos. 4. Bairro  
de São José. I. Gonçalves, Norma Lacerda. (Orientação). II. Título.

720 CDD (22.ed.)

ANTONIO SEVERINO FELIX NETO

**“BELO É O RECIFE PEGANDO FOGO”:**

O COMÉRCIO DE RUA COMO ATRIBUTO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE SÃO JOSÉ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovado em: 14/10/2022

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Norma Lacerda Gonçalves (Orientadora)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Profa. Dra. Renata Campello Cabral (Examinadora Interna)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dr. Tomás de Albuquerque Lapa (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Dra. Maria do Socorro Pedrosa de Araújo (Examinadora Externa)

## AGRADECIMENTOS

Ao universo, em suas infinitas manifestações divinas.

À minha mãe, *Rejane*, cuja força e coragem são minha maior fonte de inspiração. Amplio meus agradecimentos aos meus familiares e, em especial, às minhas tias *Ana Paula* e *Maria*, por todo apoio e suporte neste caminho.

À *Norma Lacerda*, minha orientadora, agradeço por compartilhar comigo sua grandiosidade. Agradeço, acima de tudo, por tantas vezes em que se fez pequena para me guiar nestes primeiros passos de minha vida acadêmica, sempre me ouvindo e acolhendo como seu igual. Agradeço por ser fonte de inspiração como pessoa, arquiteta, urbanista e professora. Agradeço por cada oportunidade e por todos os votos de confiança que me foram dados nestes últimos cinco anos. Agradeço por todas as trocas e aprendizados que pude receber como seu aluno, monitor da disciplina de Planejamento Urbano e Regional 1 e como orientando do programa de Iniciação Científica. Agradeço, ainda, por seu auxílio na construção do presente texto.

A *Lucas Mendes*, *Malu Mariz*, e *Matheus Henrique* por dividirem comigo as mais incríveis memórias que pude construir durante minha graduação e por transformarem tudo o que vivi nestes anos em felicidade. Agradeço à *Paula Miron*, por todos os momentos felizes compartilhados na reta final de minha graduação. Agradeço à *Thais Santos*, por sempre ter sido luz, por todas as trocas, apoio e amparo. Agradeço à *Amanda Gonçalves*, a irmã que escolhi, por todos os momentos divertidos, companheirismo e, especialmente, por estar comigo em todas as visitas ao bairro de São José no último ano. E aos meus amigos que não foram citados aqui, mas que, de igual maneira, trouxeram luz para a minha vida.

A cada um dos membros do Grupo de Estudos sobre o Mercado Fundiário e Imobiliário da UFPE, o Gemfi, que foram fonte de inspiração durante toda a minha graduação em Arquitetura e Urbanismo, especialmente a *Antonio Lacerda* e *Alana Almeida*, pelo acolhimento.

À Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural do Recife – DPPC e à Gerência Geral do Comércio Popular do Recife, por todas as trocas, encontros, conversas, parceria e, acima de tudo, pela confiança depositada nos meus estudos.

À Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco pelo apoio financeiro concedido por meio de três bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – Pibic.

Aos que contribuíram na construção deste estudo disponibilizando imagens e textos, em especial, a *Alana Baz*, *Alisson Henning*, *Larissa Menezes*, *Lyzandra Felizardo* e ao Memorial Denis Bernardis - UFPE.

À feira de Goiana por ter sido casa, *playground* e escola para mim. Ao *vucovuco* de São José, onde pude me reencontrar em Recife.

A todos que fizeram parte de minha vida até aqui.

“Algumas caixas, uma prancha, uma cesta, não mais que as duas mãos: isso é suficiente para improvisar um vendedor” (SANTOS, 1979, p. 218).

## RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como tema central o reconhecimento das dinâmicas do comércio de rua enquanto atributo do patrimônio cultural do bairro de São José, mais especificamente da região de comércio popular desse bairro, conhecida como *vuco-vuco*. A problemática que norteia este estudo é a notável expansão do setor de lazer e turismo, vivenciada por essa porção territorial, que têm colocado em risco os usos tradicionalmente desenvolvidos nesse lugar, como é o caso do comércio popular. No percurso metodológico para a construção do reconhecimento patrimonial, se fez necessário o levantamento de dados que caracterizassem as dinâmicas do comércio de rua no Centro Histórico do Recife (CHR). A sistematização de tais dados permitiu a compreensão sobre os aspectos socioeconômicos, legais e históricos, bem como as formas de apropriação do espaço de São José pelo comércio de rua. Essas informações foram obtidas a partir de extensa revisão bibliográfica, cartográfica, iconográfica e por meio de levantamentos feitos em campo. A partir da análise dos dados, foi possível identificar que o *vuco-vuco* é um dos elementos formadores da identidade urbana do supracitado bairro, estando essa dinâmica relacionada à ativação da memória de grupos sociais. O comércio de rua, por sua vez, é um atributo que compõe este lugar de memória, sendo detentor de aspectos culturais adquiridos em processos históricos, que se expressam, sobretudo, por meio de suas formas de apropriação do espaço. Isto posto, foi possível concluir que o comércio de rua adquiriu, no bairro de São José, significância cultural. Assim, por se tratar de uma dinâmica cujos principais atores formadores se inserem em grupos sociais menos privilegiados, propõe-se ações de propagação e divulgação de sua dimensão cultural para a promoção da salvaguarda dessas práticas, frente ao referenciado processo de competição de usos.

**Palavras-chave:** Comércio de rua. Patrimônio Cultural. Competição de usos. Bairro de São José.

## **ABSTRACT**

The present Course Conclusion Work has as its central theme the recognition of street commerce dynamics as cultural heritage attributes of the neighborhood of São José, more specifically, of the popular commerce region of this neighborhood known as 'vuco-vuco'. The problem that guides this study is the remarkable expansion of the leisure and tourism sector experienced by this territorial portion which, as is the case with popular commerce, has put this location's traditionally developed uses at risk. In the methodological procedure for the construction of heritage recognition it was necessary to collect data that characterized the dynamics of street commerce in the Historic Center of Recife (CHR). The systematization of such data allowed the comprehension of socioeconomic, legal and historical aspects, as well as the forms of appropriation of the São José space by street commerce. Such information was obtained from an extensive bibliographic, cartographic and iconographic review, and through field surveys. From the data analysis, it was possible to identify that the 'vuco-vuco' is one of the formative elements of the urban identity which shapes the aforementioned neighborhood, and that this dynamic is related to the activation of the memory of social groups. Street commerce, in turn, is an attribute that makes up a place of memory, holding cultural aspects acquired as part of historical processes, and which are expressed, above all, through its forms of space appropriation. That said, it was concluded that the street commerce acquired cultural significance in the São José neighborhood. Thus, and as street commerce is a dynamic formed within socially marginalized groups, actions are proposed to propagate and disseminate its cultural dimensions and promote the safeguarding of such practices, in view of the processes related to competition of use.

**Keywords:** Street trade. Cultural heritage. Use competition. São José neighborhood.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – RPA 1 e os bairros de Santo Antonio e São José (2022).....	16
Figura 2 - As ruas do <i>vuco-vuco</i> (2022) .....	17
Figura 3 - O recorte de estudos (2022) .....	18
Figura 4 - Centro Histórico do Recife (2022).....	19
Figura 5 - Submercados imobiliários no CHR (2020).....	20
Figura 6 - Ocupação do Recife (1630) .....	43
Figura 7 - Perspectiva do Recife (1630).....	43
Figura 8 - Ocupação do Recife (1648) .....	44
Figura 9 - Perspectiva do Recife em (1759).....	46
Figura 10 - Ocupação do Recife (1736) .....	46
Figura 11 - Pátio do Livramento (1878).....	47
Figura 12 - Pátio do Terço (1878) .....	47
Figura 13 - Pátio da Penha (1800) .....	48
Figura 14 - Ocupação do Recife (1776) .....	49
Figura 15 - Ocupação do Recife (1868) .....	49
Figura 16 - Ocupação do Recife (1906) .....	51
Figura 17 - Tipologia da Rua das Calçadas (1880) .....	52
Figura 18 - Tipologia da Rua das Calçadas (1885) .....	52
Figura 19 - Ocupação da Ilha de Antônio Vaz (1951) .....	54
Figura 20 - Altura definida para o plano de gabaritos (1965) .....	56
Figura 21 - Projeto de abertura das Avenidas Dantas Barreto e Nossa Senhora do Carmo, em amarelo (1971 – 1975) .....	57
Figura 22 - Demolições para abertura da Av. Dantas Barreto (1970) .....	58
Figura 23 - Demolições para abertura da Av. Dantas Barreto (1970) .....	58
Figura 24 - Projeto para desvio da Av. Dantas Barreto (1970).....	59
Figura 25 - Igreja dos Martírios (1973).....	59
Figura 26 - Bairros de Santo Antônio e São José (1974).....	60
Figura 27 - Polígono do PPSH (1978).....	60
Figura 28 - Mercado de São José (2022).....	62
Figura 29 - Datação da Malha viária de São José (2020) .....	62
Figura 30 - Rua Padre Floriano (1940).....	65
Figura 31 - Rua do Fogo (1958).....	65

Figura 32 - Pátio do livramento (1890).....	67
Figura 33 - Mapa da linha ferroviária do (1914 - 1960).....	67
Figura 34 - Jornal Diario de Pernambuco (1972, edição 00249).....	70
Figura 35 - Jornal Diario de Pernambuco (1972, edição 00249).....	70
Figura 36 - Jornal Diario de Pernambuco (1996, edição 00032).....	71
Figura 37, 38, 39 e 40 - Paisagens do Recife (entre 1863 e 1865).....	74
Figura 41 - Vendedor de caldo de cana do Recife (1905).....	76
Figura 42 - Vendedor de urupemas do Recife (1905).....	76
Figura 43 - Largo da Penha (1863-1865).....	78
Figura 44 - Mercado de São José (1903).....	79
Figura 45 - Entorno do mercado de São José (1941).....	80
Figura 46 - Comerciante de rua no Recife (1940).....	80
Figura 47 - Comerciantes de rua no Recife (1940).....	80
Figuras 48, 49, 50 e 51: “O mercado, sua praça e a cultura popular do Nordeste” (1977) .....	81
Figura 52 e 53 - Jornal Diario de Pernambuco (1984, edição 00116).....	82
Figura 54 - O Mascate na Av. Dantas Barreto (sem data).....	82
Figura 55 - Calçadão dos Mascates (1995).....	82
Figura 56 - Pátio do Livramento (1980).....	83
Figura 57 - Pátio do Carmo (1990).....	83
Figura 58 - Ambulantes tomam conta do canteiro central da Av. Dantas Barreto (1980) .....	83
Figura 60 - Mercado das Flores (março de 2020).....	86
Figura 61 - Mercado das Flores (setembro de 2021).....	86
Figura 62 – Utilização dos módulos do mercado das Flores (2020).....	86
Figura 63 - Conservação dos módulos do mercado das Flores (2020).....	86
Figura 64 - Shopping Popular de Santa Rita (2013).....	86
Figura 65 - Shopping Popular de Santa Rita (2021).....	86
Figura 66 - Mapa de Usos (2022).....	89
Figura 67 - Rua Frei Henrique (2020).....	90
Figura 68 – Rua do Nogueira (2022).....	90
Figura 69 - Estacionamentos de carroças na Travessa da Indústria (2019).....	90
Figura 70 - Estacionamentos do Pátio do Terço (2022).....	90
Figura 71 - Estacionamentos do Pátio do Terço (2022).....	90

Figura 72 - Ruas de comércio especializado em São José (2022) .....	91
Figura 73 - Mapa de síntese dos padrões de ocupação (2022) .....	92
Figura 74 – Rua das Calçadas (2022).....	93
Figura 75 – Pátio do Livramento (2022) .....	93
Figura 76 – Pátio de São Pedro (2022).....	93
Figura 77 – Pátio do Terço (2022).....	93
Figura 78 - Mapa de cheios e vazios (2022) .....	94
Figura 79 – Praça Dom Vital (2022) .....	94
Figura 80 – Praça da Restauração (2022) .....	94
Figura 81 – Mapa de preservação dos imóveis (2017) .....	97
Figura 82 - Mapa Conservação dos imóveis (2017).....	98
Figura 83: Mapa de conservação das calçadas (2022).....	99
Figura 84 – Rua das águas Verdes (2020) .....	100
Figura 85 - Travessa do Mercado (2021) .....	100
Figura 86 - Calçadas do Mercado (2022).....	100
Figura 87 – Calçadas do entorno do Mercado de São José (2022) .....	100
Figura 88 - Larguras das vias (2020) .....	101
Figura 89 – Rua das Calçadas (2022).....	101
Figura 90 - Rua Tobias Barreto (2020).....	101
Figura 91 - Rua da Praia, nas imediações do Mercado de São José (2022) .....	102
Figura 92 – Pátio de São José do Ribamar (2022) .....	102
Figura 93 - Rua das Calçadas (2020) .....	102
Figura 94 - Rede de transporte público em São José (2022).....	103
Figura 95 - Mapa axial de integração global do Centro Expandido do Recife (2022) .....	104
Figura 96 - Quiosque em São José (2021) .....	106
Figura 97 - Fiteiro em São José (2021).....	106
Figura 98 - Comerciante móvel em São José (2022).....	106
Figura 99 - Comerciante estacionado em São José (2021) .....	106
Figura 100 – Vendedor de Água de coco em São José (2022).....	107
Figura 101 – Vendedor de brinquedos em São José (2021).....	107
Figura 102 – Barraca de venda de DVDs e guarda-chuvas (2012).....	108
Figura 103 – vendendo Artigos em MDF e guarda-chuvas (2020).....	108
Figura 104 – Relojoeiro em São José (2022).....	109

Figura 105 – Barbeiro em São José (2022).....	109
Figura 106 - Distribuição do comércio de Rua em São José (2022) .....	110
Figura 107 - Rede de espaços públicos e vias que os conectam em São José (2020) .....	110
Figura 108 - Fluxo de pessoas (2018).....	111
Figura 109 - Fluxo de pessoas (2020).....	111
Figura 110 - Rua da Praia (2019).....	112
Figura 111 - Rua da praia (2020) .....	112
Figura 112 - Fluxo de pessoas em 2022 .....	113
Figura 113 - Rua da Penha (2019).....	114
Figura 114 - Rua da Penha (2022).....	114
Figura 115 – O vuco-vuco em São José (2022).....	116
Figura 116 - Lixo na Rua das Calçadas .....	118
Figura 117 - Lixo na Rua do Nogueira .....	118
Figura 118 - Caminhabilidade na rua de Santa Rita (2022) .....	119
Figura 119 - Caminhabilidade no beco no Sirigado (2022) .....	119
Figura 120 – Comerciantes de rua estabelecidos na “fachada cega” da Basílica da Penha (2021).....	120
Figura 121 - Beco do Marroquino (2021) .....	120
Figura 122 - Rua das águas Verdes (2021) .....	121
Figura 123 – Beco do Veado (2016) .....	122
Figura 124 – Beco do Veado (2017) .....	122
Figura 125 - Rua Tobias Barreto (sem data).....	122
Figura 126 - Rua Tobias Barreto (1957).....	122
Figura 127 - Visão serial da Rua Tobias Barreto (2022) .....	123
Figura 128 - Entorno do Mercado de São José (2019) .....	124
Figura 129 - Entorno do Mercado de São José (2020) .....	124
Figura 130 - Venda de artigos religiosos no Mercado de São José (2022).....	125
Figura 131 - Venda de artigos religiosos no entorno do M. de S. José (2022).....	125
Figura 132 - Relação Feira x Mercado de São José (2019).....	126
Figura 133 - Feira de verduras no entorno Mercado de São José (sem data) .....	127
Figura 134 - Barracas de ervas no entorno do Mercado de São José (sem data) ..	128
Figura 135 – Conservação dos imóveis (2019).....	129
Figura 136 - Conservação dos imóveis (2020).....	129

Figura 137 - Novos anexos do Mercado de São José (2022) .....	130
Figura 138 - Obras de impacto no entorno do recorte de estudos (2022).....	131
Figura 139 - Fiteiros na Travessa do Mercado (2020) .....	145
Figura 140 - Fiteiros no Beco do Marroquim (2021).....	145
Figura 141 - Feira de Ervas (sem data).....	147
Figura 142 - Rua de Santa Rita (2020) .....	147
Figura 143 - Protesto de comerciantes de rua na Praça Dom Vital (2020) .....	148
Figura 144 - O atributo <i>diversidade do comércio</i> (2018) .....	152

## LISTA DE ABREVIações

BNH	Banco Nacional de Habitação
CEPPC	Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural
CHR	Centro Histórico do Recife
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
CPC	Comissão do Plano da Cidade
CSURB	Companhia de Serviços Urbanos do Recife
DPHAN	Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
DPPC	Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural do Recife
DR	Distritos Regionais
FACEPE	Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Fundarpe	Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco
Gemfi	Grupo de estudos sobre o mercado fundiário e imobiliário da UFPE
IEP	Imóveis Especiais de Preservação
INRC	Inventário Nacional de Referências Culturais
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em
LUOS	Lei de Uso e Ocupação do Solo
MA	Maranhão
MEI	Microempreendedor Individual
Mich	Mercado imobiliário nos centros históricos brasileiros
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PA	Pará
PB	Paraíba
PCH	Programa de Revitalização das Cidades Históricas
PCR	Prefeitura da cidade do Recife
Pibic	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
Pnad Contínua	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PPD	Projeto Porto Digital
PPSH	Plano de Preservação de Sítios Históricos do Recife
RPA 1	Região Político Administrativa 1
SECON/SEPUL	Secretaria de Política Urbana e Licenciamento
SPA	Setor de Preservação Ambiental
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SPR	Setor de Preservação Rigorosa
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
WIC	Companhia das Índias Ocidentais
ZECP	Zonas Especiais de Centro Principal
ZEPH	Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural
ZP	Zonas de Preservação
ZPA	Zonas de Preservação Ambiental
ZPR	Zonas de Preservação Rigorosa
ZR	Zonas Residenciais

## **LISTA DE TABELAS E QUADROS**

Tabela 1 - Centro Histórico do Recife: Preços por metro quadrado – ITBI (2001-2017) .....	21
Tabela 2 - Evolução populacional do CHR (1910 - 2010) .....	64
Tabela 3 - Distribuição do comércio de rua por bairros (2003 – 2019).....	115
Quadro 1: Variáveis dos dois circuitos da economia urbana.....	30
Quadro 2: Síntese da relação entre legislações e gabaritos (1919-1946) .....	55
Quadro 3: Síntese do comércio de Rua no Vuco-Vuco (2022) .....	122

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	15
2. COMÉRCIO DE RUA EM CENTROS HISTÓRICOS - CONCEITUAÇÃO, ASPECTOS LEGAIS E SOCIAIS .....	25
2.1 Comércio de rua e os circuitos da economia urbana .....	25
2.2 O comércio de rua em centros históricos brasileiros .....	30
2.3 Comércio de rua ou informal? - Apontamentos sobre legalidade e apropriação do espaço por comerciantes de rua.....	35
3. CARACTERÍSTICAS DO <i>VUCO-VUCO</i> EM SÃO JOSÉ .....	42
3.1 Da ocupação a proteção: A evolução urbana de São José .....	42
3.2 Da habitação ao comércio de rua: transformações funcionais de São José....	63
3.2.1 O fim do lugar de morar .....	63
3.2.2 O surgimento e consolidação do comércio .....	66
3.2.3 O comércio e a rua.....	70
3.4 O <i>vuco-vuco</i> .....	88
3.4.1 Usos .....	89
3.4.2 Padrões de Ocupação.....	92
3.4.3 A qualidade do espaço público e integração viária .....	99
3.4.4 As formas e distribuição do comércio de rua .....	105
4.COMÉRCIO DE RUA: UM ATRIBUTO PATROMONIAL DE SÃO JOSÉ? .....	133
4.1 O <i>vuco-vuco</i> como lugar de memória .....	133
4.2 Atualizações sobre identificação e preservação do patrimônio .....	135
4.3 O comércio de rua como um atributo patrimonial .....	141
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	156
REFERÊNCIAS .....	161

## 1. INTRODUÇÃO

Reconhecidos como áreas de proteção histórica desde 1979<sup>1</sup>, os bairros de São José e Santo Antônio, que se localizam na região central da cidade do Recife, são palco de uma peculiar dinâmica urbana reconhecida popularmente como *vuco-vuco*.

Os bairros acima citados são detentores de um tecido urbano que guarda marcas dos processos da colonização holandesa e portuguesa. Na segunda metade do século XX, relevantes transformações socioeconômicas e espaciais foram vivenciadas por essas áreas, como um acelerado movimento de substituição do uso habitacional pelo comercial. Isso culminou na consolidação de parte desses dois bairros em uma das principais áreas de comércio voltado para as classes de baixa e média renda da cidade do Recife e de sua região metropolitana.

Esta área é reconhecida, popularmente, como São José graças ao mercado homônimo que funciona como o “coração” destas atividades. Como consequência deste processo, a partir da década de 1980, foi notado um relevante crescimento no quantitativo de comerciantes de rua, que, no centro do Recife, fazem-se presentes desde a sua formação. É nesse contexto, quando comerciantes de rua, transeuntes e comerciantes estabelecidos em lojas disputam a atenção e o direito de ocupar vias estreitas – e até mesmo becos– que surge o *vuco-vuco*.

Essa dinâmica, como o fogo, é responsável por “aquecer” e “fazer pulsar” a vida nesta área histórica, no comparativo com outras porções territoriais do Centro Histórico do Recife (CHR). Tal dinâmica, também se associa a criação de uma peculiar espacialidade que se mantém resiliente na formação da identidade cultural desse espaço, frente a diversos processos de intervenção em seu território. Contudo, esse mesmo “fogo” é responsável por “consumir” de forma acelerada a materialidade dos seus bens patrimoniais, o que pode levar a entendimentos que considerem como

---

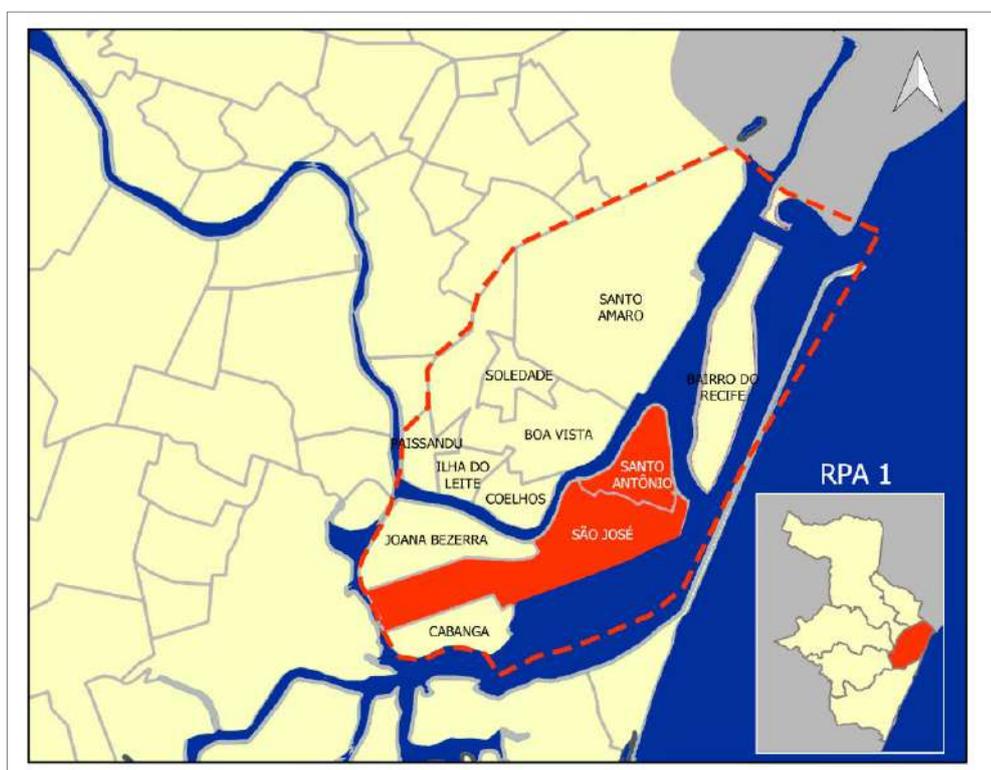
<sup>1</sup> RECIFE. Lei 13957/79. INSTITUI NORMAS GERAIS DE PROTEÇÃO A SÍTIOS, CONJUNTOS ANTIGOS, RUÍNAS E EDIFÍCIOS ISOLADOS, CUJAS EXPRESSÕES ARQUITETÔNICAS OU HISTÓRICAS TENHAM REAL SIGNIFICADO PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL DA CIDADE DO RECIFE; DISCIPLINA A PRESERVAÇÃO DESSES BENS, AUTORIZA O PREFEITO A DECLARAR ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE DESSA PRESERVAÇÃO CULTURAL E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Disponível em: <https://cm-recife.jusbrasil.com.br/legislacao/857754/lei-13957-79>. Acesso em: 12 de julho de 2022.

nocivas suas repercussões espaciais. Essa compreensão, faz urgir a necessidade de uma análise que busque identificar as relações entre a existência do *vuco-vuco* e a preservação dessa área histórica.

O presente trabalho tem como título uma citação direta da composição Festa (1968) do músico Gonzaguinha. No trecho “belo é o Recife pegando fogo”, o autor faz referência ao reconhecimento da imaterialidade – no caso da canção, associada às batidas do maracatu – na construção do entendimento da “beleza” da cidade do Recife. A partir disto, este trabalho busca evidenciar a importância da salvaguarda do “*vuco-vuco* de São José”, no contexto recifense, por meio de seu reconhecimento como uma dinâmica urbana que desempenha função social, econômica e cultural. O “fogo” contrapõe, também, de forma simbólica, as ideias de “congelamento da história” muito difundidas em processos de reconhecimento de bens patrimoniais.

A delimitação do recorte de estudos se dá a partir do que é reconhecido pelo recifense como o “*vuco-vuco* de São José”. A área se insere nos bairros de Santo Antônio e São José, na Região Político Administrativa 1 (RPA 1) da cidade do Recife (Figura 1). Mesmo inserindo-se em dois bairros, o recorte de estudo é popularmente referenciado, e será tratado neste texto, como São José.

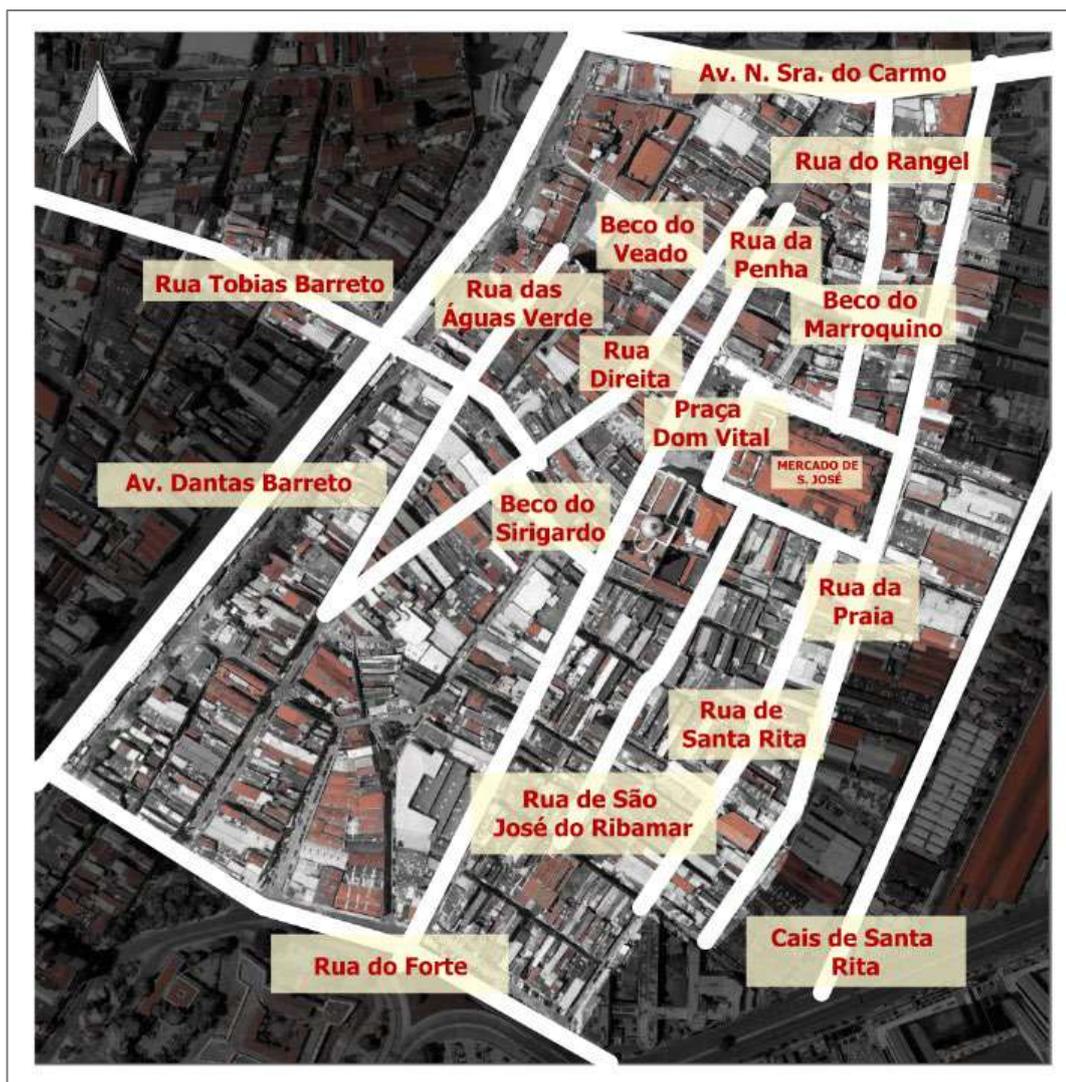
**Figura 1 – RPA 1 e os bairros de Santo Antonio e São José (2022)**



Elaboração: Antonio Neto, 2022

A área é delimitada pela Avenida Nossa Senhora do Carmo, ao norte, e pela Rua do Forte ao sul. À oeste é delimitada pela Avenida Dantas Barreto, com um prolongamento pelo entorno da Rua Tobias Barreto. À leste, é definida pelas ruas da Praia e Padre Muniz. Ainda se acrescenta toda a quadra localizada à direita do Mercado de São José. A Figura 2 ilustra as ruas delineadoras do recorte de estudos e as principais vias de comércio do *vuco-vuco*.

**Figura 2 - As ruas do *vuco-vuco* (2022)**

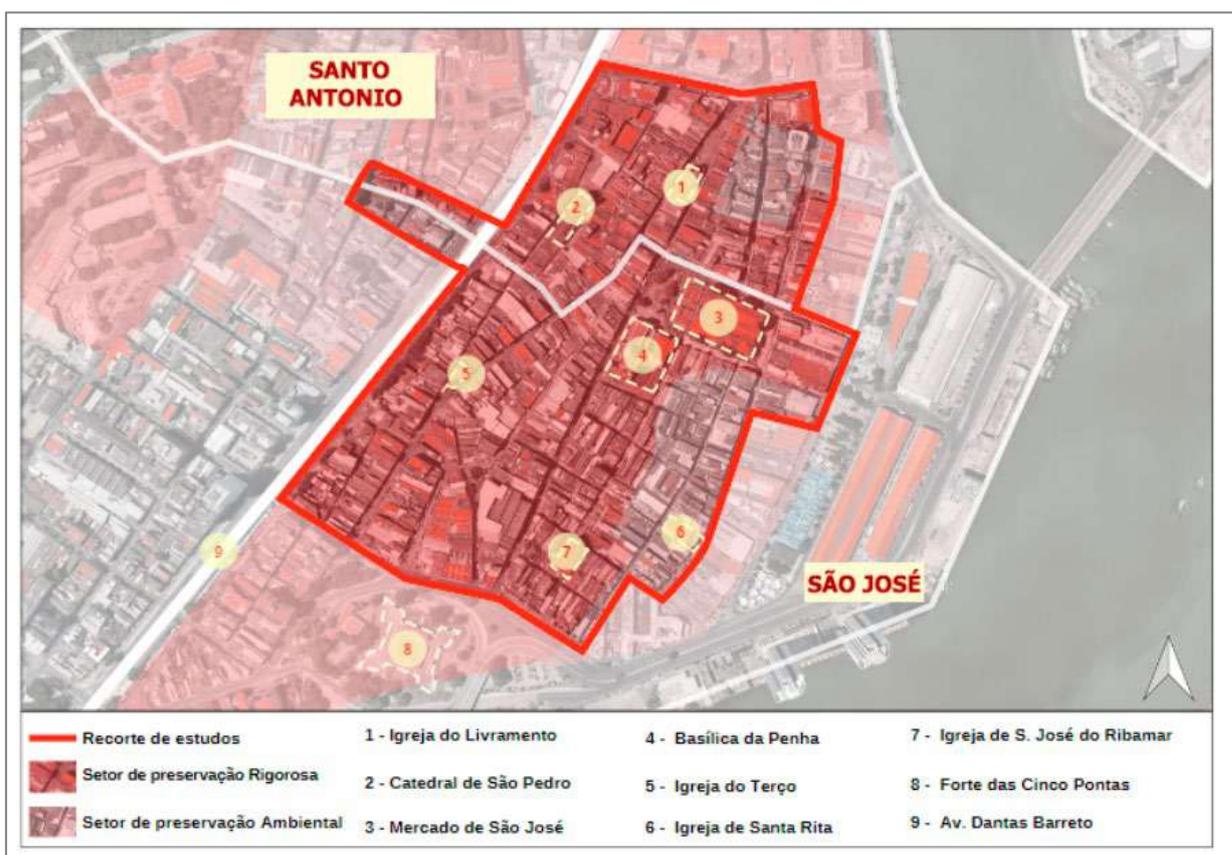


Elaboração: Antonio Neto, 2022  
Base cartográfica: Google Earth Pro

Concentram-se nesta área, uma série de bens de interesse cultural (pontuados nos itens de 1 à 8 na figura 3) além de conjuntos históricos remanescentes dos períodos da colonização portuguesa e holandesa. Não sem razão, o recorte está inteiramente inserido na Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural 10 (Santo Antônio e São José) (ZEPH-10), como disposto na Lei Nº

18.770/2020, do Plano Diretor do Recife. Ainda pelo Plano Diretor de 2020, às ZEPH são divididas em Setor de Preservação Rigorosa (SPR) e Setor de Preservação Ambiental (SPA). Os SPR, áreas com maior importância histórica e cultural e, portanto, de preservação rigorosa, necessitam de maior controle quanto às ações de conservação, restauração e manutenção, enquanto os SPA se referem a áreas de transição entre o SPR e as o seu entorno. Nos SPA, as edificações podem, inclusive, serem demolidas e reconstruídas desde que preservem a visibilidade dos conjuntos protegidos.

**Figura 3 - O recorte de estudos (2022)**



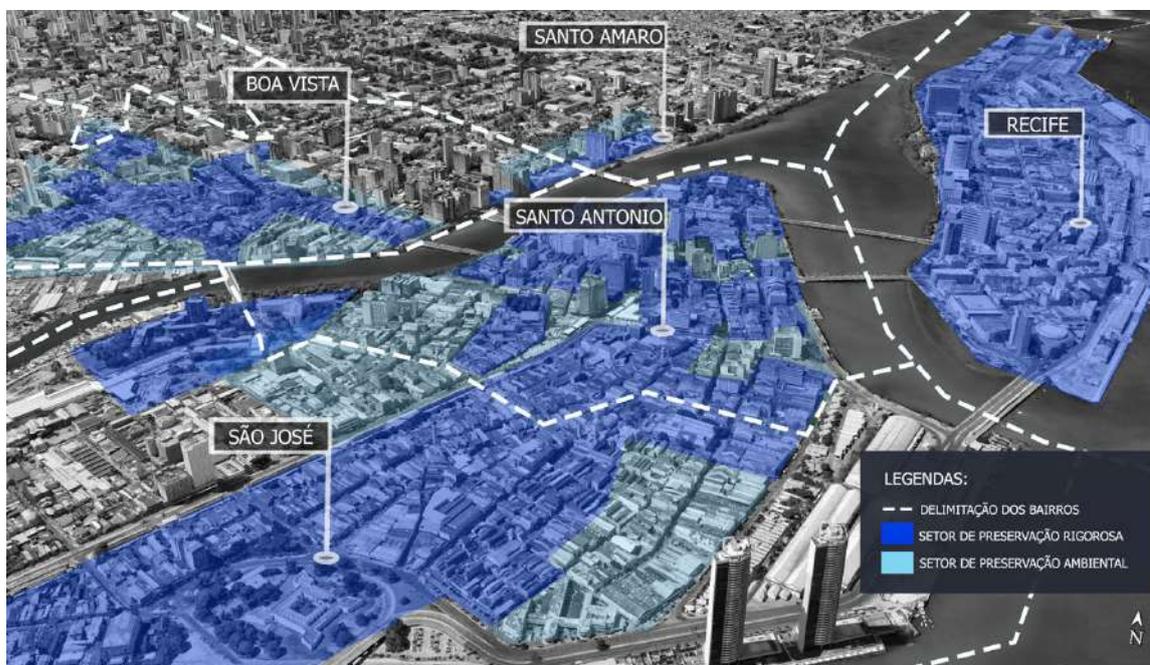
Elaboração: Antonio Neto, 2022  
Base cartográfica: Google Earth Pro

Este trabalho de Conclusão de curso se insere na pesquisa em rede Mercado imobiliário nos centros históricos brasileiros (MICH) coordenada pela Professora Norma Lacerda, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Contempla estudos sobre os centros históricos de Belém (PA), São Luís (MA), Campina Grande (PB) e João Pessoa (PB), além do Centro Histórico do Recife (CHR). O Grupo de Estudos sobre o Mercado Fundiário e Imobiliário (Gemfi/UFPE) tem sido responsável pelo desenvolvimento dos estudos sobre o CHR.

É válido notar, que o autor do presente trabalho participou da referenciada pesquisa como voluntário durante o ano de 2018 e como pesquisador bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic), concedido pela Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (FACEPE) entre os anos de 2019 e 2022. Durante sua participação como pesquisador bolsista desenvolveu as pesquisas intituladas “Relação entre os padrões de ocupação, usos e preços imobiliários de compra e venda no Centro Histórico do Recife” (2019-2020), “São José (Recife): implicações do comércio informal nos preços dos bens imobiliários” (2020-2021) e “Transformações das dinâmicas espaciais e sociais do comércio no centro histórico do Recife: o submercado Imperatriz-Rua Nova” (2021-2022), das quais frutifica-se esta produção.

A área, delimitada como CHR (Figura 4), foi definida a partir das ZEPH, que constam na Lei de Uso e Ocupação do Solo (Lei nº 16.176/1996) e no Plano Diretor do Município do Recife (Lei nº 18.770/2020). Ela inclui as ZEPH 8 (Boa Vista), 9 (Bairro do Recife), 10 (Santo Antônio e São José) e 14 (Casa da Cultura/Estação Central).

**Figura 4 - Centro Histórico do Recife (2022)**



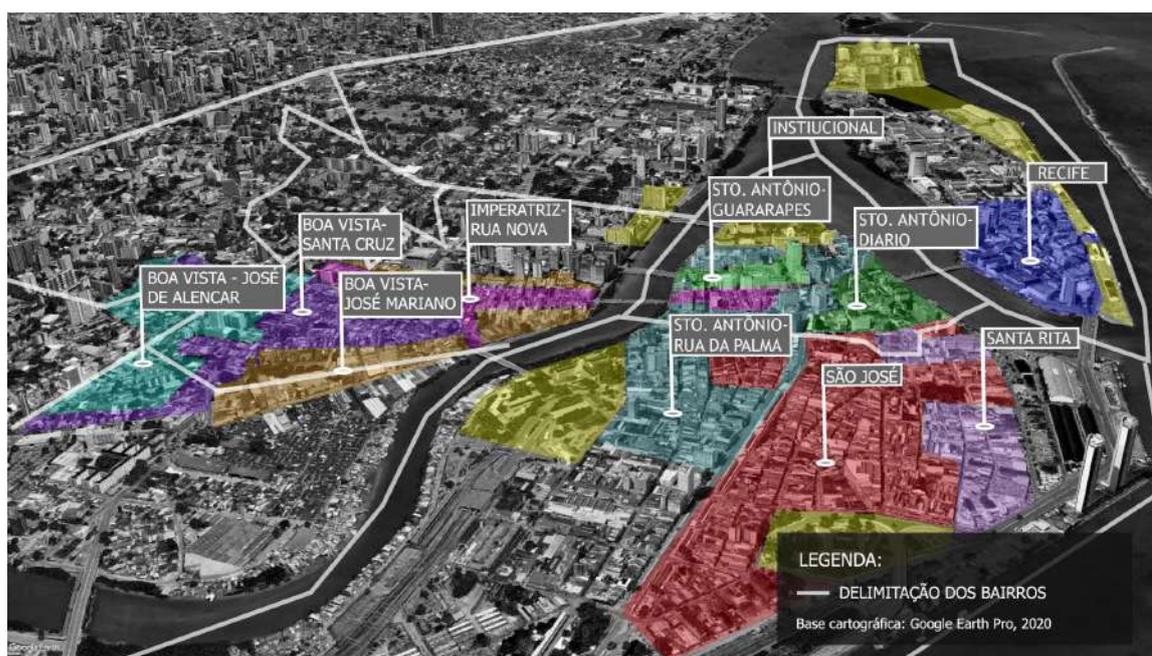
Elaboração: Antonio Neto, 2020.  
 Fonte: Plano Diretor do Recife – 2020  
 Base Cartográfica: Google Earth Pro

Lacerda e Abramo (2020) identificaram a existência de seis submercados imobiliários no CHR, a partir do resultado da análise de uma relação estreita entre padrão de ocupação e uso. Estes submercados, localizados nos SPR da aludida

legislação municipal, foram nomeados: Bairro do Recife, Santo Antônio-Guararapes, Santo Antônio-Diário, São José, Imperatriz-Rua Nova e Boa Vista-Santa Cruz. Cada um deles funciona a partir de regras gerais (universais), mas também a partir de normas específicas – dependentes das singularidades de cada um deles, a exemplo dos seus respectivos padrões de ocupação e funcionalidades, não se relacionando diretamente com os limites colocados pelas divisões dos bairros.

Posteriormente, Felix Neto e Lacerda (2022) puderam apontar diferenças nas dinâmicas e nos preços imobiliários de compra e venda entre os submercados imobiliários que se encontram nos SPR e os que estavam inseridos nos SPA das ZEPH, por meio da identificação de mais quatro submercados, assim nomeados: Rua da Palma, Santa Rita, José Mariano e José de Alencar. (Figura 5).

**Figura 5 - Submercados imobiliários no CHR (2020)**



Elaboração: Antonio Neto, 2020.

Fonte: Grupo de estudos sobre o mercado fundiário e imobiliário. (Gemfi-UFPE)

O perímetro a ser estudado no presente trabalho se insere no submercado imobiliário de São José, onde predomina o uso comercial em edificações dispostas em lotes de 50 até 200m<sup>2</sup>. O interesse sobre este peculiar submercado surge a partir da constatação de que, mesmo não sendo contemplado por normativas de redução fiscal, como é o caso dos submercados imobiliários que se encontram na área de abrangência do Projeto Porto Digital (PPD), e apresentando um baixo dinamismo imobiliário no contexto do CHR, o mesmo apresentou o maior preço médio de compra

e venda dos imóveis comerciais desta área (R\$ 2358,72), já excluindo-se 10% dos maiores e menores preços. Esta valorização superou, inclusive, submercados imobiliários que se localizam em setores com legislações urbanísticas mais flexíveis que se encontram nos próprios bairros de São José e Santo Antônio (Tabela 1).

**Tabela 1 - Centro Histórico do Recife: Preços por metro quadrado. \*\* – ITBI (2001-2017)**

Submercados	Preço Máximo (R\$/M <sup>2</sup> )	Preço Mínimo (R\$/M <sup>2</sup> )	Preço Médio (R\$/M <sup>2</sup> )	Média Truncada* (R\$/M <sup>2</sup> )	Desvio Padrão (R\$/M <sup>2</sup> )	Coefficiente De Variação da Amostra	Amostra
Recife	R\$ 32.587,63	R\$ 61,95	R\$ 2.661,19	R\$ 1.796,10	R\$ 4.155,33	156%	156
Prc. do Diário	R\$ 10.193,95	R\$ 147,13	R\$ 1.553,84	R\$ 1.364,09	R\$ 1.144,58	74%	221
São José	R\$ 31.434,80	R\$ 241,08	R\$ 3.071,58	<b>R\$ 2.358,72</b>	R\$ 3.551,94	116%	277
Guararapes	R\$ 440.786,47	R\$ 200,84	R\$ 2.397,07	R\$ 1.511,45	R\$ 16.282,63	679%	781
Imperatriz-Rua Nova	R\$ 12.925,41	R\$ 369,27	R\$ 2.071,06	R\$ 1.723,25	R\$ 1.732,92	84%	270
Santa Cruz	R\$ 4.992,47	R\$ 449,34	R\$ 1.628,07	R\$ 1.432,50	R\$ 1.099,92	68%	52
Rua Da Palma	R\$ 411.626,71	R\$ 73,10	R\$ 2.259,38	R\$ 1.443,03	R\$ 14.617,21	647%	797
Santa Rita	R\$ 34.150,53	R\$ 15,59	R\$ 2.373,82	R\$ 1.476,96	R\$ 4.418,72	186%	95
José Mariano	R\$ 8.796,70	R\$ 324,44	R\$ 2.353,64	R\$ 2.152,70	R\$ 1.472,27	63%	110
José De Alencar	R\$ 15.844,39	R\$ 594,96	R\$ 2.630,82	R\$ 2.258,38	R\$ 2.382,17	91%	42

Elaboração: Antonio Neto, 2020.

Fonte: Transações de Compra e Venda ITBI/PCR.

\* Média truncada a 20% torna a amostra mais homogênea ao excluir 20% dos maiores e menores valores.

\*\* Valores atualizados pelo índice de correção monetária IGP-M/FGV, para dezembro de 2019. Disponível em: Felix Neto e Lacerda (2022).

Este dado aponta para a importância do comércio popular no submercado de São José como um fator de valorização. O intenso fluxo de pessoas presentes na área é de grande importância para as atividades de comércio. Silva (2018), expõe a relação entre o fluxo de pessoas em cada uma das ruas e os preços de aluguel nelas praticados. A intensidade no fluxo de pedestres também se relacionaria à presença de comerciantes de rua na área. Afinal, esses comerciantes são responsáveis por atrair parte dos transeuntes ao oferecerem produtos e serviços a menor custo (ARAÚJO, 2014). Desta forma, este trabalho pode oferecer apontamentos sobre a importância do comércio de rua para o referido submercado imobiliário.

Sobre as características socioculturais deste particular comércio no CHR, Araújo (2014) foi quem permitiu o maior nível de reflexão e de compreensão. A autora coloca que esta manifestação social é responsável pela existência de um complexo processo que envolve diversas dinâmicas relacionadas à formação histórica e social da cidade do Recife, mas que têm como característica fundamental a facilidade dos comerciantes de rua em se adaptarem às inovações de produtos e temporalidades do mercado se mantendo nesta área em um movimento de constante “teimosia”.

A presença histórica destes atores nas ruas recifenses, que remete a presença dos mascates ainda durante os primeiros momentos de ocupação da cidade, foi estudada por diversos outros autores que identificaram, a partir de diferentes processos metodológicos, que o comércio de rua é um elemento essencial na formação da paisagem e nas manifestações culturais de São José. Destaca-se entre estes estudos (i) a análise das referências culturais e patrimônio cultural imaterial elaborado pela Diretoria De Preservação Do Patrimônio Cultural do Recife (DPPC Recife, 2020), (ii) o livro “São José: Olhares e Vozes em Confronto” (PONTUAL et al., 2021) e (iii) os apontamentos feitos por Ribemboim (2017) no livro “Dois bairros irmãos”.

Ademais, a área aqui estudada encontra-se, atualmente, em uma localização que têm despertado interesse de diversos setores da sociedade. O poder público municipal, por exemplo, já expôs a intenção de transformar a área em um polo de atração cultural, artística e gastronômica (DPPC, 2020). Ademais, novos empreendimentos imobiliários em seu entorno podem estar pressionando transformações neste espaço para sua conversão em uma centralidade de lazer e turismo. Este movimento se observa, também, quando se nota que o território de São José tem sido alvo de ações de reordenamento do comércio nas ruas, desde 2019. Além disto, desde 2021, a área se encontra no território de abrangência da lei do Recentro<sup>2</sup>, que promove incentivos fiscais para o uso de serviços e habitação nas ZEPH 9 (Bairro do Recife) e 14 (São José e Santo Antônio).

---

<sup>2</sup> RECIFE. LEI MUNICIPAL Nº 18.869, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2021 que Institui o RECENTRO: Plano de incentivos fiscais para atividades econômicas, moradias para fins de interesse social, construções ou intervenções destinadas à recuperação, renovação, reparo ou manutenção de imóveis situados no sítio histórico dos Bairros do Recife, Santo Antônio e São José nas condições especificadas, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pe/r/recife/lei-ordinaria/2021/1886/18869/lei-ordinaria-n-18869-2021-institui-o-recentro-plano-de-incentivos-fiscais-para-atividades-economicas-moradias-para-fins-de-interesse-social-construcoes-ou-intervencoes-destinadas-a-recuperacao-renovacao-reparo-ou-manutencao-de-imoveis-situados-no-sitio-historico-dos-bairros-do-recife-santo-antonio-e-sao-jose-nas-condicoes-especificadas-e-da-outras->

Desta forma, por se tratar de uma dinâmica econômica com características de bem cultural imaterial cujos principais atores envolvidos se inserem em um estrato social menos privilegiado e que conta com pouca representatividade política, urge o desenvolvimento de um estudo que justifique a importância do reconhecimento do *vuco-vuco* como parte da formação da identidade e da paisagem cultural de São José. Espera-se com isso oferecer subsídios às decisões de intervenção sobre o mesmo frente aos atuais interesses pela reabilitação do CHR.

Baseado nas atuais discussões sobre identificação do patrimônio cultural, que fundamentam-se na identificação da significância de um bem por meio da verificação dos valores de seus atributos, o presente trabalho tem como objetivo geral **identificar o conjunto de valores atrelados ao comércio de rua, atributo formador da dinâmica urbana conhecida como *vuco-vuco* de São José, a fim de reconhecê-lo como elemento que compõe o patrimônio cultural desse bairro**. Seus objetivos específicos são: (i) Caracterizar a função socioeconômica desempenhada pelo comércio de rua, compreendendo a sua relação com os circuitos da economia urbana; (ii) Averiguar implicações legais relacionadas ao processo de ocupação das ruas pelos comerciantes de rua; (iii) identificar transformações e permanências históricas do *vuco-vuco* em São José; (iv) identificar o conjunto de valores associados ao *vuco-vuco* a fim de reconhecer a significância cultural deste bem.

Para atingir os objetivos acima citados o trabalho está dividido em 3 capítulos. O capítulo *Comércio de rua em centros históricos - Conceituação, aspectos legais e sociais*, busca, por meio de extensa revisão bibliográfica, a compreensão sobre a dinâmica do comércio de rua em centralidades históricas brasileiras, além de procurar entender o papel socioeconômico desempenhado pelo comércio de rua. Ademais, tenta, por meio da revisão das normativas municipais vigentes, entender como se dá a permissão de ocupação dos espaços públicos concedidas aos comerciantes de rua.

O capítulo *Características do *vuco-vuco* em São José* versa sobre os levantamentos históricos e historiográficos, realizados em acervos físicos e digitais, que, somados à caracterização morfo tipológica e funcional da área, permitiu compreender os atuais aspectos físicos do recorte de estudo. A análise conjunta dessas informações auxilia na definição do que é o *vuco-vuco*.

Por fim, o capítulo 3 lança o questionamento: *Comércio de rua: atributo patrimonial de São José?*. Neste capítulo, serão identificadas as possibilidades para o reconhecimento do *vuco-vuco* de São José como um lugar de memória. Ademais será verificada como as atualizações na identificação e gestão do patrimônio cultural permitem o reconhecimento do comércio de rua como um atributo patrimonial. Serão analisados, também, estudos que convergem nos apontamentos para o reconhecimento da importância da dinâmica do *vuco-vuco* na formação da identidade e da paisagem cultural de São José, mesmo possuindo metodologias de análise distintas. Esta análise se somará ao reconhecimento de valores dos bens patrimoniais, a partir das fundamentações disponibilizadas em Lacerda (2012).

Os estudos desenvolvidos permitiram atingir os objetivos acima citados. Desta forma, foi averiguado que o *vuco-vuco* de São José é um lugar de importância para a manutenção da memória coletiva, por ser carregado de significados e, como consequência, formador de uma identidade urbana.

## **2. COMÉRCIO DE RUA EM CENTROS HISTÓRICOS - CONCEITUAÇÃO, ASPECTOS LEGAIS E SOCIAIS**

As práticas do comércio de rua são parte essencial da formação do *vuco-vuco* em São José e, ao mesmo tempo, se configuram como um dos principais pontos de conflito, sobretudo no que diz respeito às suas formas de ocupação do espaço. Consequência direta de um processo desigual de formação dos centros urbanos brasileiros, o referenciado tipo de comércio é discutido e apresentado neste capítulo em seus aspectos sociais, econômicos, espaciais e legais. Inicia-se com reflexões socioeconômicas sobre o comércio de rua e sua relação com *os circuitos da economia urbana*, conceito advindo dos estudos do geógrafo brasileiro Milton Santos na década de 70. Em seguida, discorre-se sobre as razões da presença do comércio de rua em centros históricos brasileiros. Relacionando-os, inclusive, com o atual processo de redescobrimto destas centralidades pelo setor turístico. Por fim, no tópico *Comércio de rua ou informal? - Apontamentos sobre legalidade na apropriação do espaço por comerciantes de rua*, analisou-se as questões associadas à relação desses trabalhadores com o Estado e os regimentos ligados à sua presença nas ruas. Assim procedendo, evidencia-se a função social e econômica desempenhada pelo comércio de rua em centros históricos no Brasil, buscando, inclusive desconstruir o entendimento sobre a ilegalidade destas práticas.

### **2.1 Comércio de rua e os circuitos da economia urbana**

Após a segunda guerra mundial o debate sobre o desenvolvimento social e econômico dos núcleos urbanos ao redor do mundo era norteado pelas lógicas de crescimento das cidades nos países que se encontravam no centro do sistema capitalista, sobretudo no continente europeu. Provém destes lugares os primeiros modelos teóricos e metodológicos que buscavam compreender tais processos de desenvolvimento.

As primeiras abordagens surgem no início da década de 50 e apresentavam uma baixa compreensão sobre a causa das desigualdades nos países que se encontravam na periferia do sistema capitalista, também tidos como subdesenvolvidos. Esses modelos, em linha gerais, estavam apoiados em comparações sobre as distintas realidades desses países, e apontam o atraso no

processo de industrialização como fator principal responsável pelas problemáticas enfrentadas pelos países pobres. (MONTENEGRO, 2012)

Contudo, na década de 1960, “evidenciava-se que a industrialização da periferia não garantiria a superação das desigualdades” (MONTENEGRO, 2012, p. 151). Neste contexto, novos modelos passam a ser propostos nas décadas seguintes. Segundo Santos (1979), é, após o referido período, que surge uma das principais teorias aceitas à época, que apontava para um dualismo estrutural no desenvolvimento destes países como causa das disparidades socioeconômicas observadas. Os seguidores dessa corrente de pensamento acreditavam numa oposição entre os setores sociais moderno e tradicional. Enquanto o primeiro estaria articulado por meio de ações eficientes e racionalizadas, o segundo se estruturava sobre um conjunto de “ações arcaicas, irracionais e ineficientes” (SANTOS, 1978, p. 27).

Tais estudos foram responsáveis pela criação de paradigmas, haja vista o teor comparativo destas análises que, também, desconsideravam as abismais distinções entre as formas de desenvolvimento social e econômico das cidades que se localizavam nos países subdesenvolvidos e as localizadas em países desenvolvidos.

“[...] o espaço dos países subdesenvolvidos é marcado pelas enormes diferenças de renda na sociedade, que se exprimem ao nível regional, por uma tendência à hierarquização das atividades e, na escala do lugar, pela coexistência de atividades de mesma natureza, mas de níveis diferentes. Essas disparidades de renda são menos importantes nos países desenvolvidos e influenciam muito pouco o acesso a um grande número de bens e serviços” (SANTOS, 1979, p. 21).

Importa destacar que Montenegro (2012) agrupa os estudos que revelam problemáticas no modelo dual: (i) McGee (1977 apud MONTENEGRO, 2012), que aponta para uma falha na compreensão sobre os meios e métodos de produção da sociedade tradicional ao considerá-la primitiva, tendo em vista que essa se utiliza dos mais criativos usos e adaptações de diferentes tecnologias (ii) e Slater (1982 apud MONTENEGRO, 2012) que observou que além de desconsiderar adaptações dos setores tradicionais à novas tecnologias, esse modelo falhou ao não analisar as causas das desigualdades e ao não relacionar as possíveis interações entre os dois setores.

Neste contexto, a fim de compreender a complexidade das relações ligadas a urbanização das cidades localizadas em países subdesenvolvidos, Milton Santos (1979) propõe uma abordagem teórica sobre o desenvolvimento econômico em sua dimensão espacial, que reconhece a existência de circuitos da economia urbana. O autor compreende que os avanços trazidos pela tecnologia são responsáveis pela acentuação de um cenário de desequilíbrio, não só na esfera social e econômica, mas também, espacial.

Esses circuitos, conectados entre si, diferenciam-se, sobretudo, por sua organização e relação com os avanços tecnológicos e são divididos em superior e inferior. O primeiro, é formado por atividades tecnologicamente modernas, a exemplo dos “bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores” (SANTOS, 1979, p. 40). O segundo se relaciona com as atividades de baixa relação com soluções tecnológicas, ou seja, “formas de fabricação não ‘capital-intensivo’, pelos serviços não-modernos fornecidos ‘a varejo’ e pelo comércio não-moderno e de pequena dimensão” (SANTOS, 1979, p.40).

A teoria elaborada por Santos, evidencia ainda o estreito vínculo de complementaridade, interdependência e competitividade entre os circuitos. Afinal, ambos possuem “a mesma origem e o mesmo conjunto de causas” (SANTOS, 1979, p.56). Para explicar esta relação, Milton revela o elo cíclico entre produção, distribuição e consumo, que seriam as causas e consequência dos circuitos. Desta forma, compreende-se que os contrastes entre as possibilidades de realização das necessidades em uma sociedade urbana desigual, reverbera diretamente em diferentes formas de consumo, seja em qualidade ou quantidade, que tem como consequência diferentes formas de produção e distribuição.

Isso posto, cabe destacar que o *circuito superior* se mantém por meio do uso de um capital intensivo, advindo de financiamentos por parte de instituições financeiras ou do poder público, no último caso, consolidado por meio de políticas públicas. O *circuito inferior* não se beneficia deste tipo de assistência institucional, do contrário, **“quase sempre dão lugar à perseguição [por parte do poder público], como é o caso dos vendedores ambulantes em muitas cidades”** (SANTOS, 2002, p.45). Outras variáveis relacionadas à formação desses circuitos podem ser observadas no quadro 1.

**Quadro 1: Variáveis dos dois circuitos da economia urbana**

	<b>Circuito Superior</b>	<b>Circuito Inferior</b>
Tecnologia	Capital Intensivo	Trabalho Intensivo
Organização	Burocrática	Primitiva
Capitais	Importantes	Reduzidos
Emprego	Reduzido	Volumoso
Assalariado	Dominante	Não - obrigatório
Estoques	Grande quantidade e/ou alta qualidade	Pequena quantidade, qualidade inferior
Preços	Fixos (em geral)	Submetidos a discussão entre comprador e vendedor
Crédito	Bancário institucional	Pessoal não - institucional
Margem de Lucro	Reduzida por unidade, mas importante pelo volume de negócios (exceção produtos de luxo)	Elevada por unidade, mas pequena em relação ao volume dos negócios
Relações com a clientela	Impessoais e/ou com papel	Diretas, personalizadas
Custos Fixos	Importantes	Desprezíveis
Publicidade	Necessária	Nula
Reutilização dos bens	Nula	Frequente
Overhead Capital (administração central)	Indispensável	Dispensável
Ajuda Governamental	Importante	Nula ou quase nula
Dependência direta do exterior	Grande, atividade voltada para o exterior	Reduzida ou nula

Fonte: Reprodução do quadro disponível em SANTOS (1979, p.44).  
Adaptações feitas pelo autor.

No caso brasileiro, as consequências desta dinâmica desigual de formação socioeconômica e espacial dos centros urbanos tornam-se evidentes durante a segunda metade do século XX. Como identificado em outros países periféricos, no referido período, foi observado um acelerado crescimento populacional, sobretudo se comparado às taxas dos países ricos (SILVEIRA, 2008 apud MONTENEGRO, 2012). Ainda mais, o percentual de população urbana no Brasil já alcançava 70% no fim da década de 1970 (MONTENEGRO, 2012). Por consequência, houve um processo de acentuação do quadro de desigualdade nos grandes centros urbanos brasileiros, observado, sobretudo, pelos elevados percentuais de pobreza e desemprego.

Nesse contexto, é no circuito inferior que grande parte do excedente de mão de obra é absorvido, sobretudo para os “cidadinos, antigos ou novos, desprovidos de capital e de qualificação profissional. Esses encontram bem rápido uma ocupação, mesmo que seja insignificante ou aleatória” (SANTOS, 1979, p. 202). Daí vem o surgimento do termo “subempregos”, haja vista o elevado índice de informalidade dos trabalhadores nesse circuito, que vivenciam uma relação de trabalho marcada, sobretudo, pela ausência da aplicação de leis trabalhistas.

Como já apontado, os circuitos da economia urbana se relacionam a partir das conexões entre suas formas de consumo, produção e distribuição. Desta forma, o circuito inferior permite que as classes menos favorecidas tenham acesso, “por formas específicas de comercialização, aos produtos fabricados no circuito superior” (SANTOS, 2003). Assim, **o comércio de rua surge como parte essencial nesta relação entre os dois circuitos**, ao se verificar seu papel fundamental para circulação de mercadorias entre parcelas da sociedade com menores possibilidades de consumo.

“Os comerciantes usam os vendedores de rua para fugir ao pagamento dos impostos, para poder empregar menores e velhos, para ir ao encontro de uma clientela que não tem tempo ou não gosta de entrar nas casas de comércio ou, ainda, para escoar os produtos não vendidos ou invendáveis por diferentes motivos(...). **Acontece que os pequenos vendedores ambulantes não são independentes, mas verdadeiros empregados de patrões invisíveis que comandam microcadeias de comercialização**” (SANTOS, 1979, p.218 grifo nosso).

Sobre este peculiar comércio, Santos (1979) apresenta importantes reflexões ao tratar, no capítulo *Uma atividade de pequenas dimensões*, sobre os vendedores de rua. “Algumas caixas, uma prancha, uma cesta, não mais que as duas mãos: isso é suficiente para improvisar um vendedor” (SANTOS, 1979, p. 218). O autor explicita que estes atores são o último elo de uma cadeia de intermediários entre os importadores, industriais, atacadistas e o consumidor, revelando, também, o elevado potencial de adaptabilidade no tipo de mercadoria ofertado, destacando a forma de comercialização desse setor ao ir de encontro ao consumidor final, podendo ser classificados, *grosso modo*, como mais ou menos sedentários. Desta forma, Santos evidencia que a comercialização de rua pode possuir um caráter ambulante, ao transitar pelas ruas da cidade, que é diferente dos vendedores que fixam seus equipamentos no espaço público. O autor ainda destaca que as formas de

comercialização exercidas por esses trabalhadores permitem-lhes driblar as taxações impostas pelo poder público. Ainda assim, segundo ele, estes atores são responsáveis pela movimentação de capital nos grandes centros urbanos (SANTOS, 1979, p.218).

Faz-se importante colocar que “os circuitos da economia urbana são moldados pelo período do espaço” (SILVEIRA, 2007, p. 10 apud Santos, 2012, p.46). Desta forma, é válido considerar atualizações sobre a teoria proposta por Santos na década de 70. No período atual, a inserção da ciência, técnica e informação são cada vez mais apreciáveis nas transformações do solo. Desta forma, compreende-se o meio atual como sendo técnico-científico-informacional (SANTOS e SILVEIRA, 1996). As consequências diretas desta nova realidade nos circuitos inferiores da economia urbana, mais especificamente no que tange o comércio de rua nas cidades, diz respeito à inserção de soluções tecnológicas em suas dinâmicas, a exemplo de transações comerciais realizadas com pagamento por meio de *pix*<sup>3</sup> ou cartões de crédito e débito e da publicidade feita por meio das redes sociais.

Santos (2012) ao traçar um comparativo entre as características dos dois circuitos em 1970 e 2011, revela transformações no processo de liberação de crédito institucional, por exemplo, no circuito inferior da economia urbana. Estes avanços se relacionam diretamente a busca pelo controle, no âmbito do poder público Federal, da informalidade ao flexibilizar a concessão do título de microempreendedor individual (MEI) aos trabalhadores de rua, temática que será tratada nos próximos tópicos deste capítulo. Mesmo assim, Menezes (2022) demonstra que as dinâmicas do comércio popular pouco mudaram desde o Século XIX, ainda que se verifiquem algumas inovações em termos de acesso à tecnologia (MENEZES, 2022, p.39).

## **2.2 O comércio de rua em centros históricos brasileiros**

Interessa neste item averiguar um processo presente em várias metrópoles do país: o abandono de suas áreas centrais tradicionais e a expansão do comércio de rua.

“O processo popularmente chamado de "decadência" ou "deterioração" do centro consiste no seu abandono por parte das camadas de alta renda e em sua tomada pelas camadas populares. Esse abandono apresenta diversos graus de intensidade nas várias metrópoles brasileiras” (VILLAÇA, 2001, p. 277).

---

<sup>3</sup> Forma de pagamento instantânea, feito por meio eletrônico, disponibilizado gratuitamente pelo Banco Central do Brasil.

Segundo Villaça (2001) este movimento se estruturou sobretudo em função de um aumento da mobilidade espacial, inflamada pelo desenvolvimento do setor automobilístico, que foi responsável pela expansão e criação de novas centralidades em diversas cidades brasileiras na segunda metade do século XX.

Também é sabido que, no caso brasileiro, a criação de uma política habitacional fomentada pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) foi responsável por uma expansão do setor imobiliário que teve como consequências os modelos extensivo e intensivo de crescimento das cidades. O primeiro, fomentou a expansão da mancha urbana em direção aos subúrbios ao mesmo tempo que o segundo agenciou uma substituição de antigas estruturas construídas, a partir da promoção de novas tipologias verticais e criação de novas áreas centrais. (LACERDA, ZANCHETI & DINIZ, 2000, p.79)

Neste contexto, as áreas centrais tradicionais de diversas cidades no Brasil passaram por um processo de transformação em suas funcionalidades. Estes espaços, que muitas vezes conformam áreas de interesse histórico, foram conformando-se em centralidades comerciais de caráter essencialmente popular.

Tourinho (2007) explica que durante a década de 50, o setor terciário passou por um processo de expansão nas centralidades tradicionais brasileiras, passando a pressionar as funcionalidades que historicamente eram realizadas naqueles espaços – a exemplo do uso habitacional. Para Jaramillo (2007), ao tratar das cidades latino-americanas, isso também se dá devido ao fato de que “[...] o comércio e as atividades terciárias geralmente rendem aluguéis mais altos do que a atividade habitacional”. (JARAMILLO, 2007, p.8, tradução nossa)<sup>4</sup>

Ademais, processos que buscavam o descongestionamento de centros urbanos, a partir da descentralização de atividades, acabaram por criar um processo de “deterioração forçada” nestas centralidades (TOURINHO, 2007, p. 12). Para Villaça (2001), “na verdade, o que primeiro “deteriorou” no centro não foram os edifícios, mas a sua localização, os seus vários “pontos” (idem, 2001, p.282). Desta forma, enquanto o centro tradicional foi o centro da burguesia cabia, a ele a categorização de “centro da cidade”, quando essa passa a ser o centro de uma maioria popular torna-se, então,

---

<sup>4</sup> “(...) el comercio y las actividades terciarias suelen arrojar rentas mayores que la actividad habitacional(...)” (JARAMILLO, 2007, p.8)

o centro “velho”. “É o processo de universalização do particular por parte da classe dominante. O “seu” centro deve ser sempre o centro da cidade”. (idem, 2001, p.346)

Com o desenvolvimento de novas centralidades, novos espaços de compras e prestação de serviços, como supermercados, galerias comerciais e *shoppings centers*, despontam nestas novas áreas das cidades brasileiras. Para Villaça (2001), na década de 1980 os centros tradicionais “estavam quase totalmente tomados pelas camadas populares”. (idem, 2001, p.283). Menezes (2022), aponta para a importância das transformações das dinâmicas do setor terciário neste processo:

“Esse deslocamento estimulou que novos pontos de comércio e serviços fossem criados para a burguesia, em localidades mais próximas aos novos bairros residenciais. Para elas, transferiram-se lojas, serviços, bancos, estabelecimentos de lazer, profissionais liberais, ou seja, toda uma série de estabelecimentos ligados ao setor terciário, que se localizavam, anteriormente, no centro principal. A partir da década de 1970, essas novas áreas passaram a atrair também a localização de shopping centers, acelerando o abandono do centro” (MENEZES, 2022, p.37).

As mudanças funcionais relacionadas à tomada das áreas centrais pelas camadas populares remodelaram as formas de distribuição e consumo de produtos, afetando sua dinâmica econômica e, conseqüentemente, reverberando em transformações no seu espaço. Muitos centros tradicionais brasileiros passam, então, a exercer atividades do circuito inferior da economia urbana (SANTOS, 1979). Como já visto neste texto, é neste circuito onde se desenvolvem as práticas relacionadas ao comércio de rua. Este tipo de atividade comercial passa a se expandir, sobretudo na segunda metade do século XX, em centralidades históricas de diversas cidades brasileiras, a exemplo de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Salvador.

Na cidade de São Paulo este tipo de comércio “aliviava a sociedade do mal-estar causado pelo grande número de desocupados, sem recursos para sobrevivência” (PAMPLONA, 2004, p.315). No início do século XX, a cidade que não conseguia oferecer empregos formais a parte importante de sua população ingressa viu o quantitativo de trabalhadores de rua saltar de 1.400, em 1904, para 3.483, em 1915 (GUERREIRO, 2000, p.29 apud PAMPLONA, 2004, p.315). Na segunda metade do século XX, esses trabalhadores passaram a se concentrar nas áreas centrais da cidade, onde o fluxo de pessoas se fazia mais intenso. Em São Paulo, o incentivo ao

transporte coletivo, por meio de políticas públicas que desestimulavam o uso dos automóveis no centro, somada à grande concentração de serviços de administração pública na região foram responsáveis por elevar o fluxo de pessoas neste espaço. Desta forma, o "centro histórico de São Paulo torna-se, portanto, um local onde há profusão do segmento da população potencialmente cliente dos ambulantes (pessoas de baixa e de média renda)." (PAMPLONA, 2004, p.322)

No Rio de Janeiro, o comércio de rua, que remonta aos processos de formação da cidade, vivenciou uma escalada em suas proporções nos anos 1980. Na década seguinte, a cidade foi palco de intensos processos de repressão e reordenamento desta dinâmica urbana (SANT'ANNA, 2017). No referido período, o fenômeno do comércio de rua passou a ser tolerado "para evitar a pobreza extrema e garantir a subsistência dos trabalhadores no contexto da redemocratização do Brasil" (MAMANI, 2017, p.524). Contudo, tais iniciativas deram início a um cenário de conflito tanto entre o poder público e os trabalhadores de rua, quanto entre o setor do comércio formal e o informal (idem, 2017).

No caso recifense, a condição de cidade portuária permitiu, historicamente, que as atividades de comércio de rua prosperassem na capital pernambucana. No final do século XX, Recife surge no cenário brasileiro como pioneira na criação dos *camelódromos*. Esses equipamentos urbanos foram propostos num contexto de uma escalada vertiginosa destas atividades nas ruas, durante os anos 1980. O processo de ocupação e distribuição do comércio de rua no Recife se relaciona intimamente com a formação do recorte de estudo deste trabalho e será mais profundamente abordado no capítulo 3 deste texto.

Ainda sobre os processos de esvaziamento dos centros tradicionais das cidades brasileiras e sua ocupação pelas atividades comerciais de rua, na segunda metade do século XX, a cidade de Salvador merece um destaque. O seu caso anunciou a situação que parte dos centros históricos acima citados vivenciaria: o processo de redescobrimto das áreas centrais tradicionais pelo setor turístico.

Santos (2015), revela que na primeira capital do Brasil o comércio de rua sempre esteve associado aos costumes e modos de fazer dos povos africanos trazidos ao Brasil como escravizados. Tais práticas foram, historicamente, reprimidas pelo Estado considerando o título de "incivilidade" atribuído pelo poder público a estas. No tocante, Salvador diferencia-se das outras grandes cidades brasileiras por apresentar um processo prematuro de abandono de sua centralidade tradicional, que

data do início do século XX (SANTOS, 2015). Durante a década de 1980 o Pelourinho, em Salvador, parecia em “[...] uma vista aérea [...] uma cidade bombardeada. Empilhada em ruínas e mofo, convivendo com ratos e baratas, uma população que preservava, como podia, o espaço que ocupava” (ZANIRATTO, 2007, p.36, grifo nosso). As ruas e casarões deste espaço, que conformavam um dos mais representativos conjuntos arquitetônicos do período da colonização portuguesa no Brasil, estavam ocupadas por grupos sociais historicamente marginalizados. Ao mesmo tempo, este território era o foco do surgimento de importantes movimentos musicais negros (SANTOS, 2012). Isso evidenciou suas potencialidades culturais, sendo responsável por fomentar, junto à pressão de diversos setores da sociedade, a proposição de reformas para este espaço durante a década de 1990. O período de reformas no Centro Histórico de Salvador, desconsiderou praticamente todas as atividades desenvolvidas ali até então, a exemplo das moradias para populações de menor renda e o comércio tradicional de rua, em prol do desenvolvimento do setor turístico.

“O projeto de reforma, nos anos 1990, foi marcado pela modernização da infraestrutura com reforma de prédios, limpeza de fachadas e retirada de moradores com o intuito de atrair novos investimentos e um novo público para a área entre o Terreiro de Jesus e o Pelourinho. Área essa que foi transformada em um enclave de consumo e lazer, pautado no conceito de “shopping a céu aberto”. Atraídos por 34 incentivos financeiros e fiscais, um número considerável de estabelecimentos se instalou na região” (SANTOS, 2015 p.33).

Como dito, o caso da cidade de Salvador anunciava a redescoberta dos centros históricos das grandes metrópoles brasileiras sob uma perspectiva cultural. Essa transformação na forma de entender e intervir nestes espaços tem consequências diretas nas atividades desenvolvidas pelos comerciantes de rua. Tourinho (2007) explica que, na década de 80, as discussões sobre os centros ganham novos olhares ligados aos aspectos sociais, culturais e simbólicos, haja vista as suas potencialidades ligadas ao desenvolvimento de atividades de lazer e turismo, no âmbito local, e de sua importância, no contexto da globalização, na formação da identidade das cidades sendo apreciáveis atrativos para a instalação de empresas multinacionais, por exemplo.

Importa notar, que já no ano de 1973 tem-se a publicação do Programa de Revitalização das Cidades Históricas (PCH), cujo principal objetivo era promover o desenvolvimento econômico por meio do estímulo à preservação e promoção do turismo nestas áreas, que foi um ponto decisivo para o início do processo de redescobrimto dos centros histórico das grandes metrópoles brasileiras.

Menezes (2022), por sua vez, chama a atenção que, no Brasil e na América Latina, a temática de recuperação dos centros históricos, sob uma perspectiva simplista de incentivo a usos ligados ao lazer e turismo, é responsável pela criação de um cenário de conflitos. Isto se dá justamente pela desconsideração de usos tradicionalmente desenvolvidos nestes espaços, a exemplo do comércio popular em suas diversas formas de realização.

“[...] quando se aborda o comércio, geralmente é aquele associado ao turismo, não às atividades de comércio popular que se desenvolvem num centro urbano. Isso não quer dizer, no entanto, que essas atividades não existam nos centros analisados (MENEZES, 2022, p.27).

Assim, depreende-se que o comércio de rua tende a ser negligenciado nas ações de recuperação de centros históricos no Brasil por questões ligadas ao fato desta atividade **(i)** se relacionar com práticas associadas a grupos historicamente marginalizados, **(ii)** não se inserir nas atividades mais comumente vinculadas a processos de reabilitação de áreas históricas, a exemplo do lazer e serviços, **(iii)** não ser considerada como um possível elemento formador da identidade destes espaços, e **(iv)** por desprezar-se a função social e econômica do comércio de rua para as cidades dos países subdesenvolvidos. Tais questões colocam luz sobre o conflito de usos no qual se insere São José, na atualidade. Seu redescobrimto pelo setor de lazer e turismo tem fomentando processos de remoção e realocação de comerciantes de rua, impactando nas dinâmicas tradicionalmente desenvolvidas ali, como apontado na introdução, e que será explanado no capítulo 3 e 4 deste texto.

### **2.3 Comércio de rua ou informal? - Apontamentos sobre legalidade e apropriação do espaço por comerciantes de rua**

Entendido como o comércio de rua se desenvolve nas grandes cidades brasileiras, mais especificamente em suas centralidades tradicionais, este trabalho passa a abordar os aspectos legais associados a esta dinâmica. Os conceitos de informalidade e ilegalidade sempre rodearam as discussões sobre este tema. Não é incomum, por exemplo, encontrar o comércio de rua sendo referenciado como “comércio informal”. Desta forma, busca-se neste item entender como se insere o exercício do comércio de rua no setor informal da economia e quais são as repercussões legais destas práticas.

De início, é necessário dissertar a respeito das atividades econômicas informais. Para Barbosa (2011), a teorização sobre este setor surge durante a década de 70, quando o olhar da ciência se volta para as relações socioeconômicas e espaciais dos países subdesenvolvidos. Desde então, as discussões sobre este tema se tornaram complexas, envolvendo diversos estudos com abordagens nos campos das ciências sociais e da economia.

Pamplona (2013) busca categorizar, de forma básica, informais como sendo “os trabalhadores das unidades de produção não tipicamente capitalistas no interior do capitalismo, sendo que o conjunto destas unidades de produção compõem o setor informal” (idem, 2013, p.228). O autor ainda afirma que este setor se caracteriza por uma relação inseparável entre trabalho e propriedade dos meios de produção, podendo existir alguns casos em que se recebe ajuda de familiares ou de alguns trabalhadores assalariados. O trabalho assalariado, inclusive, não constitui a base de seu funcionamento assim como a noção de lucro, já que as prioridades se relacionam muito mais com a auto sobrevivência. Contudo, existe ainda a possibilidade de ascensão social neste meio, que é marcado por uma forte heterogeneidade no perfil social de seus atores.

Montenegro (2012) aponta que, no entendimento das organizações internacionais, sobretudo a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Banco Mundial, o setor informal foi visto inicialmente como um obstáculo para o desenvolvimento dos países. Contudo, a partir da década de 80, esse setor passa a ser compreendido como um importante gerador de renda e empregos em contextos de crises econômicas e aumento da pobreza (MONTENEGRO, 2012, p. 153).

Tal entendimento permite reconhecer a importância econômica e social deste setor. No Brasil, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad contínua) revelou que o número de trabalhadores por conta própria no primeiro

trimestre do ano de 2022 era de 25,7 milhões de pessoas. O considerável percentual da população brasileira inserida neste setor não é uma novidade, mas foi recorde em 2022<sup>5</sup>, tendo em vista o momento de crise econômica vivenciada pelo Brasil que foi inflamada pela pandemia de covid-19. Os processos de aumento, e, por vezes, diminuição, neste quantitativo levou as diferentes esferas do poder político a uma busca pela regularização destes trabalhadores.

No que diz respeito ao comércio de rua, três pontos são relevantes nos processos de normatização: **(i)** a regularização destes trabalhadores, no sentido da formalização das atividades que exercem, **(ii)** a concessão do direito de ocupar equipamentos e vias públicas e **(iii)** as relações tributárias no que diz respeito à comercialização de produtos.

Quanto à regularização destes trabalhadores, observa-se diversos avanços no sentido do reconhecimento legal destas formas de trabalho. No âmbito nacional, a promoção da segurança social por meio do combate à informalidade foi assegurada por meio da flexibilização da concessão do título de Microempreendedor Individual (MEI), institucionalizado pela Lei Complementar número 128 de 19 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008). Em linhas gerais, isto permitiu, através da simplificação do cadastro e da arrecadação de tributos, que trabalhadores informais, incluindo comerciantes de rua, tivessem acesso às vantagens oferecidas aos registrados no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), como a solicitação de empréstimos a instituições financeiras.

Antes disso, o reconhecimento constitucional do trabalho ambulante se deu por meio do Decreto-Lei Nº 2.041, de 27 de fevereiro de 1940. Este regulamentou o “exercício do comércio ambulante, de vendedores ou compradores, por conta própria ou de terceiros, em logradouros públicos ou locais de acesso franqueado ao público” (BRASIL, 1940).

Ademais, diversas cidades brasileiras passaram a cadastrar estes trabalhadores, no âmbito municipal, a fim de reconhecer as atividades desenvolvidas e regularizar a ocupação do espaço público. No caso recifense, em 2022, este trabalho é desenvolvido pela Gerência Geral do Comércio Popular do Recife, vinculada à

---

<sup>5</sup> Taxa de desemprego recua a 9,3%; trabalhadores informais batem recorde. **Diário de Pernambuco**, Recife: [s.n.], 2022. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/economia/2022/07/taxa-de-desemprego-recua-a-9-3-trabalhadores-informais-batem-recorde.html>. Acesso em 14 de setembro de 2022.

Secretaria de Política Urbana e Licenciamento (SECON/SEPUL). A atividade de concessão do título de permissionário para utilização de equipamentos públicos voltados para o comércio popular, por sua vez, é desenvolvida pela Companhia de Serviços Urbanos do Recife (CSURB).

Quanto ao direito de ocupação de logradouros e equipamentos públicos, um ponto de convergência é identificado em diversas cidades do Brasil: as mudanças no controle, permissão e formas de fiscalização de acordo com as diretrizes administrativas das diferentes gestões públicas, sobretudo no âmbito municipal. Desta forma, a permissão da ocupação, sempre concedida a título precário, pode variar conforme os interesses dos agentes políticos, resultando em um cenário de conflitos urbanos recorrentes e de insegurança social para estes trabalhadores. Tendo em vista a notória presença desta dinâmica em diversas cidades brasileiras, não é incomum se deparar com a pauta do comércio de rua sendo utilizada como objeto de campanhas políticas.

No caso recifense, o acompanhamento dos decretos e leis publicados a partir da década de 1990, sobre a regulamentação do comércio de rua, bem como questões relacionadas a esta atividade (a exemplo da possibilidade de retenção de produtos por parte do poder público), evidenciou como o entendimento sobre a permissibilidade da ocupação de vias varia entre as gestões.

A título de ilustração desta situação, tem-se a Lei Nº 15.451/90, por meio da qual a gestão em exercício proibiu a prática, por parte do executivo, da apreensão de mercadorias pertencentes a ambulantes e/ ou camelôs, através da "carrocinha" ou "rapa" (RECIFE, 1990). Uma gestão após a proibição foi revogada pela Lei Nº 16.362/1997. O seu artigo 1º autorizava o Poder Executivo a recolher as mercadorias de comerciantes informais quando estes não estivessem autorizados a exercer esse tipo de atividade comercial (RECIFE, 1997). Esta última determinação se encontra em vigência até os dias de hoje.

Ainda sobre a variação na permissibilidade da execução de atividades de comércio de rua entre as diferentes gestões, têm-se o exemplo do Decreto nº 15.129 de 26 de junho de 1990. A publicação autorizou o exercício do comércio, estacionado ou ambulante, em logradouros públicos, no Centro Expandido do Recife mediante autorização, a título precário, para os comerciantes que já haviam sido cadastrados (RECIFE, 1990). Contudo, o Decreto acima citado tratava-se de uma alteração do Decreto nº 14.725 de julho de 1989. A publicação mais antiga previa, no parágrafo

único do seu artigo 1º, a suspensão da expedição de novos atos administrativos que permitissem a ocupação dos logradouros do Centro Expandido, o que não foi alterado no texto publicado em 1990 (RECIFE, 1989).

Ademais, se faz importante pontuar que foi verificado, por meio da revisão da legislação, uma diminuição na ocorrência de decretos que tratam da regularização do comércio de rua na cidade do Recife, sobretudo a partir do final dos anos 1990. No mesmo período, houve a construção de uma série de equipamentos públicos para receber atividades de comércio popular, a exemplo do *Shopping* popular de Santa Rita (1995) e o *Camelódromo* (1994), o que pode ter sido responsável pela diminuição nas ações de promoção da permanência destes comerciantes nas ruas.

Atualmente, a legislação municipal da cidade do Recife proíbe, por meio da Lei Nº 16.053/95, a disposição de veículos, ou qualquer outro bem, em passeios públicos quando estes dificultem a circulação viária (RECIFE, 1995). Contudo, a Lei nº 16.164/96 dispôs como exceção para esta proibição: “fiteiros, bancas de revistas, parques de diversão, circos e outros equipamentos similares, desde que licenciados de acordo com as normas legais e regulamentares pertinentes” (RECIFE, 1996). Mais recentemente, a mesma publicação de 1995 foi alterada, pela Lei 18.422/2017, que permitiu a presença, em logradouros públicos, de veículos de médio porte utilizados para venda de produtos alimentícios, a exemplo dos *foodtrucks* (RECIFE, 2017).

Soma-se ao entendimento sobre a permissibilidade da ocupação de logradouros públicos por trabalhadores de rua, a Lei nº 2134, de 18 de março de 1953, ainda em vigor. Essa normativa regulariza o comércio ambulante na cidade do Recife dividindo-a em três zonas distintas com diferentes níveis de permeabilidade quanto à ocupação das ruas por comerciantes<sup>6</sup>. Na primeira zona um é terminantemente proibido a comercialização de rua, a segunda permite o estacionamento de vendedores, com exceção dos que comercializam produtos geradores de mal cheiro em contato com a umidades, enquanto a terceira é permitida o livre comércio de rua,

---

<sup>6</sup> 1ª ZONA - Ruas: - Nova - 1º de Março - Imperador - Diário de Pernambuco - Imperatriz - Duque de Caxias - Rangel - Livramento - Palma (1º e 2º trêcho). - AVENIDAS: - Guararapes - Marquês de Olinda - Rio Branco e Dantas Barreto. - PRAÇAS: - da República - Independência - Joaquim Nabuco e Maciel Pinheiro. - PONTES: - tôdas as pontes que ligam a zona urbana.

2ª ZONA - todas as transversais e tôdas as praças ajardinadas que não se incluem na 1ª zona.

3ª ZONA - todas as demais ruas e praças não ajardinadas, praias e cais, exceto o Porto do Recife. RECIFE, 1953. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/lei-ordinaria/1953/214/2134/lei-ordinaria-n-2134-1953-divide-o-municipio-do-recife-em-zonas-para-efeito-do-comercio-ambulante>>. Acesso em: 13 de agosto de 2022.

contanto que esses não promovam danos nos prédios ou passeios e jardins públicos (RECIFE, 1953).

Mais recentemente, a Lei nº 18.890, de 05 de janeiro de 2022, permitiu a utilização de espaços comerciais voltados para a promoção do comércio popular “mediante autorização ou permissão de uso, outorgada a título precário sem prazo determinado, com revisões a cada 02 anos”. Destaca-se no texto da lei, o entendimento sobre as feiras livres quando colocado que estas “podem ocorrer em vias, logradouros públicos ou ainda em área pública coberta” (RECIFE, 2022).

Isto posto, identificou-se um “emaranhado” legislativo no que diz respeito à permissibilidade na ocupação de logradouros e equipamentos públicos por comerciantes de rua na cidade do Recife. Mesmo assim, verifica-se que existe validação legal, no âmbito municipal, para o funcionamento destas atividades na cidade.

Por fim, quanto a circulação de mercadorias de origem ilegal e às questões ligadas ao pagamento de impostos, que aproximaria as práticas do comércio de rua a questões ilícitas, Santos (1979) faz importantes apontamentos quando coloca que “os pequenos vendedores ambulantes não são independentes, mas verdadeiros empregados de patrões invisíveis que comandam microcadeias de comercialização” (SANTOS, 1979, p.218). Isto posto, reconhece-se que, quando comercializam produtos de origem ilegal, os comerciantes de rua são apenas a base de um sistema mais complexo que envolve diversos atores da economia, incluindo os que se encontram no setor formal. Ou seja, não se pode associar o comércio de rua, de forma a defini-lo, com a prática de comercialização de produtos de origem ilícita. Além disso, quando se considera que parte destes comerciantes adquire seus produtos do mercado formal, como apontado por Santos (1979) ao tratar das relações entre o circuito superior e inferior da economia urbana, evidencia-se que estes comerciantes de rua são responsáveis pela distribuição de produtos para parcelas da população com menores possibilidades de aquisição de bens. Este tipo de relação foi exposta pelo comerciante da rua do Brás, em São Paulo, Bernardo do Nascimento, conhecido como Piauí:

“[...] Vejo certa diferença entre o comércio ambulante e o comércio dos lojistas. O comércio ambulante é o seguinte: vendemos nossas mercadorias mais barato, os lojistas vendem suas coisas mais caras. Mas os lojistas têm mais despesas, pagam mais impostos, a gente paga um pouco menos. Tem lojistas que já foi de baixo, sabe

como é trabalhar de ambulante, tem muitos que, se puderem ajudar você em alguma coisa, ele vai te ajudar. [...]” (ALCÂNTARA, et al, 2013, p.23)

Ademais, Moura Júnior (2007) propõe uma reflexão sobre este tema ao apontar que a comercialização de produtos considerados “ilegais” se encontra numa zona limiar entre a ilegalidade e a legalidade. Ou seja, os produtos comercializados são socialmente lícitos, já que não há constrangimentos morais em sua aquisição, mas são definidos pelo Estado como “ilegais” por estarem fora das regulamentações e fiscalizações institucionais. Para o autor, isto conforma uma contradição entre Estado e comércio de rua, haja vista que o Estado não produz políticas públicas ou formas alternativas que forneçam ferramentas de incentivo a este particular comércio, frente ao reconhecimento de sua importância social e econômica (MOURA JÚNIOR, 2007, p.26).

Como visto, o comércio de rua representa um importante meio de inclusão social para um significativo percentual da população brasileira, notadamente nos dias de hoje. As dificuldades relacionadas a sua regulamentação não podem levar ao entendimento de que esta atividade é nociva ao desenvolvimento econômico e social do país. Ao contrário: movimentos de inchaço no quantitativo de trabalhadores de rua se relacionam a processos de crises econômicas, o que indica que devem ser considerados à luz do seu papel fundamental na promoção da justiça social.

Diante do exposto, este trabalho optou em tratar as atividades de comércio desenvolvidas em logradouros e equipamentos públicos como “comércio de rua”. Com essa escolha evita-se termos relacionados a “comércio informal”, afinal foram realizados avanços no sentido de regularização desta atividade no âmbito federal e municipal. Ademais, evita-se equívocos que levariam o leitor a relacionar esta dinâmica a atividades ilegais. Por fim, como apontado por Moura Júnior (2007):

“Não podemos entendê-lo [o comércio de rua] como uma prática *strictu sensu* ilegal, nem *strictu sensu* legal, seria mais válido tentarmos buscar uma reflexão que entenda o fenômeno em suas especificidades, e mais, percebendo-o dentro de um processo de transformação que a sociedade e economia vêm passando com a ascensão da sociedade em rede.” (MOURA JÚNIOR, 2007, p.26, grifo nosso)

### **3. CARACTERÍSTICAS DO VUCO-VUCO EM SÃO JOSÉ**

Neste capítulo foi construída a leitura sobre a formação urbana e funcional de São José, assim como os caminhos que levaram ao seu reconhecimento como uma área de proteção histórica. Essa reconstituição se deu a partir de levantamentos históricos e historiográficos em acervos eletrônicos e físicos. No tocante, foram apresentados os levantamentos morfotipológicos e de usos atuais em São José. Além disso, será discutido como o comércio de rua do *Vuco-vuco* se apropria deste espaço público.

#### **3.1 Da ocupação à proteção: A evolução urbana de São José**

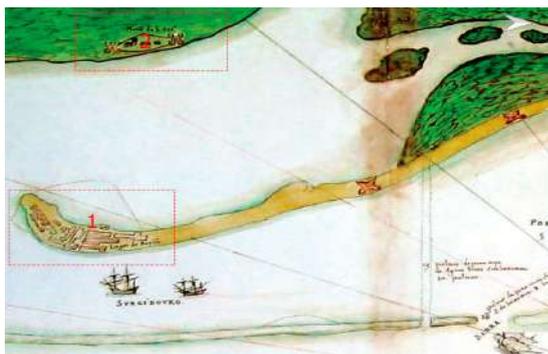
Como salientado na introdução deste texto, um dos principais elementos formadores da dinâmica nomeada de *vuco-vuco* diz respeito à trama urbana na qual se insere o bairro de São José. Compreender a formação desse espaço se faz importante quando se verifica as repercussões de tais transformações espaciais nas funcionalidades desempenhadas nesse bairro. Ademais, identificar os processos que levaram ao reconhecimento dessa porção territorial como uma área de proteção histórica tem igual relevância para a apreensão sobre os processos formadores da dinâmica do *vuco-vuco*, afinal trata-se de um fenômeno espacial que se desenvolve, majoritariamente, em um setor de preservação do patrimônio histórico de teor rigoroso. A partir desse entendimento, o presente item buscará caracterizar os supracitados processos por meio de uma revisão bibliográfica, iconográfica e cartográfica a respeito da constituição morfológica de São José.

A cidade do Recife tem como berço o núcleo portuário que se desenvolveu nos arrecifes de corais do istmo que conectava o atual bairro do Recife à cidade de Olinda. O primórdio de ocupação deste espaço data de 1530. Resumia-se, nesta época, a um conjunto de pequenas construções ao redor de uma ermida localizada no supracitado porto, que na época era parte do território olindense (ZANCHETTI, 2012) (Figuras 6 e 7).

Após a tomada de parte da região Nordeste do Brasil pela Holanda (1630-1654), o Recife torna-se a sede da Companhia das Índias Ocidentais (WIC). Olinda, que havia sido escolhida pelos portugueses para ser a capital da Capitania de Pernambuco, por sua localização e geografia estratégica, foi incendiada durante o processo de invasão. É então na região do porto do Recife onde os neerlandeses se estabelecem. A acanhada área ocupável do istmo logo foi densamente povoada. Essa

situação iniciou um processo de expansão que se deu a partir dos arrecifes de corais, no Oceano Atlântico, em direção ao continente. Antes de ocuparem o território do continente propriamente dito, os holandeses estabeleceram-se na Ilha de Antônio Vaz, onde, atualmente, encontram-se os bairros de Santo Antônio e São José. O território da ilha era, até então, pouco ocupado tendo como principal elemento construído o Convento dos Franciscanos (Figura 6).

**Figura 6 - Ocupação do Recife (1630)**



1 - Núcleo Portuário e 2 - Convento Franciscano de Santo Antônio.

Autor: ALBERNAZ, João Teixeira, I. Disponível em: LINS, 2011. Edições feitas pelo autor, 2022.

**Figura 7 - Perspectiva do Recife (1630)**



Fonte: Ilustração do livro de Johannes de Laet - 1644

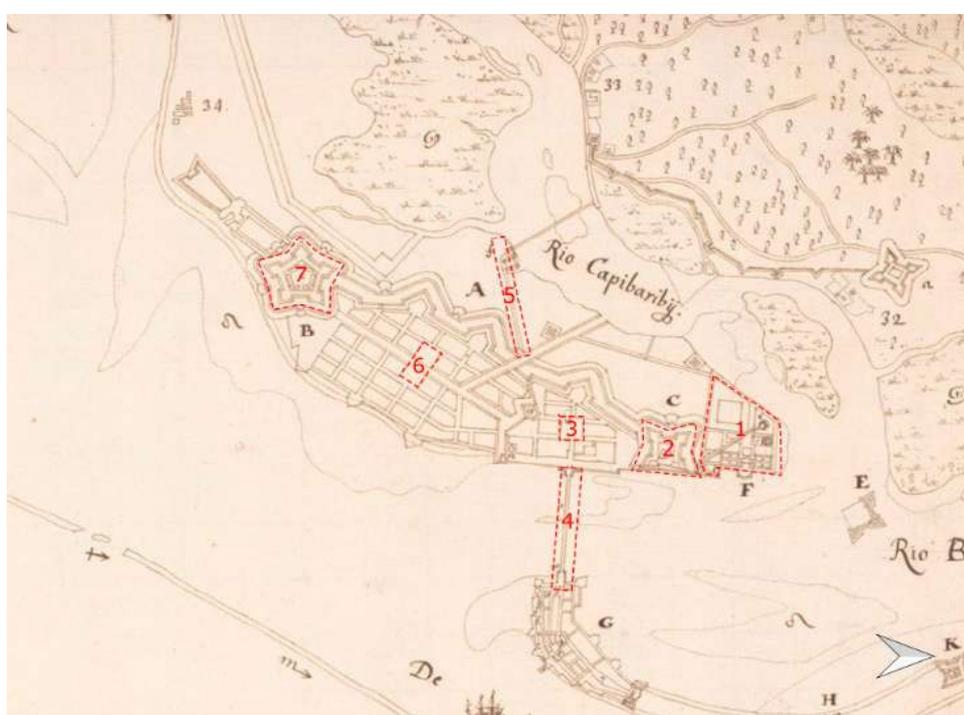
Disponível em: <http://bairrodorecife.blogspot.com/2014/02/a-rua-do-bode-dos-judeus-da-cruz-e-do.html>. Acesso em: 14 de agosto de 2022.

O processo de ocupação desta ilha se deu por meio de um sofisticado projeto urbanístico para a construção de uma cidade fortificada em estilo barroco (Zanchetti, 2012). O projeto data de 1639 e é atribuído ao arquiteto holandês Pieter Post. Por ter sido proposta e executada durante o governo do Conde Maurício de Nassau, esta área foi batizada de Cidade Maurícia.

O núcleo ocupado desenvolvia-se, basicamente, entre os fortes Frederik Hendrik (ao sul), atual Forte das Cinco Pontas, e Ernesto (ao norte), montado a partir da adição de anexos ao convento franciscano. No extremo norte da ilha, foi construído o Palácio de Vrijburg, sede do poder administrativo holandês. Ao centro do sistema

fortificado, o espaço dividia-se em uma trama urbana regular e quadriculada que contava com dois espaços públicos: (i) a Praça do Mercado Grande - ou Terreiro dos Coqueiros, voltada para as classes mais abastadas e a (ii) Praça Dupla, para a população trabalhadora de menor renda (ZANCHETI, 2012). O espaço ainda se dividia por uma estratificação social, onde o poder político encontrava-se ao Norte, o comércio na região central e a moradia popular ao sul. (REYNALDO, 2017). A conexão terrestre entre a ilha, o núcleo portuário e o continente só foi concretizada em 1644, por meio da construção de pontes (Figura 8).

**Figura 8 - Ocupação do Recife (1648)**



1 - Palácio de Vrijburg, 2- Forte Ernesto, 3 - Praça dos coqueiros, 4 - Ponte que conectava a Ilha de Antônio Vaz ao Istmo do Recife, 5 - Ponte que conectava a Ilha de Antônio Vaz ao Continente, 6 - Praça Dupla e 7 - Forte Frederik Hendrik

Fonte: Biblioteca Nacional Austríaca. Disponível em: [https://search.onb.ac.at/primo-explore/fulldisplay?docid=ONB\\_alma21359492050003338&context=L&adaptor=Local%20Search%20Engine&vid=ONB&lang=de\\_DE&search\\_scope=ONB\\_gesamtbestand&tab=default\\_tab&query=addsrcid,exact,AC03878152](https://search.onb.ac.at/primo-explore/fulldisplay?docid=ONB_alma21359492050003338&context=L&adaptor=Local%20Search%20Engine&vid=ONB&lang=de_DE&search_scope=ONB_gesamtbestand&tab=default_tab&query=addsrcid,exact,AC03878152). Acesso em: 14 de agosto de 2022. Edições feitas pelo autor, 2022

Pouco restou dos monumentos construídos durante o período holandês após a retomada do território do Recife por Portugal em 1654. Resistem, com algumas modificações, até a atualidade, o Forte das Cinco Pontas e o Convento franciscano de Santo Antônio (convertido novamente em convento, mas que ainda preserva resquícios dos anexos construídos pelos holandeses). Contudo, outros espaços permanecem no tecido urbano recifense tendo sofrido maiores alterações. Onde localizava-se o Palácio de Vrijburg, demolido durante a reocupação portuguesa, têm-

se hoje o Palácio do Campo das Princesas, sede do poder político pernambucano, enquanto o Terreiro dos Coqueiros converteu-se na Praça da Independência, também conhecida como Pracinha do Diário. Almeida (2001), em seus estudos, nos revela que o espaço da praça dupla coincide com o Pátio da Penha, onde atualmente encontram-se a praça Dom Vital e o Mercado de São José. Destaca-se, também, a permanência das linhas de força no traçado urbano que seguem no sentido leste-oeste (conexão entre o istmo, a Ilha de Antônio Vaz e o continente) e, principalmente, norte-sul (Conexão intra sistema fortificado). De certa forma, pode-se compreender que, a partir da setorização funcional proposta no período Holandês, o caráter popular do bairro de São José é herança dos processos iniciais de formação da cidade. Afinal, o que antes era habitação popular mais tarde tornou-se o que se reconhece na atualidade como o *vuco-vuco*, área de comércio popular, como será visto no item 3.2 deste texto.

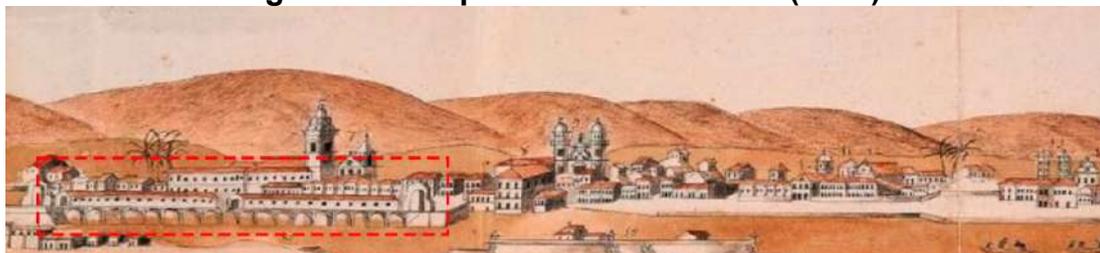
A retomada do Recife por Portugal deu início a um novo momento no desenvolvimento urbano deste espaço. A cidade de Maurícia passou a se chamar Povoação de Santo Antônio. Em meio a destruição promovida pelo processo de retomada e a demolição da maior parte dos monumentos construídos durante o período da invasão holandesa, o espaço urbano do Recife passou por importantes remodelações. Entre os séculos XVII e XVIII, os três principais agentes responsáveis por definir a reocupação deste território foram: comerciantes burgueses, religiosos e administradores portugueses (ZANCHETTI, 2012).

Portugal, entre os três atores acima citados, foi quem teve o menor papel nas transformações vivenciadas pela cidade. Afinal, a sede do poder político havia voltado a se estabelecer em Olinda e a reconstituição da cidade incendiada foi priorizada nos primeiros momentos de retomada do território. Coube ao poder público a atuação, no Recife, apenas “na regulação da construção do espaço público e da normatização das edificações, especialmente as civis” (ZANCHETTI, 2012, p.5).

A construção religiosa, no entanto, surge como elemento relevante na urbanização da antiga cidade Maurícia, sobretudo a partir da segunda metade do século XVII. A partir do referenciado período, os edifícios religiosos passam a ser um elemento dominante na configuração urbana e paisagem deste espaço (Figura 9) (REYNALDO, 2017). O clero era, nesse período, o agente responsável pela construção de igrejas, hospitais e conventos. Como marca deste processo, tem-se, na Ilha de Antônio Vaz, um traçado urbano marcado pelos vazios dos pátios de igrejas,

que se tornaram um dos mais significativos espaços públicos do atual bairro de São José (ZANCHETTI, 2012) (Figura 10).

**Figura 9 - Perspectiva do Recife em (1759)**

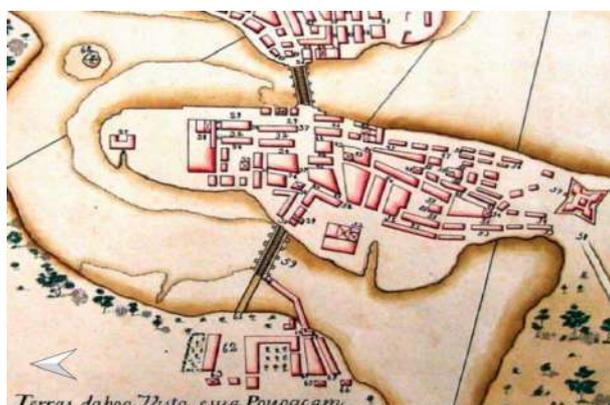


Grifadas estão as “lojinhas da ponte”.

Fonte: Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro in: Bairrodorecife.blogspot.

Disponível em: <http://bairrodorecife.blogspot.com/2014/01/a-cruz-do-patrao.html>. Acesso em: 14 de agosto de 2022. Edições feitas pelo autor, 2022.

**Figura 10 - Ocupação do Recife (1736)**



Fonte: Rede da Memória Virtual Brasileira

Disponível em: <http://acervo.redememoria.bn.gov.br/redeMemoria/handle/20.500.12156.2/301326>. Acesso em: 14 de agosto de 2022. Edições feitas pelo autor, 2022

A cidade contou ainda com as ações promovidas pelos comerciantes burgueses na reocupação deste espaço. Durante o período holandês, o Recife havia se tornado um dos principais centros de comércio do Brasil. Nobrega (2008) explica como o Recife torna-se um importante centro comercial, ainda durante período Holandês:

“O comércio se constitui como a mais importante atividade urbana e geradora da formação da cidade. Este comércio, que impulsiona o crescimento urbano, deste período, toma ainda uma maior dimensão quando, paralelamente à compra de propriedades agrícolas, incentivadas pelos leilões, ocorre a abertura dos portos para comerciantes livres (1638).” (NÓBREGA, 2008, p.58)

No contexto de reconstrução da cidade, foi o comerciante um dos principais responsáveis pela nova configuração urbana da Vila de Santo Antônio, afinal eles

dominavam as relações econômicas e, como consequência, políticas da cidade neste período.

“(…) Esses mercadores ambulantes mais tarde viriam a constituir, juntamente com homens livres e bem sucedidos no comércio da praça, uma burguesia comercial que se contrapôs à “velha” aristocracia rural concentrada em Olinda, fato que resultou numa revolução de caráter nativista que ficou registrada na história como “Guerra dos Mascates”. (ARAÚJO, 2014. p.23).

Nota-se, inclusive, no detalhe da figura 9, a existência de pequenas lojas estabelecidas na ponte que conectava o istmo do Recife a Ilha de Antonio Vaz, revelando práticas do comércio em logradouros públicos já no século XVIII.

A setorização implantada durante o período holandês não havia sido superada. No extremo norte da ilha de Antônio Vaz ainda se localizava a administração pública, ao centro da porção ocupada desse território encontrava-se o comércio e serviço e ao sul a residência, sobretudo para as populações menos abastadas. A funcionalidade destas áreas foi um fator decisivo para a conformação dos padrões de ocupação deste espaço.

O comércio foi responsável pela proliferação dos sobrados altos, dispostos em lotes estreitos e alongados, na região central, enquanto na área habitacional, mais ao sul, as casas térreas se conformaram como tipologia prevalecente. Importa ressaltar que os sobrados já eram uma tipologia notável durante o período holandês, onde a verticalização era pautada como forma de enfrentamento à escassez de terras (NÓBREGA, 2008). Estas formas de construção também eram notáveis nos entornos dos pátios das igrejas e largos de comércio, já que estas eram áreas mais valorizadas e ocupadas por famílias abastadas (Figuras 11 e 12) (REYNALDO, 2017).

**Figura 11 - Pátio do Livramento (1878)**



Fonte: Acervo do instituto Ricardo Brennand.

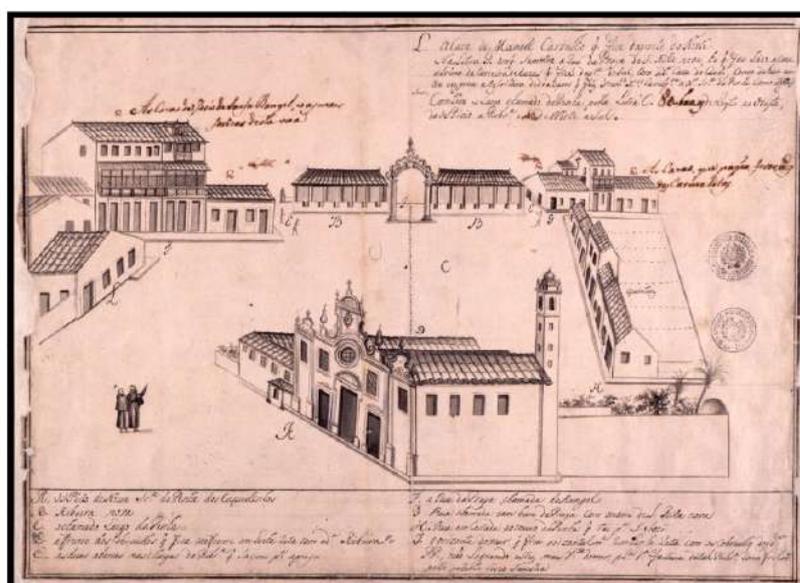
**Figura 12 - Pátio do Terço (1878)**



Fonte: Acervo do instituto Ricardo Brennand.

Reis Filho (1983) expõe que a arquitetura residencial urbana do período colonial estava baseada nos sobrados dispostos em lotes alongados, seguindo as tradições urbanísticas de Portugal. Na ausência de calçamento ou mesmo de passeio, as ruas eram definidas por estes lotes, que até os dias de hoje guardam a característica de ocupar quase toda, e por vezes totalmente, a extensão do terreno. O autor aponta ainda que em grande parte destas edificações habitacionais os pavimentos térreos abrigavam outros usos como depósitos, dependências para pessoas escravizadas e lojas. A Figura 13 revela a coexistência entre os sobrados e as casas térreas no entorno da igreja da Penha, no atual bairro de São José.

**Figura 13 - Pátio da Penha (1800)**



A- Igreja da Penha, B- Ribeira dos peixes, C- Largo da Penha

Fonte: Rede da Memória Virtual Brasileira

Disponível em: <http://acervo.redememoria.bn.gov.br/redeMemoria/handle/20.500.12156.2/301355>.

Acesso em: 14 de agosto de 2022

A partir de 1711, o Recife tornou-se um território autônomo com seu próprio pelourinho e Câmara (Pontual, 2021). Sem a marcante presença do Estado, que poderia ter sido responsável pela proposição de um novo plano urbanístico de reconstrução, o Recife (re)surge com um tecido urbano menos ortogonal. O traçado das ruas permanece seguindo o eixo norte-sul, com as quadras mais alongadas neste sentido, mas agora com uma trama composta por ruas estreitas e becos sinuosos, aos moldes do urbanismo lusitano. O desenho das quadras foi se desenvolvendo de acordo com as necessidades existentes e, por isso, passou a possuir uma forma irregular e bastante heterogênea, sem uma centralidade e de difícil hierarquização

(ZANCHETTI, 2012) (Figura 14). É neste momento que se conforma a peculiar espacialidade na qual se desenvolve o *vuco-vuco* no atual Bairro de São José.

**Figura 14 - Ocupação do Recife (1776)**



Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Disponível em: <https://purl.pt/2907>. Acesso em: 15 de agosto de 2022. Edições feitas pelo autor, 2022

Do final do século XVIII até meados do século XIX o traçado urbano do Recife passou por poucas alterações. Como mudança mais significativa, tem-se novos núcleos ocupados sobre as áreas de aterro (figura 15). O território mais ao sul da ilha, em decorrência do significativo aumento populacional, viria a ser chamado de freguesia de São José. Mesmo com a chegada da Família Real ao Brasil (1808) e a proclamação da independência (1822), que inflamaram processos de transformação em outros centros urbanos pelo país, Recife manteve seus ares citadinos marcado pelo contraste entre a verticalidade das torres dos edifícios religiosos e a horizontalidade de todo o resto da cidade (PONTUAL, 2021).

**Figura 15 - Ocupação do Recife (1868)**



Contornadas estão as novas ocupações territoriais em São José.

Fonte: Biblioteca do Congresso Estadunidense

Disponível em:

<https://catalog.loc.gov/vwebv/search?searchCode=LCCN&searchArg=map50000029&searchType=1&permalink=y>. Acesso em 15 de agosto de 2022.

Contudo, a segunda metade do século XIX chegou trazendo novas discussões sobre o espaço urbano recifense. Acontece que, como colocado por diversos viajantes que passaram pela cidade neste período, havia “imundície”, “sujeira” e “desordem” nas ruas do Recife. Tudo isso, somava-se aos surtos de febre amarela, cólera-morbo e varíola, que motivaram uma série de ações urbanizadoras na cidade, promovidas pelo poder público (PONTUAL, 2021).

“A imagem construída neste período vinculava as cidades brasileiras, como Rio de Janeiro, Salvador, Recife, à ideia de atraso, falta de civilidade e desordem. Fugindo dos padrões modernos, nossos centros exibiam aos visitantes vielas sujas e tortuosas, habitações insalubres, falta de transportes, de saneamento e precariedade no sistema de distribuição de água, além de concentrar amplas parcelas da população, cujos hábitos e expressões culturais chocavam-se diretamente com os novos preceitos de salubridade, disciplina e moral” (BOMPASTOR, 1994, p.32).

É importante evidenciar que, neste momento, o Brasil ainda se insere no contexto social e econômico da escravidão, que só teria fim em 1888. Nessa conjunção, o escravizado cumpria as funções das redes de saneamento e transporte. Essas pessoas eram responsáveis por descartar os dejetos produzidos pelas casas nos corpos d’água da cidade, pela distribuição de água e pelo transporte de combustíveis e alimentos. Esse arranjo também se reproduzia dentro das tipologias verticais construídas. Os sobrados eram limpos e tinham mantimentos distribuídos internamente com uso da mão de obra escravizada (MARICATO, 2019). Desta forma, as cidades brasileiras, em sua conformação urbana e tipológica, desenvolvem-se a partir de uma estreita dependência do trabalho escravizado ligado ao empobrecimento de significativa parcela da população. Existe ainda, uma relação entre este “escravismo urbano” e o comércio de rua, que será tratado no item 3.2.3 deste texto.

Em continuidade, neste contexto, é criada, no Recife, a Repartição de Obras Públicas (1835), com a intenção de modernizar a capital por meio da execução de diversas obras de infraestrutura baseadas nos preceitos higienistas que despontavam na Europa neste mesmo momento. Houve então, a construção de uma rede de abastecimento de água e luz além de rodovias, ruas e estradas de ferro. As linhas dos bondes (linhas verdes) e as estradas de ferro (linhas vermelhas) que cruzavam os bairros de São José e Santo Antônio podem ser visualizadas na figura 16. Também



transformações na atual Rua das Calçadas antes e após a construção dos trilhos (DPPC, 2021).

**Figura 17 - Tipologia da Rua das Calçadas (1880)**



Fonte: Biblioteca Nacional Digital  
Disponível em:

<http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/>. Acesso em 15 de agosto de 2022.

**Figura 18 - Tipologia da Rua das Calçadas (1885)**



Fonte: Biblioteca Nacional Digital  
Disponível em:

<http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/>. Acesso em 15 de agosto de 2022.

O final do século XIX e início do século XX foi um período marcado pelo anseio de modernização e de profusão dos ideais de salubridade e higienismo nas cidades brasileiras. No Recife, a primeira grande reforma neste sentido, remodelou parte do bairro do Recife, já nas primeiras décadas dos anos 1900, inspirado nas transformações vividas pela Paris Haussmaniana (1853-1870). Não tardou para que esses ideais se espalhassem pela cidade, chegando aos bairros de São José e Santo Antônio.

Pereira (2021) afirma que o século XX foi marcado pela elaboração e implementação de uma série de normativas urbanísticas que remodelaram o território desses bairros. Essas normativas eram implementadas como forma de legitimação dos planos propostos neste período pelas diferentes administrações municipais. Este item, tratará das transformações morfológicas vivenciadas por este espaço no referido século, destacando, apenas, o surgimento das normativas que regulamentaram a proteção do patrimônio histórico nesta área.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Para compreender de forma mais aprofundada a relação entre as normativas urbanísticas e a remodelação das áreas centrais recifenses ver: DPPC (2021), Pereira (2021) e Menezes (2022).

Segundo a aludida autora, foram elaborados oito planos de reforma para os bairros de Santo Antônio e São José entre 1926 e 1943, e todos esses seguiam uma lógica comum à época: promoviam uma ruptura violenta com o tecido urbano existente e a proposição de modelos funcionalistas de cidades (PEREIRA, 2021). Como dito, tais planos reverberaram em atualizações nas legislações vigentes à época (Quadro 2). Em linhas gerais, estas publicações visavam o aumento do potencial construtivo das áreas destes bairros, estabelecendo, muitas vezes, apenas gabaritos mínimos.

**Quadro 2: Síntese da relação entre legislações e gabaritos (1919-1946)**

Legislação	Gabaritos
Lei nº. 1.051/1919	Gabarito mínimo de 2 e 3 pavimentos para ruas mais importantes dos bairros do Recife e Santo Antônio
Dec. nº. 374/1936	Gabarito mínimo de 12m para edificações em Santo Antônio e São José; gabarito máximo equivalente ao dobro da largura da rua, ultrapassável por pavimentos em redentes
Dec. nº. 75/1938	Aprova novo gabarito de acordo com o plano da CPC (8 pavimentos)
Dec. nº. 109/1938	Acrescenta 20% no imposto predial de edificações térreas nas principais ruas dos bairros do Recife e Santo Antônio e 10% sobre as demais ruas nestes bairros
Dec. nº. 27/1946	Gabarito entre 3 e 12 pavimentos para as ruas do centro; gabarito mínimo de 8 pavimentos (sem limite máximo para; Avenida Dantas Barreto, 10 de Novembro, Rua da Aurora, Praças da Independência e Joaquim Nabuco

Fonte: Reprodução do quadro disponível em PEREIRA, 2021, p. 108.

É desse período da história que resultam as mais significativas modificações no tecido urbano de Santo Antônio e São José desde o século XVIII. A proposição e aplicação dos planos de reforma concentraram-se, inicialmente, em Santo Antônio, à época o principal centro administrativo e de comércio de luxo da cidade, que também concentrava importantes edifícios religiosos (PEREIRA, 2021). Já em 1940 a imponente Avenida Guararapes e o primeiro trecho da Avenida Dantas Barreto (ambas no bairro de Santo Antônio) já estavam construídas (Figura 19).

**Figura 19 - Ocupação da Ilha de Antônio Vaz (1951)**



Grifadas estão as Avenidas Guararapes e Dantas Barreto.  
 Fonte: FIDEM, 1951. Edições feitas pelo autor, 2022

As obras eram fruto dos projetos desenvolvidos pela Comissão do Plano da Cidade-CPC (1938). A construção da Avenida Dantas Barreto previa também um trecho que cortava o bairro de São José, que só seria executado mais tarde.

Como visto até agora, os bairros de São José e Santo Antônio carregavam, até o início do século XX, as configurações urbanísticas e tipológicas remanescentes da colonização portuguesa e holandesa. A proposição da abertura de avenidas consistia na aniquilação de significativas porções edificadas neste território histórico e a construção de novas tipologias verticais que refletiam os ideais modernistas deste momento. É importante notar que, já em 1938, diversos edifícios monumentais haviam sido tombados nesses bairros pelo então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)<sup>8</sup>. Antes disso, em 1937, foi publicado o decreto lei nº 25 que organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. A lei previa que caberia aos órgãos competentes, em nível federal, conceder, ou não, a autorização para construções no entorno dos bens tombados. (BRASIL, 1937).

De acordo com Pereira (2021), a ausência de uma representação deste órgão na cidade do Recife favoreceu que essa legislação tenha sido desconsiderada nos planos e normativas urbanísticas propostos. Só a partir de 1946, com a criação dos Distritos Regionais (DR), dos quais o 1º estava sediado em Recife, é que a atuação

<sup>8</sup> Por meio do Decreto-Lei nº 25 foram inscritos, no Livro de Tombo de belas-artes e Histórico, a Fortaleza de São Tiago das Cinco Pontas e, no Livros de Tombo de Belas Artes, a Igreja de São Pedro dos Clérigos no recorte estudado.

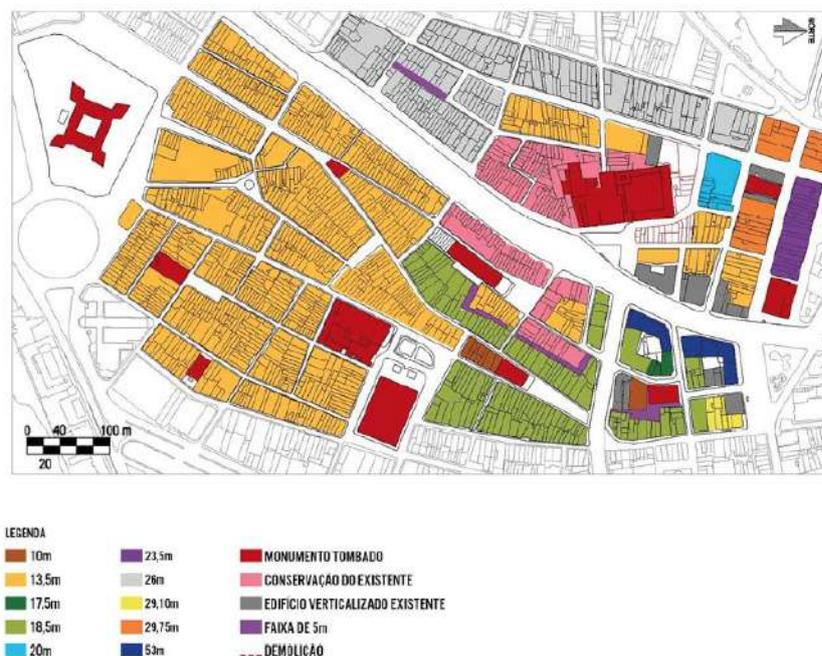
do órgão de preservação do patrimônio histórico em nível federal, agora nomeado de Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), se tornou mais efetiva. Mas, só em 1953, é publicada a Lei municipal de nº 2590, que em seu 13º artigo atribuiu ao DPHAN o estabelecimento das restrições de altura e forma das construções vizinhas aos monumentos tombados (RECIFE, 1953).

Neste contexto, passaram a surgir embates institucionais entre o órgão de preservação federal, a prefeitura da cidade do Recife e os representantes do setor imobiliário. Afinal, os planos e obras executadas pela municipalidade, que somados aos decretos publicados, incentivaram a ocupação das novas avenidas com tipologias que aproveitassem ao máximo o potencial construtivo destes terrenos. Por sua vez, as representações de preservação do patrimônio se contrapunham à construção de edifícios verticais no entorno imediato dos bens tombados. Tudo isso foi amplamente debatido nos meios de comunicação da época, que, em sua maioria, defendiam as transformações como um sinal do progresso, marcando as décadas de 1950 e 1960 como de intensos conflitos de interesses pela região central do Recife (PEREIRA, 2021).

Dois acontecimentos, na segunda metade do século XX, marcaram a estrutura urbana de São José de forma significativa: (i) a criação do plano de Gabaritos (1965) e (ii) a abertura para o prolongamento da Avenida Dantas Barreto (1971-1973).

Em 1965, por meio de uma articulação entre a 1º DR e a prefeitura da cidade do Recife, foi proposto o Plano de Gabaritos que estabelecia alturas máximas para edificações no entorno dos monumentos que se localizavam entre a Praça da Independência e o Forte das Cinco Pontas (Figura 20). A delimitação do território de abrangência do plano era a área histórica de Antônio Vaz que estava “na mira” do interesse imobiliário à época, haja vista que o bairro de Santo Antônio já havia passado por significativos processos de transformação desde a década de 1940 (PEREIRA, 2021).

**Figura 20 - Altura definida para o plano de gabaritos (1965)**



Fonte: Pereira, 2022. Elaboração: Pereira, 2009.

Para São José o plano previu uma altura máxima de 13,5 metros na maior parte de sua área histórica. Nos trechos onde predominavam os sobrados, estabeleceu-se a altura máxima de 18,5 metros. Existiam ainda alguns trechos onde se propunha a conservação do existente. Esta última legenda revela que a proposta estabelecida pelo plano não tratava sobre as questões estilísticas das edificações. Logo, os edifícios que estavam contidos no trecho cujo gabarito máximo estabelecido era de 13,5 metros, por exemplo, poderiam ser demolidos e reconstruídos desde que não ultrapassassem a altura máxima estabelecida. Cabe notar também, que a proposta dos gabaritos foi delineada sobre o desenho do trecho da Avenida Dantas Barreto que só viria a ser construída em 1971 (PEREIRA, 2021).

Pereira (2021) aponta que o Plano de Gabaritos teve importantes repercussões na permanência da escala entre os monumentos tombados e o seu entorno em São José, mesmo não tendo sido efetivo para a preservação das características estilísticas dos imóveis dos seus respectivos entornos. Além disso, a existência do plano não foi efetiva para impedir a construção do Viaduto das Cinco Pontas em 1970. As informações contidas nele permaneceram como referência até a publicação da Lei nº 13.957, de 26 de setembro de 1979, que regulamentou o Plano de Preservação de Sítios Históricos do Recife (PPSH).

A manutenção das estruturas tipológicas tradicionais em São José, se relaciona intimamente com comércio popular desenvolvido em suas ruas. A ausência de recuos frontais nos edifícios desta área histórica permitiu que o perfil urbano deste espaço se convertesse em uma verdadeira sequência de entradas e vitrines de pequenas lojas, promovendo uma espacialidade de compras similar a das galerias comerciais. No mais, o congelamento do gabarito destas edificações restringiu as possibilidades de substituição destes imóveis por tipologias comerciais de maior porte, a exemplo de galerias comerciais e *shoppings*, o que, de certa forma, promoveu a manutenção do comércio popular. Os processos históricos vinculados ao surgimento e consolidação do comércio em São José será melhor detalhado no item 3.2.2 deste texto.

**Figura 21 - Projeto de abertura das Avenidas Dantas Barreto e Nossa Senhora do Carmo, em amarelo (1971 – 1975)**



Fonte: Menezes, 1988.

É em 1971 que uma das mais violentas transformações no tecido urbano de São José acontece. O prolongamento da Avenida Dantas Barreto, cujo trecho entre a Praça da Independência e a Igreja do Carmo já estava construído, e a abertura da Avenida Nossa Senhora do Carmo passaram a ser executados. No meio do caminho haviam seis quadras inteiras, uma igreja e centenas de edifícios remanescentes do período colonial (figura 21). A proposta tinha a intenção de criar uma rodovia que promoveria ligação direta entre o Centro à Zona sul, a última era, à época, o “local de maior concentração de proprietários de automóveis particulares e aqueles de maior poder aquisitivo da cidade” (NASCIMENTO, 2015, 139).

Os debates sobre a preservação do patrimônio histórico já haviam avançado neste período. As demolições executadas nas ruas de São José (figuras 22 e 23) deram-se acompanhadas de intensa resistência por parte da população e o apoio de

outra parcela. Envolveram-se neste conflito intelectuais, representantes da igreja, políticos e as representações de preservação do patrimônio na instância federal.

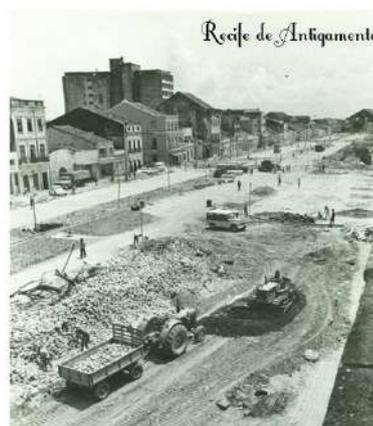
“Segundo os jornais da época, a sociedade ficou dividida entre a construção de uma nova avenida e a demolição do “mais recifense dos bairros”, como era conhecido, na época, São José. Os relatos mostram resistência por parte dos comerciantes e dos moradores das edificações em permitir a demolição de suas propriedades, ao ponto de deixarem suas casas apenas quando as paredes começaram a cair” (PEREIRA, 2021, p.112)

**Figura 22 - Demolições para abertura da Av. Dantas Barreto (1970)**



Fonte: Grupo Recife de Antigamente  
Disponível em:  
<https://www.facebook.com/recantigo/photos/pcb.2170749709732234/2170749243065614/>  
. Acesso em: 14 de setembro de 2022.

**Figura 23 - Demolições para abertura da Av. Dantas Barreto (1970)**



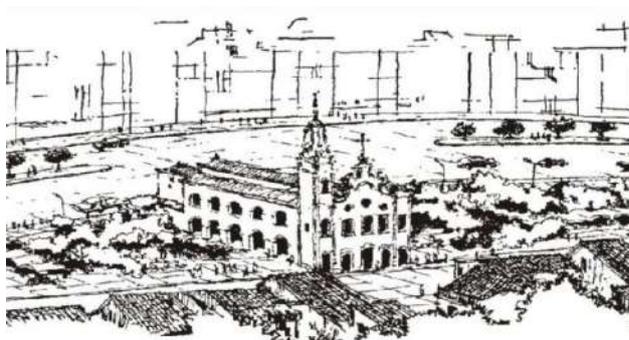
Fonte: Grupo Recife de Antigamente  
Disponível em:  
<https://www.facebook.com/recantigo/photos/pcb.2170749709732234/2170749243065614/>  
. Acesso em: 14 de setembro de 2022.

Contudo, a postura da municipalidade mostrou-se irreduzível. Isso se nota quando verificada, por exemplo, a desconsideração das propostas elaboradas para o desvio da avenida, permitindo que sua construção não resultasse na demolição da Igreja dos Martírios (Figura 24), bem como a solicitação feita pela prefeitura, ao poder público em nível federal, para o destombamento dessa igreja (tombada, de maneira tardia, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em junho de 1971), que foi demolida em 1973, consolidando a abertura da via (NASCIMENTO, 2015) (Figura 25 e 26). Importa notar, que toda essa situação se desenrolou durante o período de ditadura militar no Brasil (1964-1985), momento da história que foi marcado por duros processos de repressão a oposição política e beneficiamento dos

interesses dos grupos alinhados ao poder vigente, como era o caso da gestão municipal do Recife durante o período de construção da avenida.

“Mais do que a destruição de um edifício relevante, o traçado da via altera radicalmente uma unidade urbana: a escala e a extensão da via provocaram a transformação mais brutal da área jamais identificada em toda a história da renovação urbana desde o início do século XX” (REYNALDO, 2017, p. 358).

**Figura 24 - Projeto para desvio da Av. Dantas Barreto (1970)**



Fonte: AMORIM, Luiz Manuel do Eirado (coord.). Delfim Amorim. Arquiteto. 2 ed. Recife: Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento de Pernambuco, 1991, p. 171. Disponível em: NASCIMENTO (2015).

**Figura 25 - Igreja dos Martírios (1973)**



Fotografia: Alcir Lacerda (1973). Edições feitas pelo autor, 2022.

A abertura das avenidas perimetrais na cidade do Recife, em especial a Avenida Agamenon Magalhães que contorna o centro da cidade, cuja construção foi finalizada no final da década de 1970, diluiu o fluxo de veículos na área central da cidade. A avenida Dantas Barreto, logo se mostrou sem utilidade. Seu canteiro central foi ocupado por vendedores de rua nas décadas seguinte a sua construção. Mais tarde este espaço receberia o equipamento nomeado de Calçadão dos Mascates, ou *camelódromo*, para receber tais comerciantes, como será visto no item 3.2.3 deste texto. Numa busca por atribuir uma utilidade a via que ficou conhecida por “conectar nada a lugar nenhum”, também foram distribuídas paradas e terminais de ônibus em toda sua extensão.

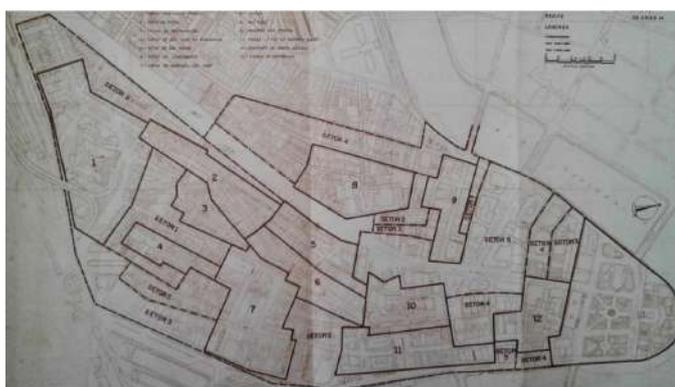
**Figura 26 - Bairros de Santo Antônio e São José (1974)**



Fonte: CONDEPE FIDEM, 1974.

Os acontecimentos que envolveram a abertura da Avenida Dantas Barreto colocaram luz sobre questões relacionadas à proteção do patrimônio histórico recifense. Como já dito, em 1979 tem-se a publicação do PPSH, que normatizou as formas de intervenção em sítios, conjuntos antigos, ruínas e edifícios isolados de valor histórico. As Zonas de Preservação (ZP) estabelecidas no PPSH estariam divididas em Zonas de Preservação Rigorosa (ZPR), com maior rigor no controle das intervenções, e Zonas de Preservação Ambiental (ZPA), que tratavam do entorno dos bens tombados (RECIFE, 1979) (figura 27). Ademais, o Decreto Nº 11.693/1980 delineou as ZP do Sítio Histórico dos bairros de Santo Antônio e São José, que a partir de então foram classificados na categoria de “Conjuntos Antigos” (RECIFE, 1980).

**Figura 27 - Polígono do PPSH (1978)**



Fonte: FIDEM, Livro do PPSH 1978. Disponível em: DUTRA (2018).

Como apontado por Menezes (2022), a supracitada normativa consolidou o padrão de ocupação existente até aquele momento. Os parâmetros para a preservação deste sítio foram estabelecidos pelas leis de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) de 1983 (Lei no 14.511/1983) e pelo Plano Diretor de Desenvolvimento da

Cidade do Recife (Lei no 15.547/1991). Em sucessão, a atualização da LUOS, de 1996 (Lei no 16.176/1996), estabeleceu a nomenclatura de Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural (ZEPH) para as antigas ZP. Ademais, os Planos Diretores do Município do Recife (Lei no 17.511/2008 e Lei Nº 18.770/2020) também foram responsáveis por revisões no que diz respeito a preservação e ocupação do território, sobretudo a partir do estímulo a diversificação de usos e acréscimo da dimensão cultural na proteção desses bens (MENEZES, 2022, p 163). Atualmente, os territórios de Santo Antônio e São José encontram-se inseridos na ZEPH-10 cujos parâmetros urbanísticos estão dispostos no Plano Diretor de 2020.

A evolução da legislação de preservação desta área, no entanto, não foi eficiente para proteger o entorno do sítio histórico de São José. O delineamento das Zonas Especiais de Centro Principal (ZECP) pela LUOS de 1996, que possuíam um coeficiente de utilização do solo 7, um dos mais altos na cidade à época, foi responsável por uma modificação expressiva nas áreas de entorno das ZEPH. Nesse sentido, Lacerda e Bernardino (2015) revelam a incidência de novos empreendimentos imobiliários verticais de uso habitacional que se instalaram no entorno do Centro Histórico do Recife (CHR). Os empreendimentos eram promovidos enfatizando a localização privilegiada dessas áreas, relacionada ao seu caráter de centralidade e, sobretudo, aos seus atributos naturais (frentes d'água), culturais e históricos. Aproveitando-se de todo o potencial construtivo destes espaços (localizados fora das ZEPH, mas, em alguns casos, nas próprias SPA), as novas tipologias habitacionais verticais são vendidas por meio da construção de uma ideia de obsolescência imobiliária das antigas formas de morar.

A construção dos edifícios Píer Duarte Coelho e Píer Maurício de Nassau (2005-2009), localizados na supracitada ZECP, impactaram de maneira significativa a paisagem de São José, apesar de não se localizarem dentro do polígono de proteção da ZEPH-10. Na atualidade, essas duas construções verticais podem ser visualizadas em diversos pontos do território analisado (Figura 28). Ademais, importa notar os impactos de mesmo sentido advindos do projeto Novo Recife, em execução no momento de redação deste texto. Por fim, a inserção de tais tipologias habitacionais neste bairro, que em sua maioria são voltadas para públicos de mais alta renda, pode estar relacionada com o despertar do interesse de grupos sociais abastados pelo território de São José. Tal interesse evidência o surgimento de um cenário de ameaça às funcionalidades tradicionalmente estabelecidas no bairro. Essa situação se nota

quando verificado que as recentes ações que buscaram promover os usos de lazer e turismo nesta área, ligados a requalificação do Mercado de São José e do seu entorno, foram responsáveis por impactos diretos nas dinâmicas do comércio de rua, como será detalhado no item 3.4.1 deste texto.

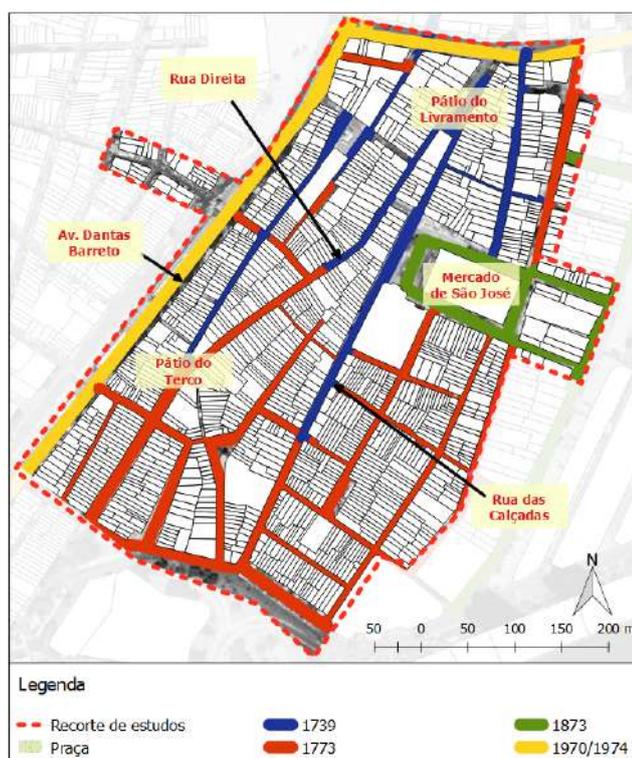
**Figura 28 - Mercado de São José (2022)**



Fotografia: Antonio Neto, 2022

Diante do exposto consolida-se o entendimento de que o território de São José é carregado de marcas da temporalidade, fazendo deste sítio um espaço de significativa importância para a cidade do Recife. Sua trama urbana conta os diversos momentos históricos vivenciados pela cidade e guardam em si as marcas das transformações políticas e sociais destes distintos períodos (Figura 29).

**Figura 29 - Datação da Malha viária de São José (2020)**



Fonte: DPPC, 2020. Elaboração: Antonio Neto, 2022

Vasconcelos, Maciel e Lacerda (2019) resumem que o tecido urbano dos bairros de São José e partes de Santo Antônio é conformado por um traçado de ruas e becos irregulares, remanescente, em boa parte, de um modelo urbanístico lusitano, adotado após a saída dos holandeses. Estes espaços carregados de temporalidades passadas, integram o que o recifense conhece como centro da cidade, cujo coração seria o Mercado de São José, onde pulsa o comércio histórico de rua (VASCONCELOS et. al, 2017).

Este espaço, como posto na introdução, se caracteriza por ser um lugar de memória para vários grupos sociais. A preservação de lugares de memória, compreensão que foi construída neste texto no item 4.2, identifica que esses espaços são a intersecção entre os entendimentos sobre o patrimônio cultural de natureza material e imaterial. Daí surge a importância de se compreender os processos de formação e proteção da materialidade de São José.

Por fim, São José consolidou-se, no século XXI, como uma área de comércio de caráter popular. São nas ruas mais largas que seguem no sentido norte-sul, remanescentes do rigor urbanístico holandês, nos becos e vias sinuosas conformados por casas e sobrados sem recuos, marcas do passado colonial português, e nas grandes avenidas abertas durante a década de 1970 que resiste o comércio de rua em São José na atualidade.

### **3.2 Da habitação ao comércio de rua: transformações funcionais de São José**

Como visto, a porção territorial que viria a se tornar o bairro de São José surgiu como um núcleo habitacional ainda durante o período da ocupação holandesa. Os processos que levaram esse espaço a se converter em uma área de comércio popular na atualidade serão compreendidos neste item. Além disso, será traçado um panorama histórico sobre as atividades de comércio de rua em São José.

#### **3.2.1 O fim do lugar de morar**

Como visto no capítulo 1 deste texto, o processo de transformação funcional em centralidades tradicionais de metrópoles brasileiras é notório desde a década de 1950. Sua tomada por camadas populares torna-se expressiva durante os anos 1980, contexto no qual se insere o CHR. Quanto a São José, até meados da década de 1960 o bairro guardava, mais de 300 anos depois, as características morfológicas e funcionais resultantes da estratificação social presente na ilha de Antônio Vaz durante

o período da invasão holandesa. Este era o espaço das camadas populares que habitavam em casas térreas, como apontado por Freyre:

"Já para os lados de São José, o Recife como que se orientaliza; a vida que as ruas refletem é hoje a da pequena burguesia, mais sociável que a grande; é gente que de noite vem conversar, sentada em cadeiras de vime e espreguiçadeiras de lona, à calçada, à porta da casa; e aí toma sorvete, come tapioca, os homens de pijama, chinelo sem meia. É o bairro dos pianos fanhosos mas ainda assim tão românticos; [...] É o bairro do comércio mais barato. Das lojas e armarinhos com nomes sentimentais. [...] (FREYRE, 1961, p.161)

Entretanto, São José vivenciou um dos processos de evasão habitacional mais expressivos do CHR durante a segunda metade do século XX. A análise sobre este momento pode ser feita a partir dos dados contidos na tabela 2, elaborada por Menezes (2022), que reúne dados sobre a população residente no CHR entre 1910 e 2010.

**Tabela 2 - Evolução populacional do CHR (1910 - 2010)**

Anos	Localidade					
	Bairro do Recife	Santo Antônio	São José	Boa Vista	Total CHR	Recife
1910	13204	19234	21576	22726	76740	123753
1913	5146	14857	32404	22876	75283	217082
1923	3206	20915	31143	50900	106164	313156
1950	2713	6299	26524	25587	61123	468702
1960	3274	4794	27298	30646	66012	797240
1970	1831	3111	25387	35462	65791	1084465
1991	565	424	2058	10789	13836	1298235
2000	925	539	1567	8775	11806	1422911
2010	602	285	1987	9427	12301	1537710

Fontes: Lubambo (1991); Silva (1979); Censo IBGE, dados referentes aos setores censitários que abrangem as ZEPH em cada bairro que conforma o CHR. Reprodução da tabela disponível em MENEZES, 2022, p. 202. Grifo nosso.

Nota-se que no ano de 1913 São José abrigava o maior quantitativo de residentes de todo o CHR (32404 habitantes). Como observado no relato de Freyre, o uso habitacional neste espaço era compartilhado com o comércio popular, que se consolidou neste território graças ao Mercado de São José. Essa relação, por quase um século, não significou uma sobreposição do comércio à habitação. Contudo, entre

a década de 1970 e 1991 observa-se o mais elevado percentual de variação populacional no bairro (25387-2058). Esta variação negativa, de 91,9%, se deu, sobretudo, pela substituição do uso habitacional pelo uso comercial.

Para contextualizar o processo de transformação funcional que vivenciou o bairro de São José na segunda metade do século XX, é importante notar que em 1961 foi publicado o Código de Urbanismo e Obras (Lei no 7.427/1961). A lei estabeleceu um zoneamento urbano para a cidade do Recife, dividindo-a em três setores: urbano, suburbano e rural. Estes eram subdivididos em zonas funcionais: residencial, comercial, universitária, portuária, industrial, de reserva florestal e *non aedificandi* (MENEZES, 2022, p.160). São José, que neste momento ainda concentrava o uso residencial em casas térreas (Figuras 31 e 32), passou a ser inserido na Zona Comercial 1, juntamente com parte considerável do território do atual CHR.

**“Na ZC1, o uso habitacional era permitido somente nos pavimentos superiores. Se considerarmos o padrão de ocupação de casas térreas em grande parte dessa Zona, podemos concluir que a legislação estimulava ora a substituição de usos, ora a substituição de edificações nessas áreas”** (MENEZES, 2022, p.161. grifo nosso).

**Figura 30 - Rua Padre Floriano (1940)**



Fotografia: Benício Dias, 1940. Disponível em: <https://villadigital.fundaj.gov.br/index.php/base-da-villa-digital/iconografia/item/1458-rua-do-fogo>. Acesso em: 23 de agosto de 2022.

**Figura 31 - Rua do Fogo (1958)**



Fotografia: e Marcel Gautherot, 1958. Disponível em: <https://acervos.ims.com.br/portals/#/detailpage/60017>. Acesso em: 23 de agosto de 2022.

Menezes (2022) aponta ainda, que o período de vigência da legislação acima citada (1961-1983) somada a atuação do Banco Nacional da Habitação-BNH-(1964-1986), foi responsável pelo redirecionamento do setor habitacional para as Zonas Residenciais (ZR), mais afastadas do centro, delimitadas pela lei de 1961. Ademais, somou-se a esta situação a vigência das leis de preservação do patrimônio histórico, a exemplo do Plano de Gabaritos e do PPSH citados no item anterior, que restringiram as transformações no estoque edificado sem viabilizar formas de dinamizá-lo. O

rentismo, atividade desenvolvida secularmente no CHR, como apontam Lacerda e Abramo (2020), pode ter implicado de maneira apreciável nas transformações de uso deste território. Afinal, o preço de aluguel para imóveis comerciais é mais elevado do que para o setor habitacional, como revelado no primeiro capítulo deste texto.

Como resultado deste processo, teve-se o “desaquecimento dos investimentos imobiliários em Santo Antônio e, em São José, a desvalorização das formas de morar que ali se reproduziam há séculos” (MENEZES, 2022, p.161). Vasconcelos e Maciel (2016) acrescentam que:

“[...] possivelmente não tenha havido interesse por parte da administração pública em garantir a permanência dos moradores, tendo em vista que era a população pobre e preta, marginalizada, que habitava majoritariamente o bairro de São José.” (VASCONCELOS e MACIEL, 2016, p.123)

### **3.2.2 O surgimento e consolidação do comércio**

Quanto ao setor de comércio e serviços, este se desenvolveu na cidade do Recife desde sua fundação. Inicialmente as atividades comerciais que se concentravam na região do porto da cidade (atual bairro do Recife), foram paulatinamente adentrando o continente impulsionadas pela construção de pontes. O processo se iniciou em direção a ilha de Antônio Vaz, concentrando-se em sua porção norte, chegando ao território que compreende o bairro da Boa Vista, conformando um eixo comercial. No período entre a colonização e a elevação como cidade, o comércio no Recife se dava por meio da mascateação, das feiras livres, das lojas térreas (as vendas) ou no térreo dos sobrados (Nóbrega, 2008).

Na ilha de Antônio Vaz, o comércio predominou, desde o período colonial, no bairro de Santo Antônio. Este bairro, junto com o da Boa Vista, chegou a conformar a principal área de comércio de luxo da cidade do Recife, no eixo das Ruas Imperatriz Tereza Cristina, na Boa Vista, e Nova, em Santo Antônio, durante a segunda metade do século XX.

Até meados do século XIX, o bairro de São José possuía como núcleo comercial o mercado da Ribeira dos Peixes (figura 13). No entorno dos largos e pátios das igrejas, as atividades comerciais também se faziam presentes, sobretudo nos pavimentos térreos dos sobrados (Figura 32).

**Figura 32 - Pátio do livramento (1890)**

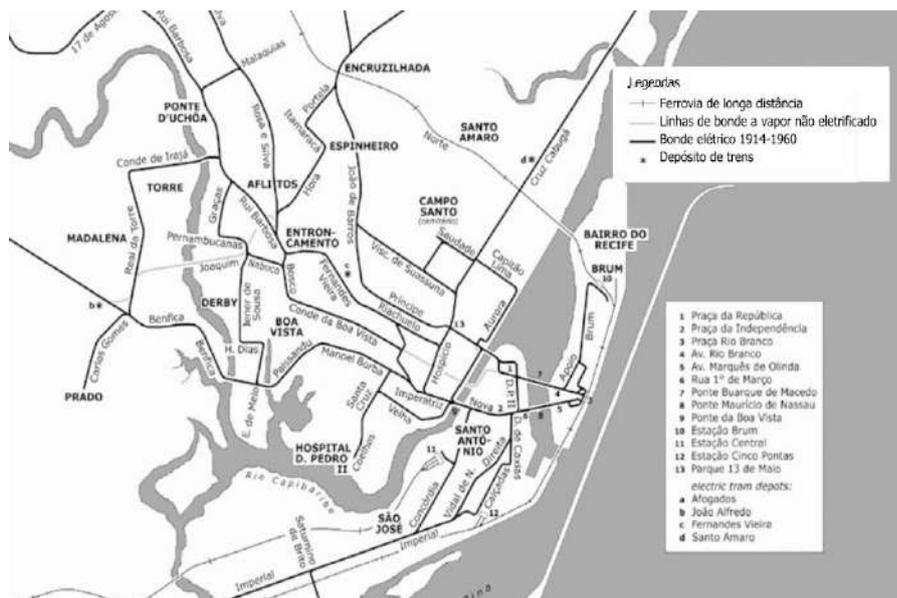


Fotografia: Guilherme Gaensly, 1890. Disponível em:

<https://acervos.ims.com.br/portals/#/detailpage/7025>. Acesso em: 23 de agosto de 2022

As ações de modernização no bairro de São José, a exemplo da criação de linhas férreas, na segunda metade do século XIX, permitiu uma melhor conexão da ilha com outras áreas da cidade. Neste momento, o comércio, que inicialmente buscava atender apenas às necessidades básicas dos compradores, passou a se tornar cada vez mais especializado em produtos e serviços aos moldes europeus, sobretudo após a revolução industrial. Este foi o período do surgimento dos espaços de prestação de serviço (cafés, confeitarias, boutiques etc.), construção dos grandes mercados, lojas e galerias comerciais (NÓBREGA, 2008). Como marca deste momento, tem-se, no *vuco-vuco*, a construção do Mercado de São José.

**Figura 33 - Mapa da linha ferroviária do (1914 - 1960)**



Fonte: Laboratório Topográfico de Pernambuco (LABTOPO PE)

Disponível em: <https://www.labtopope.com.br/cartografia-historica/>. Acesso em: 23 de agosto de 2022.

Tradução das legendas feitas pelo autor.

A ampliação da rede de bondes, no início do século XX, permitiu que o comércio adentrasse e se expandisse nesse bairro. Alguns logradouros que desenvolveram atividades comerciais neste período, continuaram até a atualidade, como é o caso da Rua Direita (Figura 33).

Em 1955, os bondes deixaram de circular pelo Recife e os veículos automotivos passaram a ser o meio de transporte favorecido pelas intervenções urbanas. Neste contexto, o bairro de São José vivenciou a criação do terminal Rodoviário de Santa Rita (1952) e a abertura da Avenida Dantas Barreto (1973), como comentado anteriormente.

Como visto, a expansão do comércio se somou a propagação dos ideais higienistas, insurgentes no começo do século XX, que condenaram as tipologias habitacionais que existiam no centro do Recife. Com a construção de novas habitações que respondiam aos ideais de salubridade nos subúrbios, a partir da década de 1960, a funcionalidade predominante em grande parte do CHR passava a ser o comércio e serviço voltados para camadas populares (LACERDA e BERNARDINO, 2015).

Por estar localizado entre dois grandes equipamentos ligados ao transporte coletivo (a Estação Central e o terminal Rodoviário de Santa Rita) no bairro de São José, já em processo de decadência habitacional, passou a prosperar os comércios de miudezas e de atacado (Nóbrega, 2008). Estes tipos de comércio são voltados justamente aos públicos que se utilizavam dos meios de transporte coletivos, em sua maioria de baixa e média renda.

O CHR, como um todo, passa a se tornar, paulatinamente, um espaço de compras voltado para os públicos de menor renda. Acontece que, com o desenvolvimento de outras centralidades, novos espaços de compras, como super e hipermercados, galerias comerciais e *shoppings centers* despontam por toda a cidade e Região Metropolitana do Recife (RMR), sendo o mais notório deles, por seu pioneirismo e escala, o *Shopping Center Recife*, no bairro de Boa Viagem, construído nos anos 1980.

A ambiência promovida pelos *shoppings*, bem como pelos super e hipermercados, era incomparável às do centro. Nos primeiros, a oferta de produtos e serviços se dava em um ambiente climatizado com circulações amplas e seguras. Essas características foram as responsáveis diretas pelo redirecionamento dos públicos de mais alta renda para estes novos centros de comercialização de produtos.

Como alternativa, restou aos comerciantes do CHR adaptar-se à venda de produtos de primeira necessidade, ou bens de consumo imediato, especialmente para os públicos de baixa renda (ZANCHETTI, MARINHO e LACERDA, 1998). O surgimento destes espaços, foi responsável, também, pelo redirecionamento de lojas que se encontravam unicamente no CHR para outras regiões da cidade:

“Parte-se do entendimento de que a implantação dos shopping centers e (Hiper) supermercados permitiu a ampliação do capital imobiliário da cidade de Recife, mesmo não tendo permitido uma grande expansão do capital comercial, visto que os comerciantes instalados nos shoppings ou já possuíam estabelecimentos no CTR (Centro Tradicional do Recife) ou são originados de centros urbanos de outras regiões” (Costa, 2003, p.46).

As respostas dadas pelo poder público ao vertiginoso processo de transformação da área central recifense foram rápidas. A criação dos Calçadões de Pedestres (1978) promoveu a implantação de mobiliário urbano, para atender comerciantes de rua, e a pedestrianização das ruas Duque de Caxias, Nova (no bairro de Santo Antônio) e Imperatriz (no bairro da Boa Vista) (NÓBREGA, 2008). Em síntese, Zanchetti e Lacerda (1999) afirmam:

“Devido à grande crise econômica e à descentralização, o espaço central tornou-se uma área de concentração do comércio de produtos de primeira necessidade. **A centralidade do sistema de transporte favoreceu o deslocamento das populações de baixa renda para o centro e a consequente proliferação de vendedores ambulantes e camelôs.**” (ZANCHETTI e LACERDA, 1999, p.11, grifo nosso).

As mudanças no padrão de consumo e a presença cada vez maior de *camelôs* nas ruas despertava certo saudosismo de “tempos áureos” vividos pelo CHR, somados à incessante pressão promovida pelos movimentos organizados de lojistas. Já na década de 1990, diversas ações buscaram reproduzir a espacialidade dos novos *shoppings centers* nas ruas do centro. A realocação dos comerciantes de rua para os “camelódromos”, sobretudo das vias que já haviam passado pelo processo de pedestrianização, foi a principal ação do “Plano de Revalorização do Centro” (1992) que propôs, também, a criação das “ruas-shoppings”.

### 3.2.3 O comércio e a rua

Na segunda metade do século XX, o Recife vivenciou uma escalada nos conflitos entre comerciantes de rua e o Estado.

“A década de 80, assistiria a vários conflitos de disputa dos comerciantes e camelôs pelos Calçadões de Pedestres, em várias cidades brasileiras. **Em Recife, foi a partir da construção de um discurso higienista e saudosista de tornar o Centro semelhante ao que era no passado e articulado ao discurso da cidade idealizada, semelhante aos grandes shopping centers, que iniciaram o Projeto de Revalorização, quando surgiram as ruas-shopping**” (Costa, 2003, p.100, grifo nosso).

Muitos termos são utilizados para se referir aos praticantes do comércio de rua: mascates, ambulantes, informais, camelôs, entre outros. Contudo, nem sempre esses nomes parecem se referir ao mesmo grupo de pessoas. Basta analisar como o “Recife dos mascates”, exaltado pelo poeta Manoel Bandeira, tornou-se, aos poucos, o Recife da repressão, perseguição e violência aos camelôs (Figuras 34, 35, 36).

**Figura 34 - Jornal Diário de Pernambuco (1972, edição 00249)**

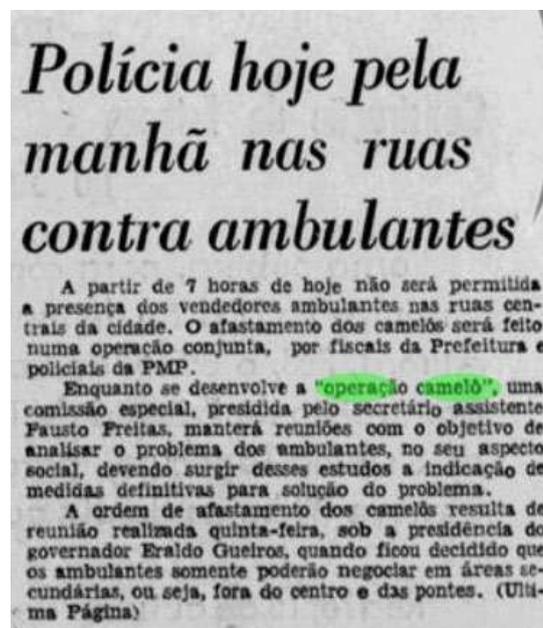


A legenda diz: “Os ambulantes atrapalham o trânsito e enfeiam as ruas”.

Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em:

[https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033\\_15&pesq=%22opera%C3%A7%C3%A3o%20camel%C3%B4%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=33721](https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&pesq=%22opera%C3%A7%C3%A3o%20camel%C3%B4%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=33721). Acesso em: 24 de agosto de 2022.

**Figura 35 - Jornal Diário de Pernambuco (1972, edição 00249)**

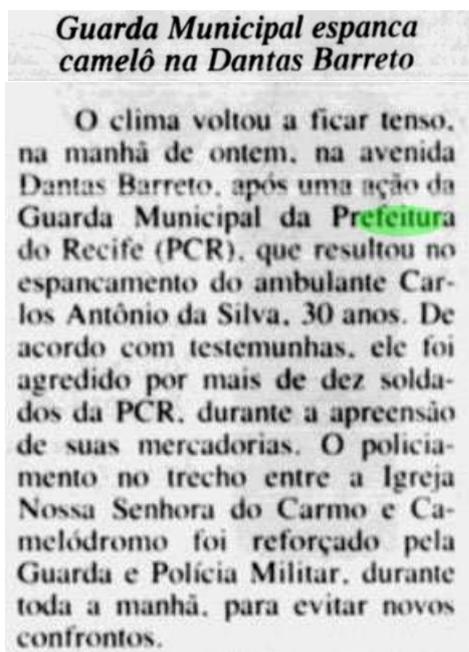


Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em:

[https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033\\_15&pesq=%22opera%C3%A7%C3%A3o%20camel%C3%B4%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=33721](https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&pesq=%22opera%C3%A7%C3%A3o%20camel%C3%B4%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=33721).

Acesso em: 24 de agosto de 2022.

**Figura 36 - Jornal Diário de Pernambuco (1996, edição 00032)**



Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em:

[https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033\\_17&pasta=ano%20199&pesq=prefeitura%20descarta%20negocia%C3%A7%C3%A3o&pagfis=93036](https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_17&pasta=ano%20199&pesq=prefeitura%20descarta%20negocia%C3%A7%C3%A3o&pagfis=93036). Acesso em: 24 de agosto de 2022.

Para compreender essa nada sutil transformação quanto à visão sobre o comércio de rua, se faz necessário averiguar as mudanças históricas nas atividades de comércio desenvolvidas em logradouros e equipamentos públicos no Recife, sobretudo no que diz respeito a quem eram esses atores e quais transformações ocorreram em suas formas de apropriação do espaço.

Historicamente, os primeiros relatos deste tipo de atividade estão relacionados com a figura do Mascate:

“Com o fim do domínio holandês em Pernambuco, meados do século XVII, passa a desembarcar periodicamente no porto do Recife, grande número de migrantes portugueses, que na esperança de enriquecer e fazer fortuna vinha arriscar a sorte na colônia. Eram homens livres, destituídos economicamente, que em função das reduzidas oportunidades de trabalho oferecidas numa sociedade escravocrata, passam a se dedicar ao comércio ambulante” (BOMPASTOR, 1994, p.27).

Já no início do século XVIII estes comerciantes, ao se inserirem na lógica capitalista do comércio que prosperava na cidade do Recife, tornam-se grandes proprietários de bens e passam a controlar as dinâmicas econômicas da cidade. Bompastor (1994), explica que os Mascates “passam a dominar boa parte do comércio

a grosso e varejo, exercendo também atividades bancárias e de agiotagem no porto do Recife” (BOMPASTOR, 1994, p.28).

A relação entre esses ricos comerciantes e a decadente elite açucareira que se concentrava em Olinda, desencadeou o importante marco político e cultural da história de Pernambuco, que ficou conhecido como Guerra dos Mascates (1710 - 1711). Este momento acontece quando Olinda, que possuía a representação política naquele momento, se nega a conceder a separação do território recifense. Essa situação causou a revolta dos comerciantes na cidade vizinha, pejorativamente chamados de Mascates, e foi o estopim para este conflito. Como resultado, após uma sangrenta guerra, o Recife garantiu sua autonomia.

Entretanto, a exaltação à história dos vitoriosos Mascates, muito fortalecida por discursos sobre a meritocracia, não se assemelha à realidade dos atuais comerciantes informais que se distribuem por toda a região do centro histórico do Recife.

“A construção dessa imagem de "Cidade dos Mascates" onde saudosa e poeticamente transitavam pelas calmas ruas do Recife vendedores ambulantes dos mais diversos produtos, gritando seus melodiosos pregões, está longe de revelar as origens ou parte da história da cidade; **na verdade esse discurso oculta os antagonismos e contradições entre uma atividade que sobrevivia na quase ilegalidade, fruto de um passado colonial que se desejava a todo custo destruir, e um novo padrão da cidade - moderna e progressista - que se erigia na virada do século**” (BOMPASTOR, 1994, p. 25, grifo nosso).

Araújo (2014) expõe os fatores relacionados a existência do comércio de rua, em suas características atuais, na cidade do Recife: (i) a localização geograficamente estratégica da cidade no contexto da Região Nordeste e a sua condição de cidade portuária, que a fez, logo cedo, atrativa para imigrantes originários do exterior ou de localidades do meio rural; (ii) **a herança histórica e empobrecedora relacionada à cultura do açúcar** e (iii) **à quantidade de trabalhadores libertos da escravidão que necessitavam de meios para sobreviver**. Ademais, a autora chama a atenção do desequilíbrio histórico entre a oferta e a demanda de mão de obra, que caracteriza o mercado de trabalho nordestino, “fruto do sistema capitalista periférico que no Nordeste manifestou e continua a manifestar efeitos perversos acentuados” (ARAÚJO, 2014. p.61).

Desta forma, **a presença de comerciantes informais no CHR é muito mais um reflexo das desigualdades sociais derivadas do modelo econômico escravocrata que perdurou no Brasil até 1888**, e que se mantiveram mesmo após a promulgação da Lei Áurea.

“O fim do regime de escravidão (1888) e o surgimento de usinas de açúcar que substituíram engenhos provocaram, no final do século, modificações nas relações de trabalho existentes, fazendo surgir uma nova classe, a operária. **Escravos se voltam para os centros urbanos e começam a viver em função de atividades de comércio (de rua) e serviços**” (NÓBREGA, 2008, p. 97, grifo nosso)

Algumas autoras, por meio dos relatos de Gilberto Freyre, diferenciam as práticas de comércio desenvolvidas pelos “mascates” das dos comerciantes ambulantes que viriam a ser chamados “camelôs”, ainda antes da abolição do regime escravista no Brasil, a exemplo de Nóbrega (2008) e Melo (2011).

“Mas não eram só os mascates que quebravam a rotina da vida nas casas-grandes e nos sobrados da aristocracia das cidades, levando para o interior desses quase conventos um pouco do ruído da rua e das novidades da praça. Também as pretas chamadas boceteiras e as quitandeiras que iam vender bico e doce às iaiás” (FREYRE, 2006, p. 141 apud MELO, 2011).

Os mascates, propriamente ditos, eram estrangeiros do Oriente ou portugueses (posteriormente outros grupos de europeus, como os judeus, passaram também a desenvolver este tipo de trabalho). O comércio realizado pelos Mascates era do tipo porta a porta. Esses comerciantes iam com seus produtos, que eram carregados por animais ou por pessoas escravizadas, por entre os sobrados, na cidade, e também nas casas de engenho, nos arredores dos centros urbanizados. Eram vendedores de produtos importados e especializados, como joias, frascos de cheiro e imagens de santos (MELO, 2011).

“A precariedade do sistema de comunicação e dos transportes, os altos preços de produtos básicos como sal, azeite e carne (boa parte deles com distribuição monopolizadora), **e um estilo de vida recluso, onde não era permitido às mulheres "honestas" o acesso à rua, impossibilitando-as de irem às compras, transformavam os mascates e vendedores ambulantes em geral, em agentes importantes no processo de circulação de mercadorias**, responsáveis pelo abastecimento de boa parcela da população da cidade e arredores” (BOMPASTOR, 1994, p. 30, grifo nosso).

Quando ascendiam financeiramente, muitos mascates fixaram-se abrindo lojas e comercializando em atacado e varejo (NÓBREGA, 2008). Como dito, estes comerciantes se estabeleceram como uma verdadeira burguesia na cidade do Recife durante os primeiros séculos de ocupação. A atividade, que era voltada para o consumo das mulheres impedidas de sair às ruas, perdeu forças em meados do século XIX com o desenvolvimento de outros espaços de consumo como as lojas e galerias, que passaram a ser frequentadas por essas consumidoras. Desta forma, os mascates, que não haviam se fixado, passam a comercializar em áreas rurais (idem, 2008).

Já os outros comerciantes ambulantes, que viriam a formar o que é reconhecido na atualidade como “camelôs”, foram compreendidos por Melo (2011) e Nóbrega (2008) como os escravos alforriados que comercializavam itens de produção artesanal como “as mulheres negras com grandes balaios, vendendo bugigangas e guloseimas” (MELO, 2011, p.90). Nóbrega (2008) acrescenta, citando Mário Sette, “a negra da costa, tocadores de tachos e as boleiras”. As diversas litogravuras de Franz Heinrich Carls do Recife entre 1863 e 1865 revelam estas práticas (Figuras 37, 38, 39 e 40).

**Figura 37, 38, 39 e 40 - Paisagens do Recife (entre 1863 e 1865)**



Fonte: Brasiliana Iconografia. Disponível em: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/autores/18518/Luis%20Schlappriz>. Acesso em 24 de agosto de 2022. Edições feitas pelo autor.

Importa notar que o comércio de rua era realizado também por pessoas ainda escravizadas:

“[...] o aumento das importações serviu para expandir o comércio varejista do Recife, que se encheu de tabernas, mercearias e lojas de todos os tipos, **enquanto nas ruas multiplicavam-se os vendedores ambulantes, os negros e negras de ganho e de aluguel**” (CARVALHO, 2010, p.81, grifo nosso).

O modelo de escravidão que se estabelecia nas metrópoles possuía diferenciações dos desenvolvidos no campo. No “escravismo urbano” do Recife não era incomum observar pessoas escravizadas como comerciantes ou prestadoras de serviço, sobretudo em atividades consideradas vis para a época, como a pesca e o comércio de rua. Neste cenário passam a surgir os escravos de ganho, ou de aluguel. Estes cativos trabalhavam por conta própria, ou para terceiros, e, em troca, pagavam semanal ou diariamente, um valor aos seus senhores. Muitos desses, ganhavam certa autonomia ao ponto de morar em casebres próprios, sobretudo em palafitas na beira dos rios (CARVALHO, 2010). Essa autonomia não era bem aceita, sobretudo pelo Estado. **“O que não faltava nas cidades brasileiras eram instrumentos repressivos para tolher as expressões de humanidade dos cativos.** Era preciso impor a não-liberdade” (CARVALHO, 2010, p.236, grifo nosso).

Diferenciando-se dos mascates, estes ambulantes circulavam aleatoriamente pela cidade nas vias de maior fluxo, pátios de feiras e entorno de mercados. Ou seja, em sua maioria não iam de porta a porta como os mascates mas, igualmente, se caracterizavam por levar o produto até os seus clientes. Este tipo de comércio se manteve como um meio de vida para muitas pessoas libertas após a abolição da escravatura em 1888 (MELO, 2011) (Figuras 41 e 42). Somam-se a estes trabalhadores de rua do Recife colonial os pescadores e vendedores de vegetais e animais estabelecidos nas feiras e, posteriormente, nos mercados cobertos.

**Figura 41 - Vendedor de caldo de cana do Recife (1905)**



Fonte: Brasileira Fotográfica. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/6660>. Acesso em: 27 de agosto de 2022.

**Figura 42 - Vendedor de urupemas do Recife (1905)**



Fonte: Brasileira Fotográfica. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/6660>. Acesso em: 27 de agosto de 2022.

**“Trabalhando diretamente nas ruas, responsáveis pelo movimento e burburinho no centro da cidade e arredores, encontravam-se os escravos de ganho, negros forros e homens pobres e livres.** Comercializando em pontos fixos - praças, esquinas e pátios - ou perambulando pelas ruas, os vendedores ambulantes ofereciam uma variedade enorme de produtos que iam desde alimentos básicos, até livros. Eram mascates com suas miudezas e quinquilharias, pretas quituteiras, vendedores de frutas, verduras, peixe, galinha, utensílios em geral e mais uma infinidade de mercadorias” (BOMPASTOR, 1994, p.31, grifo nosso).

Bompastor (1994) revela, a partir do relato do poeta Gregório de Matos, que só no Recife havia, mais de mil mascates, ainda no século XVII. Dessa forma, não tardou para que essas dinâmicas passassem a ser reprimidas pelo Estado, já que as práticas desenvolvidas pelos vendedores de rua, ambulantes ou mascates, envolviam a venda de produtos contrabandeados e a sonegação de impostos.

"Fica proibido o comércio de fazendas, miudezas e outros gêneros feito por mascates e marimbeiros, pretos e pretas pelas ruas do Recife (...), sob pena da perda das fazendas, multa de cem mil réis em dinheiro e seis meses de prisão, e no caso de reincidência, a pagarem o dobro da pena pecuniária, e presos até serem degredados para Angola". (COSTA, 1984, p. 259, v. 8, apud BOMPASTOR, 1994, p.30).

Os processos de repressão tornam-se ainda mais intensos durante o final do século XIX, quando os anseios de modernização despontam em diversas cidades pelo mundo, inspiradas nas experiências europeias. É válido lembrar que este é o momento de declínio das atividades dos Mascates. O projeto de sociedade moderna proposto pela elite econômica brasileira previa não só os melhoramentos nas redes de infraestrutura urbana mas também uma transformação do indivíduo, onde o trabalho e o valor da propriedade eram elementos essenciais para a construção de uma sociedade civilizada. Neste sentido, o cidadão que não desenvolvesse as práticas do trabalho assalariado estaria sujeito a ações de coerção (BOMPASTOR, 1994).

“Os preceitos desta nova experiência urbanística e a utilização deste discurso do trabalho como elemento básico, princípio moralizador, são postos à sociedade brasileira num contexto complexo, **quando a pobreza urbana surge de modo visível aos grupos dominantes, no decorrer do processo de transição de uma sociedade escravista para a ordem capitalista nos centros urbanos do país. [...] Para a elite, a repressão à prática de cultos primitivos, aos aglomerados habitacionais que disseminavam as epidemias, às atividades "desprezíveis" exercidas pelas camadas populares, como a mendicância e o comércio ambulante, enfim, aos hábitos poucos civilizados do nosso povo, era uma questão urgente**” (BOMPASTOR, 1994, p.34, grifo nosso).

Desta forma, são as camadas empobrecidas da sociedade recifense que mais sofrem com os processos de modernização da urbe. As práticas relacionadas a este momento da cidade passam, cada vez mais, a reprimir as atividades desenvolvidas pelos estratos sociais menos favorecidos, em sua maioria composta por escravizados libertos. Como parte do conjunto de medidas impostas a essa época tinha-se: o fechamento das casas de batuque, o impedimento da queima de fogos de artifício, a proibição da entrada na cidade com animais de carga, o fim das cantorias e pregões, realizadas pelos comerciantes de rua como forma de vender seus produtos, e o ordenamento das práticas de comércios em logradouros públicos. Ainda em busca de alcançar padrões de “beleza”, “civilidade” e “desenvolvimento urbano”, a municipalidade propõe a criação de mercados cobertos, feiras fixas e a definição de logradouros específicos para onde o comércio de rua deveria ser redirecionado,

sobretudo em áreas mais afastadas das centralidades principais. Se insere nestes lugares o Largo da Penha, localizado no recorte aqui compreendido como São José (BOMPASTOR, 1994). **“Essas populações foram sendo empurradas para áreas periféricas e sua tradição, história e costumes foram reprimidos”** (idem, 1994, p.35, grifo nosso)

O Largo da Penha, desde o século XVIII, era ocupado por atividades comerciais. Neste espaço, existiram o Mercado coberto da Ribeira dos Peixes (figura 13), a Feira de Verduras (figura 43), e posteriormente o Mercado de São José (figura 44) (MELO, 2011). Almeida (2001), ainda aponta que estes espaços se desenvolveram a partir do que foi a Praça Dupla, proposta ainda durante a ocupação holandesa (Figura 8). No espaço destinado a Ribeira dos Peixes, passou a existir uma feira livre, onde eram comercializados além de pescados e verduras, animais vivos e uma diversidade de alimentos, em um espaço precário.

Para a promoção do controle destas atividades foi proposta a construção do Mercado de São José, que contou com projeto de Louis Lieuthier. Essa foi a primeira construção do seu tipo executada em ferro e vidro no Brasil. A execução dessa obra foi responsável pelo ordenamento do comércio de rua no bairro durante as décadas seguintes à sua construção.

**“A nova estrutura que o Estado começa a impor às grandes cidades tende a limitar, restringir os locais do comércio de rua, construir grandes mercados, obrigando os ambulantes a se concentrarem em locais fechados,** exigir pagamento de taxas e a concessão de licenças, exercendo cada vez mais controle sobre esse tipo de atividade, o que gerava resistências e conflitos. É desta época a construção de vários mercados públicos, como o de São José, inaugurado em 1875” (BOMPASTOR, 1994. p.36, grifo nosso).

**Figura 43 - Largo da Penha (1863-1865)**



Fonte: Brasiliana Iconografia. Disponível em:  
<https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/18543/vista-do-pateo-da-penha-mercado-de-verduras>.  
Acesso em: 12 de abr. de 2021.

**Figura 44 - Mercado de São José (1903)**



Fonte: Villa Digital. Disponível em: <https://villadigital.fundaj.gov.br/index.php/cartoes-postais/item/1149-mercado-publico>. Acesso em: 22 de agosto de 2022.

No início do século XX, soma-se à perseguição aos comerciantes de rua a pressão feita pelas associações de lojistas contra as práticas do comércio de rua. O discurso de busca pelo “progresso” e “moral”, era inflamado pelo entendimento de que esses comerciantes transacionavam produtos ilegais e eram isentos das cobranças de impostos. Acrescenta-se a esse entendimento, a oferta de produtos pelos comerciantes de rua a preços mais baixos que os lojistas, implicando na decadência do comércio desenvolvido destes últimos (BOMPASTOR, 1994).

“Nesta fase de significação notável nos progressos materiais da cidade..., de obras volumosas..., não se poderia explicar senão por influência de elementos dispersivos e obsoletos - (os vendedores ambulantes) - a deficiência clamorosa de negócios no comércio varejista. Tipos de vida nômade, desligados do convívio social... sem sentimento de amor à terra, aos seus progressos e tradições... que se utilizam do contrabando um dos maiores expedientes de sedução, lesivo ou deprimente para o país... além de representar também um perigo de ordem moral: a invasão do lar... com casos havido de grosseiro desrespeito... e propostas desonestas. O comércio varejista suplica..., as providências do poder público... para regulamentar a cobrança do imposto... além de um hábil processo de fiscalização” (Relatório da Ass. Comercial, 1915 apud BOMPASTOR, 1994).

Os lojistas tornaram-se, nas décadas seguintes, o principal segmento social a demandar o reordenamento do comércio de rua no CHR. Importa notar, que a decadência dos espaços de compra gerenciados por esses atores, como visto anteriormente, estava muito mais relacionada à descentralização das atividades comerciais voltados para os públicos de mais alta renda na cidade do Recife do que com a expansão do comércio de rua.

Quanto ao Mercado de São José, criado para ser um espaço de controle das atividades do comércio ambulante, esse equipamento teve o seu entorno rapidamente reocupado pelo comércio de rua (figura 45). As inúmeras iniciativas de normatizar as atividades desenvolvidas pelos ambulantes no espaço deste mercado serviram apenas para revelar a resistência dos usuários frente a tais processos (Maia, 2001) (Figuras 46 e 47).

**Figura 45 - Entorno do mercado de São José (1941)**



Fonte: Museu da Cidade do Recife.

Disponível em:

<https://www.facebook.com/MuseudaCidadedoRecife/photos/a.663666633709474/1898761573533301/?type=3>. Acesso em: 28 de set de 2022

**Figura 46 - Comerciante de rua no Recife (1940)**



Fotografias: Benicio Dias, 1940.  
Fonte: GUIMARAENS, 2021.

**Figura 47 - Comerciantes de rua no Recife (1940)**



Fotografias: Benicio Dias, 1940. Fonte: GUIMARAENS, 2021.

Maia (2001), aponta que no Mercado, e em seu entorno, passou a existir um grande espaço cultural popular durante a segunda metade do século XX. A Praça Dom Vital passou a ser reconhecida como Praça do Mercado, e nela se instalou uma enorme quantidade de ambulantes, camelôs, cantadores, poetas e vendedores de

cordel (Figuras 50,51,52 e 53). Como dito por Clarissa Maia: “a cultura popular mostrava ter raízes bem mais profundas do que as elites imaginavam” (MAIA, 2001, p. 51, grifo nosso). A recapitulação histórica sobre este equipamento, revela que o espaço no qual o mercado está inserido é essencialmente ligado às práticas do comércio de rua. Além disso, este sítio é um evidente símbolo da resiliência e teimosia dessas práticas na cidade do Recife.

**Figuras 48, 49, 50 e 51: “O mercado, sua praça e a cultura popular do Nordeste” (1977)**



Fonte: MARANHÃO, L. O mercado, sua praça e a cultura popular do nordeste. Recife, 1977.

A aceitação das práticas do comércio de rua apareceu no Recife, e em diversas outras cidades brasileiras, como já citado neste texto, a partir da compreensão da importância do setor informal da economia para os países subdesenvolvidos na década de 1970. A postura por parte da municipalidade deixou de ser a coerção e passou a ser o disciplinamento (Figuras 52 e 53).

Figura 52 e 53 - Jornal Diário de Pernambuco (1984, edição 00116)

Diante do alto índice de desemprego, de aumento das tensões sociais geradas pela crise econômica, as autoridades municipais não vêem sentido em pôr em prática as recomendações do atual Código de Obras e Urbanismo, que proíbe essa atividade comercial nas ruas do Centro.

As pressões para retirá-los, porém, não deixam de existir. São os lojistas, os empresários de turismo, os transeuntes com reclamações contínuas. Motivado pelo desemprego e a tolerância das autoridades, o comércio ambulante prolifera numa progressão geométrica.

### PROLIFERAR

E enquanto o disciplinamento não vem, a massa de desempregados, que a cada mês ingressa nas estatísticas oficiais, desloca-se para o comércio informal, não-disciplinado.

Competindo com os antigos colegas que têm ponto e ramificações certas, os novatos são mais corajosos, arriscam-se nas ruas proibidas, avançam devagar, com "um olho na mercadoria e outro na fiscalização", como se diz na música popular.

Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em:

[https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033\\_16&pesq=%22camel%C3%B4%22%20%22ambulante%22%20%22Com%C3%A9rcio%20informal%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=74898](https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_16&pesq=%22camel%C3%B4%22%20%22ambulante%22%20%22Com%C3%A9rcio%20informal%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=74898). Acesso em: 24 de agosto de 2022.

A nova postura por parte do poder público frente a essas dinâmicas se soma a redescoberta dos centros históricos a partir de uma abordagem que reconhece suas potencialidades simbólicas e culturais. Neste contexto, a figura do Mascate ressurge no Recife, no bairro de São José. Na tentativa de atribuir valores históricos e culturais a dinâmica do comércio de rua houve a fixação da estátua de um Mascate no canteiro central da Avenida Dantas Barreto (1994) (figura 54) e a nomeação de um equipamento construído para receber os comerciantes de rua de "Calçadão dos Mascates". Este último foi rapidamente rebatizado pelos populares como "Camelódromo" (figura 55).

Figura 54 - O Mascate na Av. Dantas Barreto (sem data)



Fonte: Blog Oxe Recife. Disponível em: <https://oxerecife.com.br/mais-uma-estatua-roubada-do-centro-do-recife-o-mascate-sumiu-da-avenida-dantas-barreto/>. Acesso em 27 de agosto de 2022.

Figura 55 - Calçadão dos Mascates (1995)



Fonte: Revista Projeto Nº 190, 1995. Disponível em: Costa, 2004

O Equipamento acima citado fez parte de um conjunto de ações de controle dos comerciantes de rua promovida pela municipalidade nos anos 1990, haja vista que “até janeiro de 1993 as ruas, pátios e praças do centro do Recife estavam ocupadas por 4331 ambulantes” (LAPA, 1994, apud COSTA, 2004) (Figuras 56, 57 e 58).

**Figura 56 - Pátio do Livramento (1980)**



Fonte: Acervo da Empresa de urbanização do Recife. Disponível em: NÓBREGA, 2008.

**Figura 57 - Pátio do Carmo (1990)**



Fonte: Acervo da Empresa de urbanização do Recife. Disponível em: NÓBREGA e CÂMARA, 2010.

**Figura 58 - Ambulantes tomam conta do canteiro central da Av. Dantas Barreto (1980)**



Fonte: Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural da Cidade do Recife. Disponível em: NÓBREGA e CÂMARA, 2010.

Araújo (2014) lista as construções deste tipo, que se concentraram sobretudo no entorno do “vuco-vuco”, entre grandes equipamentos de transporte público (Figura 59):

“O Shopping Popular de Santa Rita, localizado no Cais de Santa Rita, foi construído em 1995 para abrigar os feirantes e ambulantes que ocupavam as ruas que davam acesso ao Mercado de São José. [...] O Mercado das Flores, localizado em frente à Praça Sérgio Loreto, no encontro da Avenida Dantas Barreto com a Avenida Sul, foi projetado para abrigar os comerciantes de flores do Cais de Santa Rita. O equipamento tinha capacidade para abrigar 52 comerciantes, mas ficou por muito tempo com uma

ocupação aquém de sua capacidade, pois os comerciantes se queixavam do fluxo insuficiente de pessoas naquele local. [...] Finalmente, deu-se a instalação do equipamento denominado “Calçadão dos Mascates”, popularmente conhecido como Camelódromo.” (ARAÚJO, 2014. p.63).

**Figura 59 - Localização dos equipamentos de comércio popular**



Elaboração: Antonio Neto, 2022. Base cartográfica: Google Earth Pro.

Em comum os três equipamentos de comércio assinalados possuem soluções arquitetônicas inspiradas em *shoppings malls* norte-americanos:

“[...] áreas destinadas aos quiosques padronizados que comercializam mercadorias de ramos comerciais similares (roupas, sapatos, bolsas, cintos, brinquedos), não dividem lugar com outros quiosques que comercializam comida, destinados a uma “Praça da Alimentação”, a exemplo dos shopping centers” (COSTA, 2003, p.22).

O projeto destes equipamentos teve reconhecimento internacional e rendeu premiações aos seus autores. A sofisticação dos entendimentos sobre as práticas do comércio de rua e o reatamento da história de São José no projeto, motivaram o seu reconhecimento. No Calçadão dos Mascates foram propostos Arcos e torres de caixas d’água que remeteriam às tipologias religiosas daquele lugar que haviam sido demolidas durante a construção da Avenida Dantas Barreto. Contudo, a falta de manutenção adequada e o descontrole quanto às intervenções nos equipamentos os puseram em decadência em um curto espaço de tempo. Costa (2004), ainda aponta o desalinho entre as necessidades dos comerciantes atendidos e o equipamento proposto. Notou-se, também, a falta de assimilação por parte dos trabalhadores

realocados com relação às novidades trazidas nessa tipologia, como sua configuração espacial que buscava fugir das lógicas de um mercado “convencional”.

“As respostas encontradas nas falas e nas observações *in loco* sequer lembram de monumento algum, muito menos relacionam a existência dos Arcos com uma homenagem. **Na verdade o que os comerciantes informais deixaram claro é que os locais onde há movimento de compradores não deviam ser utilizados com elementos arquitetônicos que só enfeitam. Para eles, tais elementos significam um desperdício de uma boa área para comercializar**” (COSTA, 2004, p.136, grifo nosso).

As práticas de comércio nas ruas, inicialmente, se concentraram em logradouros que possuíam maior fluxo de pessoas. Entretanto, alguns destes equipamentos foram instalados em áreas com baixo fluxo de pessoas (como os três últimos módulos do *camelódromo* e todo o equipamento do mercado das flores), desencadeando uma queda nas vendas que culminou no abandono de seus espaços, já que os comerciantes preferiram voltar às ruas (NÓBREGA e CÂMARA, 2010).

“Atualmente, o que se vê é algo bem diferente do planejado. Um dos principais problemas para os camelôs do Camelódromo da Dantas Barreto é sua localização em uma avenida secundária, suas mercadorias ficariam sem consumidores. Semelhante processo ocorre com o camelódromo do Cais de Santa Rita. Consideramos que a falta de manutenção e controle administrativo faz dos camelódromos um lugar fétido, com quiosques mal conservados que, embora ofertando produtos de baixo preço, não representam atrativo para os poucos consumidores que ali transitam” (COSTA, 2003, p.141).

Como resultado, tem-se, na atualidade, a utilização de apenas metade do camelódromo (NÓBREGA E CÂMARA, 2010) e a demolição, em 2020, do mercado das flores (Figuras 60 e 61). Os módulos deste último equipamento, quando eram utilizados, serviam como depósitos ou cozinhas, que atendiam aos comerciantes que vendiam alimentos nas ruas de São José. Essa forma de apropriação do espaço revelou que cozinhas são uma necessidade dos comerciantes de rua desta área. No espaço antes ocupado pelos equipamentos, segundo a Gerência Geral do Comércio Popular Do Recife, foi proposta a construção de uma praça (Figuras 62 e 63).

**Figura 59 - Mercado das Flores (março de 2020)**



Fonte: Reprodução do Google Street Views

**Figura 60 - Mercado das Flores (setembro de 2021)**



Fonte: Reprodução do Google Street Views

**Figura 61 – Utilização dos módulos do mercado das Flores (2020)**



Fonte: Gerência Geral do Comércio Popular do Recife.

**Figura 62 - Conservação dos módulos do mercado das Flores (2020)**



Fonte: Gerência Geral do Comércio Popular do Recife.

O *shopping* popular de Santa Rita, construído sobre um aterro em 1992, só foi plenamente ocupado em 2020, após a ação de realocação dos comerciantes no entorno do mercado de São José em 2019, quase 25 anos após sua construção. Antes de sua reocupação, o equipamento passou por uma reforma que substituiu parte de sua estrutura (figuras 64 e 65).

**Figura 63 - Shopping Popular de Santa Rita (2013)**



Fonte: Reprodução do Google Street Views

**Figura 64 - Shopping Popular de Santa Rita (2021)**



Fonte: Reprodução do Google Street Views

As ações de realocação previram não só a construção de grandes equipamentos denominados de *shoppings* populares, mas também a implantação de

quiosques pelas ruas do CHR. Estes equipamentos, de menor escala, foram projetados pela Prefeitura do Recife. Em alguns casos, foram distribuídos pela municipalidade e, em outros, foi concedida a autorização de suas construções pelos comerciantes mediante autorização do órgão público (Nóbrega, 2002).

“São os quiosques dispostos em vários lugares do centro: ruas e esquinas, praças e laterais de lojas recebem os pontos comerciais, onde os ambulantes tornam-se fixos, "ambulofixos", vendendo coco-verde, lanches, bolsas e cintos” (COSTA, 2003, p.160).

Araújo (2014) ainda aponta para uma redução nas ações de realocação do comércio de rua durante os anos 2000. A mais recente iniciativa (2019) realocou os ambulantes que se encontravam no entorno do Mercado de São José e da Praça Dom Vital para o Centro Comercial Cais de Santa Rita e para os imóveis interligados (nº 35 e nº 236) que conectam o Mercado de São José ao Cais de Santa Rita. Este episódio será tratado mais à frente neste texto.

As incessantes iniciativas do poder público em reprimir as dinâmicas do comércio de rua não surtiram o efeito esperado. As ruas do centro do Recife seguem, em 2022, sendo ocupadas por comerciantes de rua. A pesquisa de Araújo (2014) aponta que os ambulantes reconhecem o seu impacto negativo no espaço público da cidade, mas que também pontuam sua importância no funcionamento deste espaço por: “(i) auxiliarem os transeuntes prestando-lhes informações; (ii) funcionarem como âncoras para o comércio formal à medida que atraem pessoas para as ruas; (iii) atuarem como vigilantes informais da cidade, pois têm familiaridade com as ruas; (iv) conhecerem os que nelas transitam; (v) beneficiarem a população de menor poder aquisitivo à medida que lhe possibilita adquirir bens com preços mais baratos do que os oferecidos no mercado formal.

A respeito das relações entre os lojistas do comércio formal e os ambulantes a aludida autora expõe diversas nuances relacionadas a estas vivências. Para alguns lojistas, existe uma relação de compreensão com o comerciante de rua que fica nas imediações do seu estabelecimento; para outros, a relação é conflituosa, havendo inclusive denúncias à Prefeitura. Todavia, existem aqueles lojistas que estabelecem uma relação de parceria com os comerciantes de rua. Neste caso, o comércio de rua aparece intimamente articulado ao empreendimento do lojista. Alguns ambulantes, entrevistados pela pesquisadora, atribuíram a “relação amistosa que têm com os lojistas da área onde atuam, ao fato de, no seu entendimento, além de atraírem as

peças para aqueles locais, eles também garantem a segurança dos lojistas e dos pedestres” (ARAÚJO, 2014. p.99).

Importa tratar, ainda, o contexto de vulnerabilidade social no qual estes atores se inserem. Os dados contidos no Diagnóstico do Patrimônio Imaterial das ZEPH 10 e 14, levantados pela Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural do Recife – DPPC (2020) revelam o grau de escolaridade dos comerciantes fixados no entorno do Mercado de São José, assim como o dos ambulantes que frequentavam aquele espaço. Ambos, em sua maioria, chegavam apenas a concluir o ensino médio. Em se tratando especificamente dos ambulantes, mais de 30% dos entrevistados não possuíam o ensino fundamental completo. Este dado se soma a outros 30% que não concluíram o ensino médio, colocando estes em uma situação de imobilidade social na medida em que quase metade dos entrevistados acessaram nível de escolaridade circunscrito ao fundamental (1 e 2). Não sem razão, o mencionado diagnóstico os considera como “aprisionados” “em ciclos de pobreza e vulnerabilidade socioeconômica” (DPPC, 2020, p.22).

Diante do exposto, fica claro que não houve uma transformação quanto a visão sobre estes comerciantes de rua. Na realidade, a figura exaltada do mascate sempre esteve associada a um europeu, mercador e enriquecido, enquanto a persona perseguida e violentada pelo Estado é, historicamente, a do camelô, descendente de africanos escravizados (ou libertos). A apreensão sobre os meios utilizados para alcançar o “progresso” e a “ordem” na espacialidade do Recife revelou como as questões raciais foram estruturadoras de decisões por parte do poder público e das relações sociais desenvolvidas na cidade, conceito nomeado, na atualidade, de “racismo estrutural”<sup>9</sup>. Estas relações se reproduzem nas ações de controle destes comerciantes de rua na atualidade, que seguem vivenciando o apagamento e a falta de reconhecimento da importância de suas formas de fazer que se reproduzem historicamente.

### **3.4 O *vuco-vuco***

Neste item, serão tratadas as questões referentes à atualidade do espaço compreendido como *vuco-vuco* de São José. Isso se dará por meio de uma análise

---

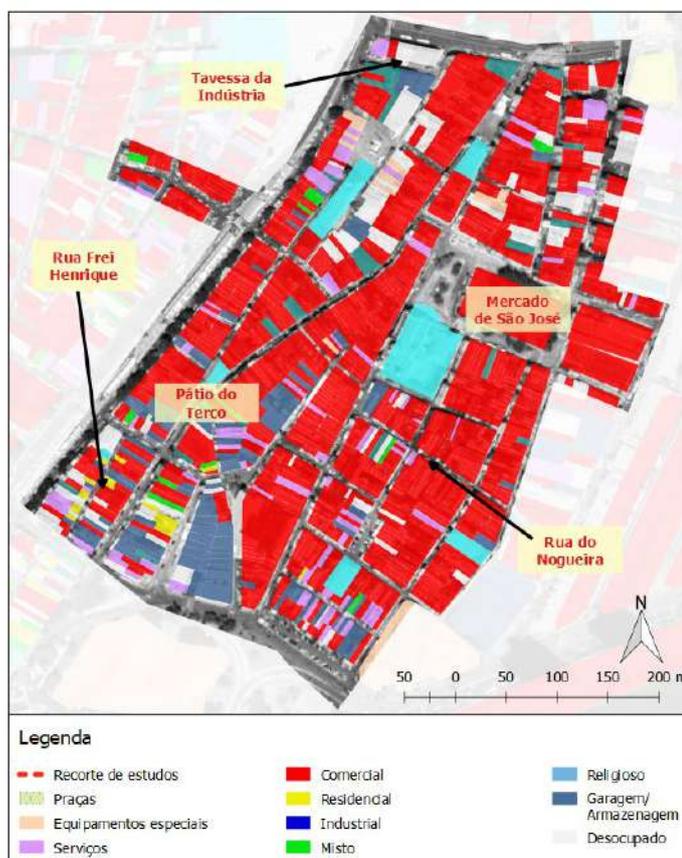
<sup>9</sup> Para mais informações sobre o tema consultar: ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

morfotípica e funcional desta área. No tocante, também foram realizadas análises sobre as formas de distribuição e comercialização de rua no espaço estudado.

### 3.4.1 Usos

A figura 66 permite observar a grande mancha comercial (em vermelho) predominante no *vuco-vuco* de São José. Sendo umas das mais interessantes exceções um pequeno reduto habitacional na porção sul do recorte (em amarelo) (figura 67). Este espaço testemunha a preexistência das habitações nesse território, que enfrentam um movimento de supressão que pode ser observado inclusive na atualidade. A substituição do uso habitacional pelo comercial tem transformado o território estudado em um espaço monofuncional, com repercussões diretas na dinâmica dos seus espaços públicos. Após o fechamento do comércio (que acontece nos dias úteis por volta das 18:00 horas), as ruas ficam vazias tornando este espaço que, em horário comercial, pulsa vitalidade em um ambiente hostil e pouco convidativo (Figura 68).

**Figura 65 - Mapa de Usos (2022)**



Fonte: Cadastro Mercantil PCR (2017), DPPC (2020) e Gemfi (2022). Elaboração: Antonio Neto, 2022

**Figura 66 - Rua Frei Henrique (2020)**

Fotografia: Antonio Neto.

**Figura 67 – Rua do Nogueira (2022)**

Fotografia: Antonio Neto.

Importa ressaltar, a presença dos estacionamentos. Estes equipamentos (assinalados no mapa em azul) servem tanto à veículos quanto às carroças que são utilizadas no comércio de rua durante o dia (figura 69). Ademais, as garagens próximas ao Pátio do Terço revelam uma forma de apropriação brutal, no que diz respeito à preservação do patrimônio histórico. Neste espaço encontra-se um conjunto de sobrados que foi esvaziado, tendo mantido-se apenas as suas fachadas, para receber o uso de estacionamento de veículos em seu interior (figuras 70 e 71).

**Figura 68 - Estacionamentos de carroças na Travessa da Indústria (2019)**

Fonte: Reprodução do Google Street Views, 2019

**Figura 69 - Estacionamentos do Pátio do Terço (2022)**

Fotografia: Lysandra Felizardo, 2022.

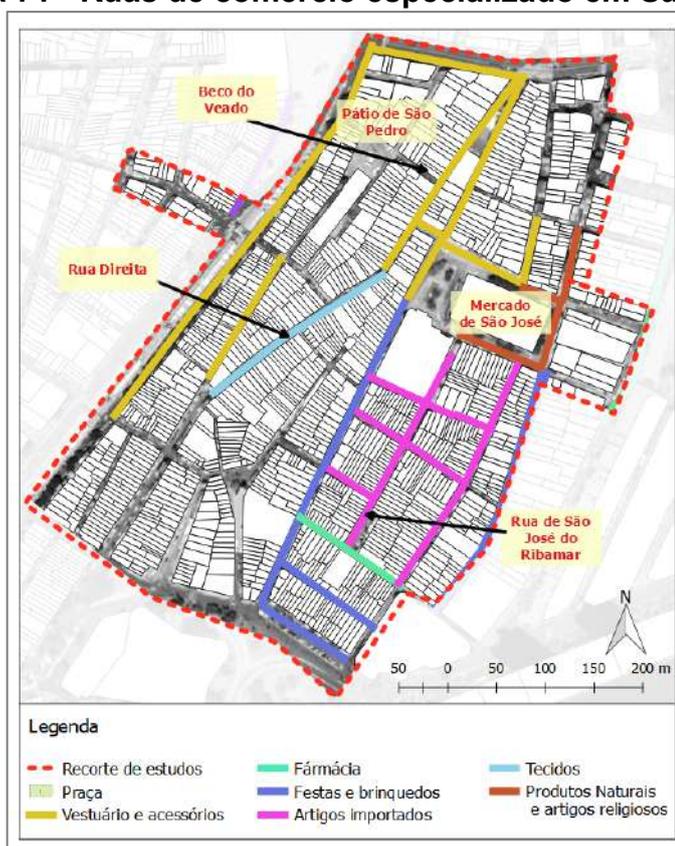
**Figura 70 - Estacionamentos do Pátio do Terço (2022)**

Fotografia: Lysandra Felizardo, 2022.

Ainda com relação aos usos, a pesquisa constatou ruas que concentram lojas especializadas (Figura 72). De certa forma, é como se elas possuíssem dinâmicas próprias. Muitas vezes, são as únicas ruas no *vuco-vuco* que abrigam lojas onde é possível encontrar um determinado tipo de produto.

As manchas de usos especializados não preenchem, necessariamente, vias inteiras, se comportando de forma orgânica e, por vezes, cruzando outras ruas que também apresentam comércio especializado. Foram observados seis tipos de comércio especializado no recorte estudado. Algumas delas são particularizadas pela oferta de produtos naturais (sobretudo no entorno do mercado de São José), outras pela predominância de lojas de tecido (em parte da Rua Direita) remetendo as antigas formas de comércio.

**Figura 71 - Ruas de comércio especializado em São José (2022)**



Elaboração: Antonio Neto, 2020.

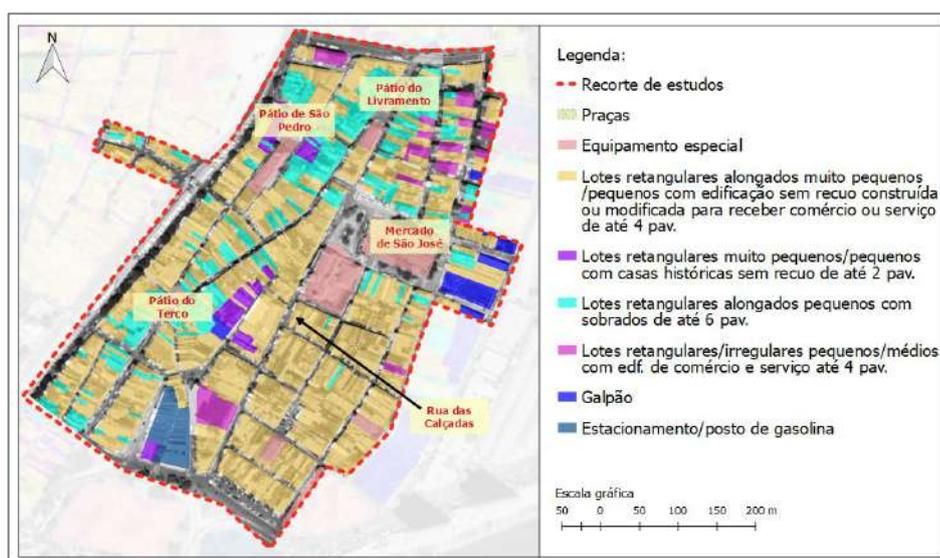
Entretanto, outros usos desfrutam de uma predisposição natural do comércio em se adaptar a novas tendências do mercado. Não é incomum, em uma busca por produtos nesta área, ser orientado a buscar “o chinês”. Esta expressão não se associa, necessariamente, com o grupo étnico, que de fato ocupa e gerencia alguns pontos comerciais na região. Relacionando-se muito mais com lojas que vendem

determinados produtos, muitas vezes importados da China. Ruas, como a de São José do Ribamar, classificadas em pesquisas anteriores como ruas especializadas em artigos de variedades (SILVA, 2018) passaram, com o tempo, a serem referenciadas como ruas com “lojas de chineses”. Neste trabalho, tais ruas foram entendidas como “especializadas em produtos importados”, que também poderiam se caracterizar como “variedades” por não apresentarem um tipo específico de produto (podendo-se encontrar desde eletrônicos até brinquedos), mas que passaram a carregar um novo sentido com a crescente inserção dos produtos de origem asiática neste mercado.

Esta lógica locacional relaciona-se diretamente com a presença e tipo de produtos ofertados pelo comércio de rua. Muitos vendedores de ervas, artesanatos de palha e remédios naturais, por exemplo, ainda insistem em se manter nos arredores do mercado de São José. Enquanto isso, é comum observar vendedores ambulantes de brinquedos e artigos de festa em ruas como a Rua das Calçadas, onde também predomina este tipo de comércio, mas em lojas. Outros espaços como Beco do Veado, caracterizado pela oferta de serviços de amolação de faca e alicates por comerciantes de rua, têm sua funcionalidade atual ligada a comercialização de carnes que predominou naquele espaço até o final dos anos 1990 (Costa, 2004), mas que se perdeu durante as intervenções para a promoção do turismo que se deram no Pátio de São Pedro.

### 3.4.2 Padrões de Ocupação

**Figura 72 - Mapa de síntese dos padrões de ocupação (2022)**



Elaboração: Antonio Neto, 2020.

A partir da apreensão dos padrões de ocupação é possível notar que a área é composta majoritariamente por lotes retangulares alongados com edifícios modificados ou construídos para receber o uso comercial de até 4 pavimentos (amarelo) (Figura 74). É notória também, a presença dos sobrados de até 6 pavimentos dispostos em lotes alongados, sobretudo no entorno dos pátios das igrejas. (Figura 75)

**Figura 73 – Rua das Calçadas (2022)**



Fotografia: Antonio Neto, 2022

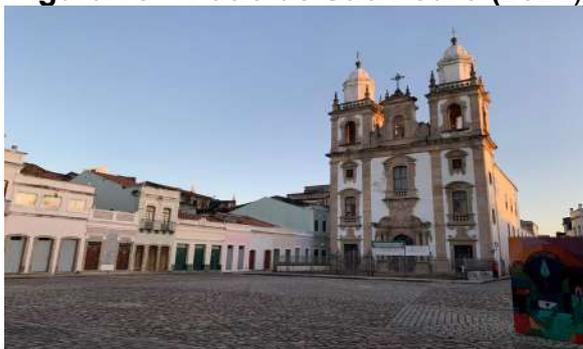
**Figura 74 – Pátio do Livramento (2022)**



Fotografia: Antonio Neto, 2022

Além disto, observa-se a presença de equipamentos especiais, sobretudo os de uso religioso. As Igrejas, catedrais e até basílicas marcam a existência de espaços públicos amplos, os largos ou pátios (Figuras 76 e 77), bastante característicos e associados às manifestações culturais relacionadas a estes templos religiosos. Tais espaços não necessariamente conformam áreas públicas de estar, mas possuem uma relação cultural com essa região e se conectam por meio de uma trama viária bastante complexa composta de ruas, becos e vielas, como visto na figura 78. O mapa de cheios e vazios ainda permite observar a densidade do espaço construído de São José, onde os característicos quintais das tipologias históricas foram suprimidos para a ampliação das lojas.

**Figura 75 – Pátio de São Pedro (2022)**



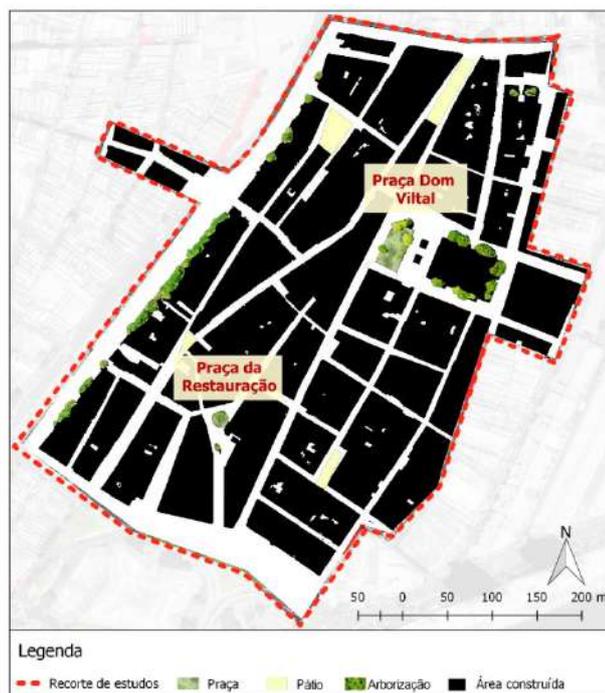
Fotografia: Antonio Neto, 2022

**Figura 76 – Pátio do Terço (2022)**



Fotografia: Antonio Neto, 2022

**Figura 77 - Mapa de cheios e vazios (2022)**



Fonte: ESIG Informações Geográficas do Recife. Elaboração Antonio Neto 2022.

Nota-se, ainda, a existência de duas praças neste espaço. A praça Dom Vital (figura 79), localizada entre o mercado de São José e a Basílica da Penha, foi, durante a década de 1970, palco de importantes manifestações culturais como a venda de cordel, a apresentação de músicos e de diversos tipos populares (MARANHÃO, 1977). Na atualidade, a praça é predominantemente ocupada por pessoas em situação de rua. A praça da Restauração, conhecida como praça do pirulito, localiza-se ao sul do recorte. Assemelha-se, em sua configuração espacial, a uma rotatória de carros (figura 80). Contudo, o baixo fluxo de veículos no seu entorno faz com que este espaço receba usuários durante o dia. Durante as visitas de campo, notou-se que os usuários chegam a colocar cadeiras em seu espaço para poderem utilizá-la, já que esta praça conta apenas com dois bancos fixos.

**Figura 78 – Praça Dom Vital (2022)**



Fotografia: Antonio Neto, 2022

**Figura 79 – Praça da Restauração (2022)**



Fotografia: Antonio Neto, 2022

A leitura do mapa de síntese dos padrões de ocupação (Figura 73), revela que a maior parte dos imóveis foi construído ou modificado para receber o uso comercial. Esta situação é exposta por Jaramillo ao tratar das transformações ocorridas em Bogotá (2007):

“A mudança de uso das áreas centrais, tanto dentro do centro inicial quanto em sua expansão, se dá em um parque imobiliário que não foi construído para esses fins, gerando uma grande tensão com resultados muito destrutivos. Tanto nos próprios edifícios como no espaço público” (JARAMILLO, 2007, p. 16, tradução nossa<sup>10</sup>).

Nóbrega (2008) expõe que o uso comercial, no bairro de São José, está relacionado ao processo de transformação de sua espacialidade (a partir de uma análise detalhada sobre a Rua Direita e a Rua das Calçadas). Dentre as principais transformações, destaca-se o alargamento das portas e a construção de marquises (em suas fachadas), mudança de esquadrias e remoção de adornos (no corpo da edificação) e o acréscimo de pavimentos como mudanças mais recorrentes.

Essas transformações surgem para atender a um novo programa de necessidades nos edifícios históricos. A arquitetura comercial necessita de uma vitrine, que não necessariamente é uma caixa de vidro, podendo ser também um vão pelo qual o transeunte pode vislumbrar as mercadorias no interior do estabelecimento. Neste contexto, as marquises surgem não só para proteger o transeunte das intempéries mas também para escudar o interior das lojas, agora expostas às externalidades por conta das grandes aberturas (Nóbrega, 2008)

Os sobrados, no entanto, vivenciam uma transformação menos violenta já que, historicamente, recebiam o comércio no pavimento térreo e a habitação nos pavimentos superiores. Na atualidade seus pavimentos superiores são majoritariamente utilizados para depósito e administração das lojas. (Nóbrega, 2008).

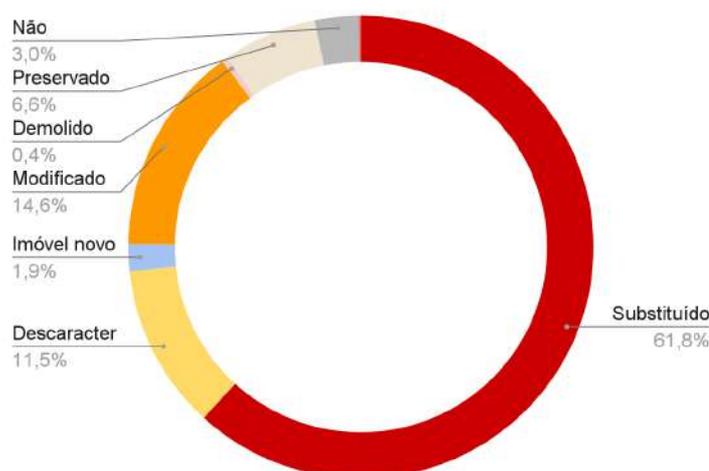
A aludida autora ainda revela, em 2008, como a publicidade fixada nestes edifícios corrobora para uma transformação de São José e, em 2013, faz apreensões sobre como alguns imóveis neste bairro estão sendo transpassados, promovendo uma permeabilidade que os converte em galerias comerciais.

---

<sup>10</sup> El cambio de uso de las áreas centrales, tanto en el interior del centro inicial como en su ampliación, solo puede realizarse sobre un parque inmobiliario que no fue construido para estos fines, pero solo con una gran tensión con resultados muy destructivos. tanto sobre los edificios mismos como sobre el espacio público (JARAMILLO, 2007, p. 16).

O processo de transformação no estoque edificado do *vuco-vuco* de São José se comprova quando analisado o gráfico 1, que permite observar que, em 2017, 61,8% dos imóveis contidos no recorte de estudos foram substituídos. Estas edificações, mesmo localizadas sobre as bases dos edifícios originais, não guardam mais qualquer relação com os imóveis primários, no que diz respeito a suas características construtivas e estilísticas.

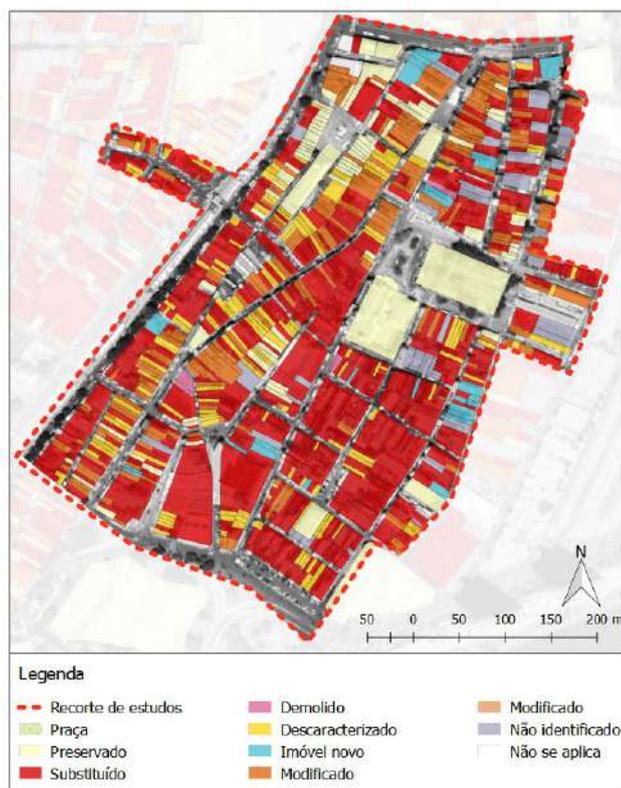
**Gráfico 1: Preservação dos imóveis - 2017**



Fonte: DPPC, 2020. Elaboração Antonio Neto

É possível observar também, que 14,6% dos imóveis foram modificados. Ou seja, mesmo que tenham sido feitas modificações, não foram alterados, de maneira significativa, os estilos e as tipologias destas edificações. Soma-se a esta realidade, os 11,5% de imóveis descaracterizados, que são aqueles que mantiveram a estrutura física do imóvel, mas as modificações realizadas neles não permitem a identificação de seus estilos ou tipologias originais (DPPC, 2020). Desta forma, pode-se observar que grande parte dos imóveis do *vuco-vuco* não preserva, de forma integral, as características que fazem destes bens patrimoniais. Isto se dá tanto pelo já averiguado processo de transformação dessa área em uma espacialidade de comércio, dinâmica diretamente atrelada às modificações em parte do seu estoque edificado, quanto pela falta de uma política efetiva de preservação desses imóveis. A distribuição espacial dessas informações pode ser averiguada na figura 81.

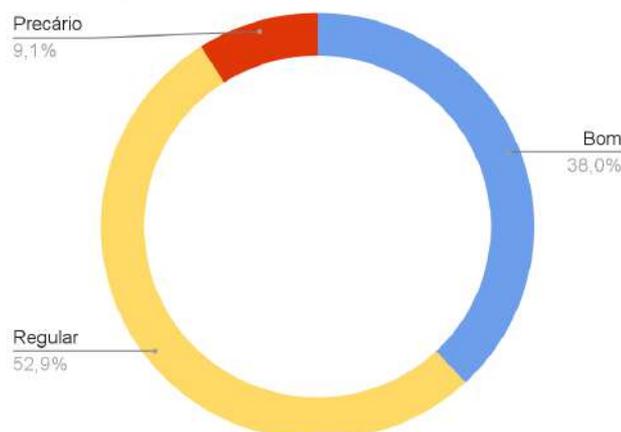
**Figura 80 – Mapa de preservação dos imóveis (2017)**



Fonte: DPPC, 2020. Elaboração Antonio Neto, 2022

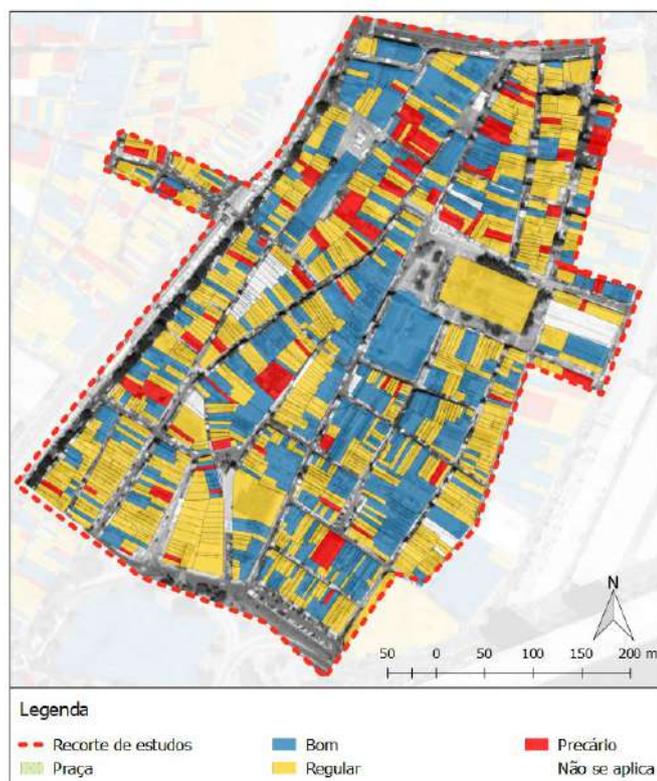
Cabe considerar ainda as observações sobre a conservação dos imóveis no território estudado. A ideia de conservação trata das condições físicas destes imóveis, não levando em consideração transformações em suas características estilísticas ou volumétricas. Desta forma, observa-se que a maioria dos imóveis da área estudada (52,9%) se encontravam, em 2017, em situação regular quanto ao seu estado de conservação (Gráfico 2 e figura 82). Esses imóveis apresentavam integridade física, mas necessitavam de algumas intervenções em sua manutenção.

**Gráfico 2 - Conservação dos imóveis (2017)**



Fonte: DPPC, 2020. Elaboração Antonio Neto, 2022

**Figura 81 - Mapa Conservação dos imóveis (2017)**



Fonte: DPPC, 2020. Elaboração Antonio Neto, 2022

Em continuidade, 38% apresentava, em 2017, um bom estado de integridade física, ou seja, não foi identificada a necessidade de ações de manutenção. Por fim, apenas 5% dos imóveis apresentaram estado físico precário. Essa classificação compreende edifícios que exibiam sinais de comprometimento em sua integridade física (DPPC, 2020).

Ao comparar os dados sobre conservação e preservação dos imóveis, observa-se que, mesmo com a perda das características estilísticas e volumétricas originais de parte considerável destas edificações, o estado de conservação variou entre o bom e o regular. Desta forma, os proprietários destes imóveis estão promovendo a conservação dos bens imobiliários sem considerar suas características históricas. Essa situação revela a deficiência nas ações de incentivo à preservação dos imóveis de uso comercial, o que leva os proprietários a adotarem uma conduta nomeada por Lacerda (2018) de *destruição aniquiladora dos bens patrimoniais*.

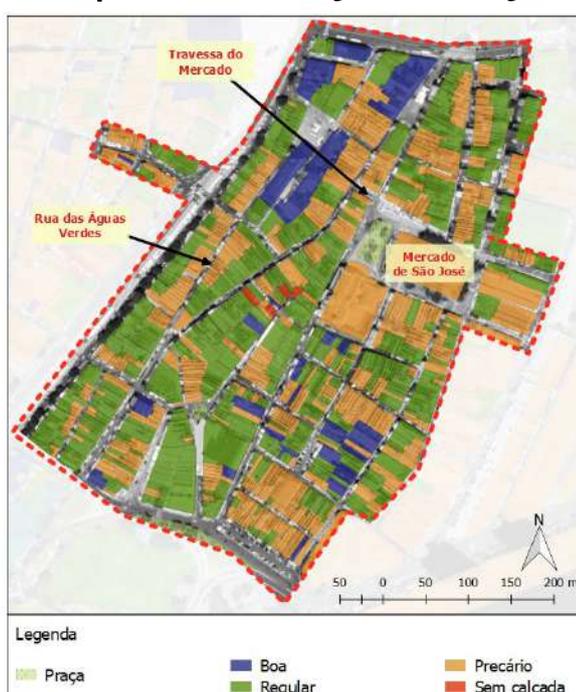
O comércio, então, é como fogo para São José. A metáfora se torna clara quando entendido que este uso é o responsável por aquecer e fazer pulsar a vida nesta área do centro histórico do Recife, mas que tem como consequência a transformação de sua materialidade.

### 3.4.3 A qualidade do espaço público e integração viária

Lacerda e Abramo (2020), ao delimitarem o submercado imobiliário de São José, no qual se insere o recorte de estudos, evidenciaram a existência de um território onde “[...] o espaço público não é de boa qualidade, por apresentar calçadas acanhadas diante do intenso fluxo de pessoas, além de poluição visual.” (LACERDA e ABRAMO, 2020, p. 10)

O entendimento apresentado pelos autores se confirma por meio da figura 83, mapa de conservação das calçadas, que permite compreender a qualidade do passeio público nas ruas de São José. Nota-se que a grande maioria das calçadas foi classificada como em estado regular de conservação (em verde). Os levantamentos foram feitos pela DPPC (2020) que classificou as calçadas como boas quando apresentavam regularidade, acabamento e largura que cumprissem os aspectos de acessibilidade. Algumas calçadas, mesmo quando cumprem esses parâmetros, são obstruídas por comerciantes de rua ou pelos próprios donos das lojas que expõem suas mercadorias nas calçadas, fazendo com que essa classificação decaia (Figura 84). Não é incomum, no território de São José, a rua se tornar um passeio público, mesmo quando essas vias não são pedestrianizadas (Figura 85).

**Figura 82: Mapa de conservação das calçadas (2022)**



Fonte: DPPC (2020), com atualizações feitas pelo autor em visitas a campo. Elaboração: Antonio Neto, 2022.

**Figura 83 – Rua das águas Verdes (2020)**

Fotografia: Antonio Neto, 2020

**Figura 84 - Travessa do Mercado (2021)**

Fotografia: Antonio Neto, 2021

Os levantamentos feitos pela DPPC, em 2020, foram atualizados com visitas a campo. As principais alterações com relação à qualidade do espaço público se deram no entorno do mercado de São José. Após a remoção dos comerciantes de rua, o passeio público foi desobstruído e as calçadas do casario vizinho ao mercado passaram por requalificação. A reforma das calçadas nivelou o passeio e substituiu seu revestimento por pedra portuguesa, e sua classificação passou a ser “boa”. A calçada do mercado, no entanto, foi compreendida como regular já que o material de revestimento se manteve, assim como os desníveis no percurso (figuras 86 e 87).

**Figura 85 - Calçadas do Mercado (2022)**

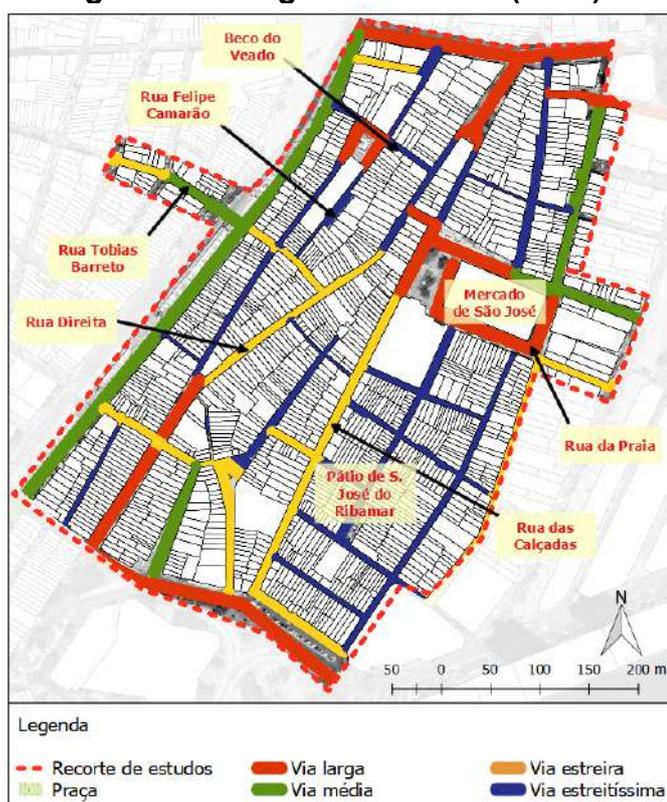
Fotografia: Antonio Neto, 2022

**Figura 86 – Calçadas do entorno do Mercado de São José (2022)**

Fotografia: Antonio Neto, 2022

O entendimento colocado por Lacerda e Abramo (2020), se soma à compreensão sobre a dimensão das vias neste território (Figura 88).

**Figura 87 - Larguras das vias (2020)<sup>11</sup>**



Fonte: Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural do Recife (DPPC)

Nota-se, por meio do mapa acima, que este é um espaço composto, majoritariamente, de vias estreitíssimas (em azul). A disputa entre transeuntes, comerciantes de rua e de lojas (quando dispõem seus produtos nas calçadas) cria a espacialidade do *vuco-vuco*. Contudo, não é só nas vias estreitíssimas onde desenvolve-se este fenômeno urbano. Mesmo em vias mais largas como a Rua das Calçadas (Via estreita) (figura 89) e a Rua Tobias Barreto (via média) (figura 90) este tipo de espacialidade se reproduz.

**Figura 88 – Rua das Calçadas (2022)**



Fotografia: Antonio Neto, 2022

**Figura 89 - Rua Tobias Barreto (2020)**



Fotografia: Antonio Neto, 2020

<sup>11</sup> Até 4,5m – estreitíssima • Entre 4,5 e 6m – estreita • Entre 6m e 9m – média • Acima de 9m – larga (DPPC, 2020).

Na atualidade apenas algumas ruas de São José são exclusivas para o tráfego de pedestres. O trecho da Rua da Praia, localizado próximo ao Mercado de São José teve o fluxo de veículos interrompido após a remoção dos comerciantes de rua (Figura 91).

**Figura 90 - Rua da Praia, nas imediações do Mercado de São José (2022)**



Fotografia: Antonio Neto, 2022

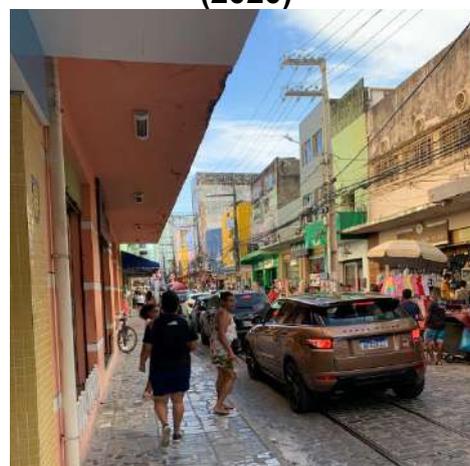
Além disso, dados do Instituto Pelópidas Silveira<sup>12</sup> classificam os pátios do Livramento e de São Pedro, bem como o Beco do Veado e a rua Felipe Camarão (lateral da igreja de São Pedro) como vias pedestrianizadas. Em contraposição, o Pátio da Igreja de São José do Ribamar é utilizado como estacionamento de veículos (Figura 92). Ademais, pontua-se o conflito entre pedestres e carros em diversas ruas deste espaço, como no cruzamento entre a rua Tobias Barreto e a Av. Dantas Barreto e na Rua das Calçadas (Figura 93).

**Figura 91 – Pátio de São José do Ribamar (2022)**



Fotografia: Antonio Neto, 2022

**Figura 92 - Rua das Calçadas (2020)**

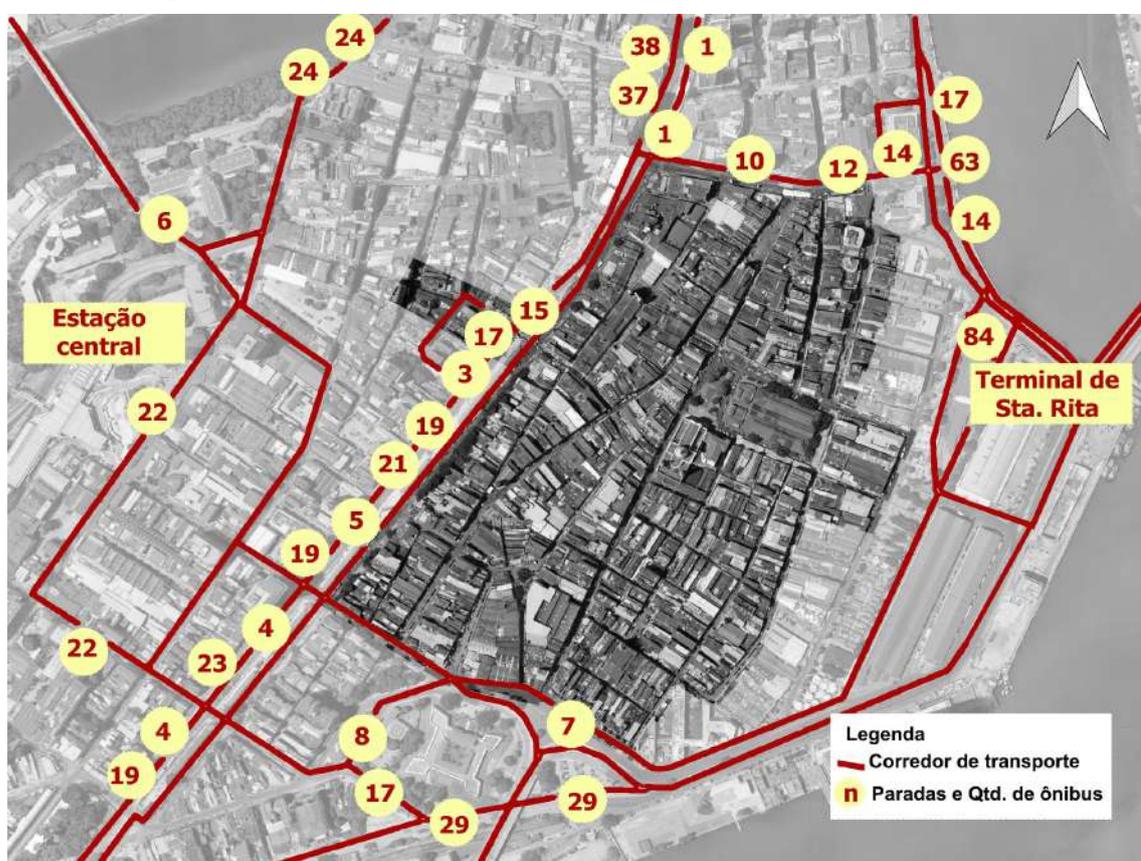


Fotografia: Antonio Neto, 2020

<sup>12</sup> Instituto da Cidade Pelópidas Silveira. **Base de Dados**. Disponível em: <<http://icps.recife.pe.gov.br/node/61205>>. Acesso em 23 de set. de 2022.

Como observado, o *vuco-vuco* localiza-se entre dois grandes equipamentos relacionados ao transporte coletivo: o terminal rodoviário de Santa Rita e a Estação Central. O entorno deste território é relativamente bem atendido pelo transporte público com uma grande concentração de paradas de ônibus na Av. Dantas Barreto na Av. Nossa Senhora do Carmo (Figura 94). Não existe nenhuma linha que corte o interior da região aqui estudada, com exceção de um trecho que passa pela Rua Tobias Barreto. Os ônibus que se utilizam dessa rua para realizar manobras de retorno criam neste espaço, que é um dos logradouros mais movimentados do território estudado, uma situação de conflito e de insegurança para os transeuntes.

**Figura 93 - Rede de transporte público em São José (2022)**



Fonte: Menezes, 2022. Elaboração Antonio Neto, 2022.

A importância do transporte público para este espaço se faz notória quando observada a leitura de sintaxe espacial da região central do Recife (Figura 95). Nota-se que a maior parte do recorte de estudos encontra-se em uma área menos integrada (em azul).

“A medida de integração é chave na análise sintática. O conceito de integração está relacionado à noção de profundidade. Na representação axial do sistema urbano, que

mapeia a acessibilidade e conexões de todas as linhas axiais, ou espaços, cada linha está ligada a todas as demais tanto diretamente quanto por meio de um certo número de linhas intervenientes, ou "passos" que intermediam a passagem de um espaço a outro. A profundidade entre duas linhas é dada pelo número de passos que intervêm na passagem da primeira para a segunda. [...] Uma linha "rasa" tem por efeito "puxar" para si todas as demais, integrando o conjunto - **assim sendo, quanto menor a profundidade de uma linha axial, mais integrada é esta linha, possuindo acessibilidade mais direta a partir de qualquer ponto do conjunto.** Por sua vez, uma linha profunda afasta de si todas as demais, resultando em um espaço mais segregado do conjunto, ou seja, de acessibilidade menos direta (LOUREIRO et. all, 1995, p.20, grifo nosso).

**Figura 94 - Mapa axial de integração global do Centro Expandido do Recife (2022)**



Fonte: NÓBREGA, 2002.

A leitura do mapa axial permite observar um núcleo mais Integrado que vai da porção sul do bairro do Recife, passando pela região norte do bairro de Santo Antônio, conectando-se ao bairro da Boa Vista. Importa notar que os autores deste estudo revelam que atividades que demandam um maior movimento de pessoas nas vias, como o comércio de rua, tenderiam a se instalar em ruas mais integradas. Neste

sentido, o vuco-vuco de São José, ao se manter, majoritariamente em um trecho menos conectado com o Centro Expandido do Recife revela a existência de outros fatores que estariam relacionados à presença dos comerciantes de rua neste espaço, indo além das questões que tangem a integração de sua malha urbana (Nóbrega, 2002). Como esses fatores pode se destacar a presença histórica de feiras neste espaço, a assimilação por parte da população sobre a comercialização de artigos artesanais ligados à cultura popular, que muitas vezes só são encontrados em São José, e a própria presença de comerciantes de rua, que além de oferecerem produtos a menores preços, passaram a se tornar especializados em determinados tipos de comércio e serviço, tornando-se âncoras para as redes de fluxo de pessoas.

#### **3.4.4 As formas e distribuição do comércio de rua**

Como visto anteriormente, as medidas de remoção de comerciantes de rua do CHR não foram efetivas para a sua extinção nos logradouros públicos. Diversas são as formas de apropriação do espaço desenvolvidas por esses comerciantes. Nóbrega (2002) identifica, na cidade do Recife, que o comércio de rua é desenvolvido pelos seguintes tipos: feirantes, comerciantes fixos, comerciantes móveis, comerciantes estacionados, comerciantes de artigos de época e os comerciantes em veículos automotivos.

Os **feirantes** se caracterizariam por comercializar produtos artesanais ou hortifrutigranjeiros em estabelecimentos fixos, denominados de bancas ou barracas. Estas feiras, no geral, não possuem um caráter permanente. Esse tipo de comercialização existiu em São José até 2019, no entorno do mercado homônimo, e tinha duração semanal (de segunda a sexta). Contudo, também era verificada atividade aos sábados e domingos, onde eram comercializados, por alguns feirantes, os produtos que não haviam sido vendidos durante a semana, a menor preço.

Os **comerciantes fixos**, são aqueles que possuem um espaço estabelecido no logradouro público. Identificou-se em São José os quiosques (figura 96), equipamentos cuja concessão do direito de uso é dada pela Prefeitura, e os fiteiros (Figura 97), que se instalam nas paredes das edificações, seja por meio da fixação em suas paredes ou pelo embutimento dessas estruturas. Mesmo embutidos, este estudo considerou os fiteiros como sendo comércio de rua, tendo em vista que o reduzido espaço destes equipamentos obriga que o vendedor, muitas vezes, ocupe também a calçada. Estes últimos conformam, inclusive, um mercado imobiliário de

aluguel informal dessas tipologias, que chegam a custar R\$1333,00 por metro quadrado, como revelado por Cruz (2021). Existem também os comerciantes de rua fixos em conjuntos de quiosques e nos equipamentos conhecidos como *camelódromos* e *shoppings* populares.

**Figura 95 - Quiosque em São José (2021)**



Fotografia: Antonio Neto, 2021

**Figura 96 - Fiteiro em São José (2021)**



Fotografia: Antonio Neto, 2021

Os **comerciantes móveis** (figura 98) são aqueles que transitam pelo espaço empurrando carroças ou ostentando cestas, bolsas, caixas de isopor, entre outros, a tiracolo, comercializando produtos enquanto percorrem as ruas da cidade.

Já os **comerciantes estacionados** (figura 99) se assemelham aos comerciantes móveis, em suas formas de comercialização, contudo estacionam-se no espaço e vendem seus produtos durante um determinado período do dia recolhendo o material no final do expediente.

**Figura 97 - Comerciante móvel em São José (2022)**



Fotografia: Antonio Neto, 2022

**Figura 98 - Comerciante estacionado em São José (2021)**



Fotografia: Antonio Neto, 2022

Existem, também, os **comerciantes de artigos de época** que se utilizam de barracas que comercializam produtos como fogos de artifício em determinados períodos do ano, sobretudo ligadas a festas populares como São João, festas de final de ano e a Copa do Mundo de futebol, por exemplo. Esse comércio é particularmente regulamentado pela Prefeitura e sua presença não é observada em São José, já que estes são direcionados para áreas com menor densidade construtiva. (NÓBREGA, 2008).

E, por fim, os **comerciantes estabelecidos em veículos** que vendem os seus produtos, estabelecendo-se em vagas de estacionamento durante o horário comercial.

As pesquisas de campo permitiram revelar a prevalência, em São José, dos comerciantes móveis, estacionados e fixos em fiteiros. Em menor quantidade, foram observados os estabelecidos em veículos. Não houveram alterações quanto aos tipos identificados por Nóbrega (2002), nem foram observados outros tipos.

Esses comerciantes, transacionam os mais diversos tipos de produtos. Destacam-se brinquedos, frutas, alimentos para consumo imediato (figura 100), eletrônicos, acessórios para celular, artigos em MDF, brinquedos (figura 101), itens de aviamento, vestuário e acessórios de moda, itens de cama mesa e banho, entre outros. A peculiar forma de organização das mercadorias, que permitem que o consumidor não precise adentrar uma loja para vislumbra-las, e os gritos, descendente direto dos antigos pregões, ainda são a principal ferramenta de *marketing* desses trabalhadores.

**Figura 99 – Vendedor de Água de coco em São José (2022)**



Fotografia: Antonio Neto, 2022

**Figura 100 – Vendedor de brinquedos em São José (2021)**



Fotografia: Antonio Neto, 2022

Verifica-se, neste contexto, variados e acelerados processos de transformação do tipo de mercadoria transacionada pelos comerciantes de rua. Foi identificado que essas mudanças podem ocorrer (i) por alterações nas tendências de consumo relacionadas a avanços tecnológicos ou modismos da época, por exemplo, (ii) datas comemorativas durante o ano e (iii) instabilidade financeira enfrentada por estes comerciantes.

A primeira forma de transformação pode ser ilustrada a partir da seguinte constatação: de meados dos anos 2000 até meados dos anos 2010, foi comum observar nas ruas de São José a venda de CDs e DVDs pirateados. Com os avanços relacionados às formas de consumo de músicas e filmes, passaram a ser comercializados, nos anos seguintes, *pendrives* que continham coletâneas de músicas ou filmes, igualmente pirateados. Na atualidade, a expansão dos serviços de *streaming*, tanto de filmes quanto de músicas, levou a redução neste tipo de comércio que quase não se encontra mais pelas ruas de São José. O mesmo acontece com brinquedos e acessórios de moda quando estes tornam-se tendência entre os consumidores. As figuras 102 e 103 ilustram essa situação.

**Figura 101 – Barraca de venda de DVDs e guarda-chuvas (2012)**



Fonte: Reprodução do Google Street Views

**Figura 102 – Barraca de venda de Artigos em MDF e guarda-chuvas (2020)**



Fonte: Reprodução do Google Street Views

Nota-se, na segunda imagem, que o expositor utilizado para a venda de DVDs foi reaproveitado para a venda de brinquedos.

Quanto à segunda forma de transformação, têm-se as que acontecem pelas ruas de São José de maneira sazonal, durante o ano. Nos festejos do final do ano, muitos tabuleiros se enchem de itens de decoração natalina. No São João, nota-se a venda de itens do figurino de *matuto* ou fogos de artifício. No carnaval, prosperam a

venda de *glitters*, fantasias, confetes e adereços carnavalescos. No inverno, ocorre o aumento do comércio de guarda-chuva. Nos meses de férias, no verão, é incrementada a venda de artigos de “moda praia”.

Muitos comerciantes também mudam o tipo de produto vendido de acordo com sua condição financeira no momento, caracterizando a última forma de transformação. Ou seja, quando não há capital para a reposição do estoque adapta-se o tipo de produto vendido por um mais barato. O mesmo acontece quando a margem de lucro oferece a possibilidade de diversificar os itens comercializados. Este tipo de transformação pode acontecer, inclusive, em um mesmo dia e é muito mais comum de ser observada entre os comerciantes de rua móveis.

Os processos de transformação no tipo de mercadoria comercializada impedem que muitos desses comerciantes sejam realocados para *boxes* fixos que seguem a lógica de setorização dos *shopping centers*. Afinal, um comerciante de água do começo da semana pode tornar-se um vendedor de acessórios para celular nos últimos dias dessa mesma semana.

Uma peculiaridade sobre o comércio de rua em São José, diz respeito a prestação de serviços. Neste espaço são oferecidos os serviços de chaveiros, costureiras, engraxates, amoladores de facas e alicates, relojoeiros (figura 104), barbeiros (figura 105) e outros. No Beco do Veado, por exemplo, é comum encontrar os amoladores de alicate e facas. Também nesse beco, encontram-se barbeiros que prestam esses serviços no próprio logradouro público.

**Figura 103 – Relojoeiro em São José (2022)**



Fotografia: Antonio Neto, 2022

**Figura 104 – Barbeiro em São José (2022)**

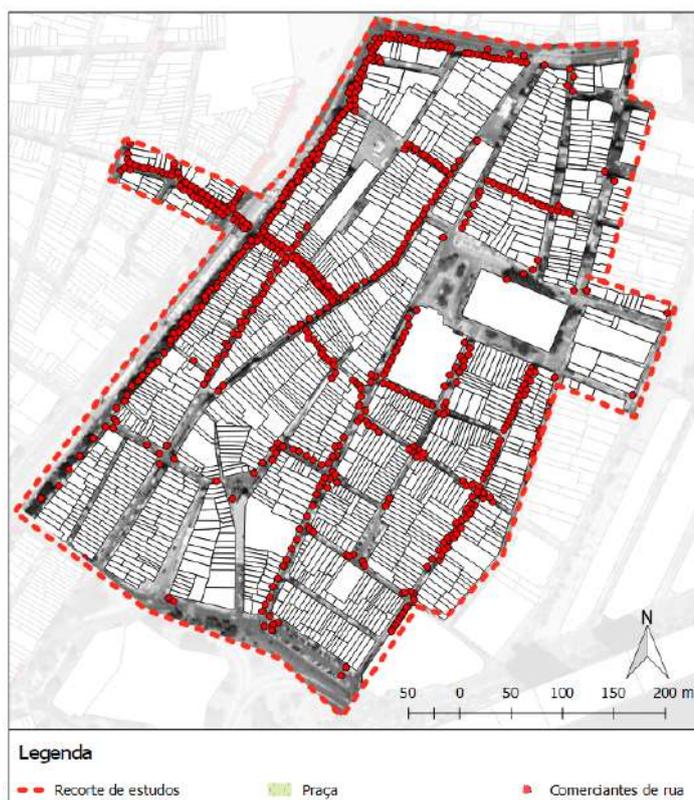


Fotografia: Antonio Neto, 2022

Este Trabalho de Conclusão de Curso considerou, em São José, como comerciantes de rua os estabelecidos em logradouros ou equipamentos públicos. Não foram considerados conjuntos de equipamentos fixos, *shoppings* populares ou camelódromos nos levantamentos. A figura 106 revela o mapeamento feito sobre a distribuição destes comerciantes em São José. Importa notar, que não estão pontuados os comerciantes móveis observados nas ruas nos dias das visitas.

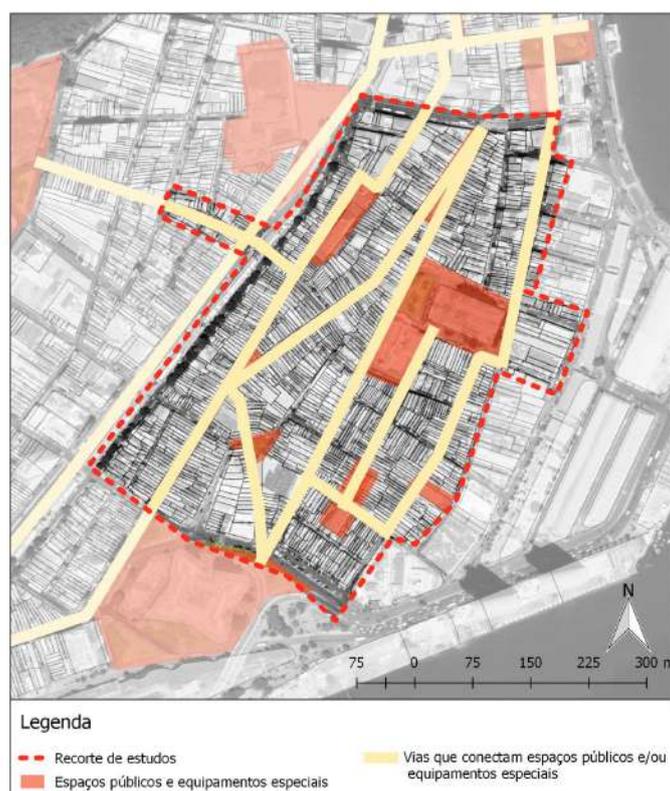
A análise permite observar uma relação entre os logradouros que estes atores ocupam com o estudo de conexão entre espaços públicos elaborados pela DPPC (2020) (Figura 107), evidenciando que a presença destes atores, decerto, se relaciona com o fluxo de pessoas já existente.

**Figura 105 - Distribuição do comércio de Rua em São José (2022)**



Elaboração: Antonio Neto, 2022.

**Figura 106 - Rede de espaços públicos e vias que os conectam em São José (2020)**



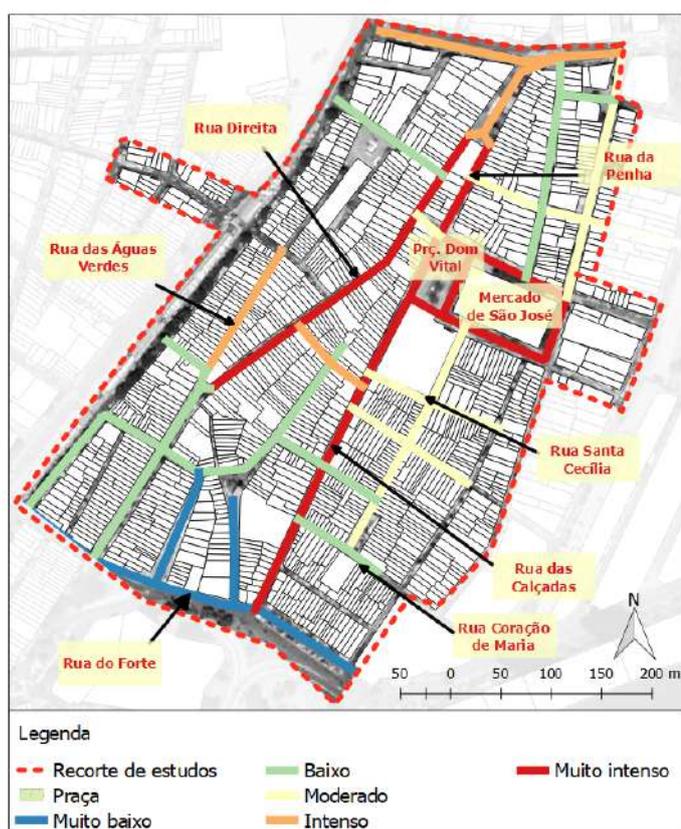
Fonte: DPPC, 2021. Elaboração: Antonio Neto, 2022.

Muitos desses comerciantes aproveitam-se da compra por impulso por parte dos adquirentes. Ou seja, enquanto transitam pelas ruas de comércio de São José os compradores são tentados a adquirir produtos dos comerciantes de rua. Contudo, a distribuição do comércio de rua em becos e ruas muito estreitas, que não fazem parte da trama exposta na figura 107, revela que sua distribuição espacial apresenta uma dinâmica distinta. Ou seja, mesmo que, inicialmente, os comerciantes de rua

ocupassem espaços onde já existia fluxo de pessoas, as relações estabelecidas em São José, sobretudo a busca de produtos por determinados segmentos sociais, fazem com que estes atores estejam criando novas redes de fluxo de pessoas, principalmente nos pontos onde fixam-se e passam a comercializar tipos específicos de produtos.

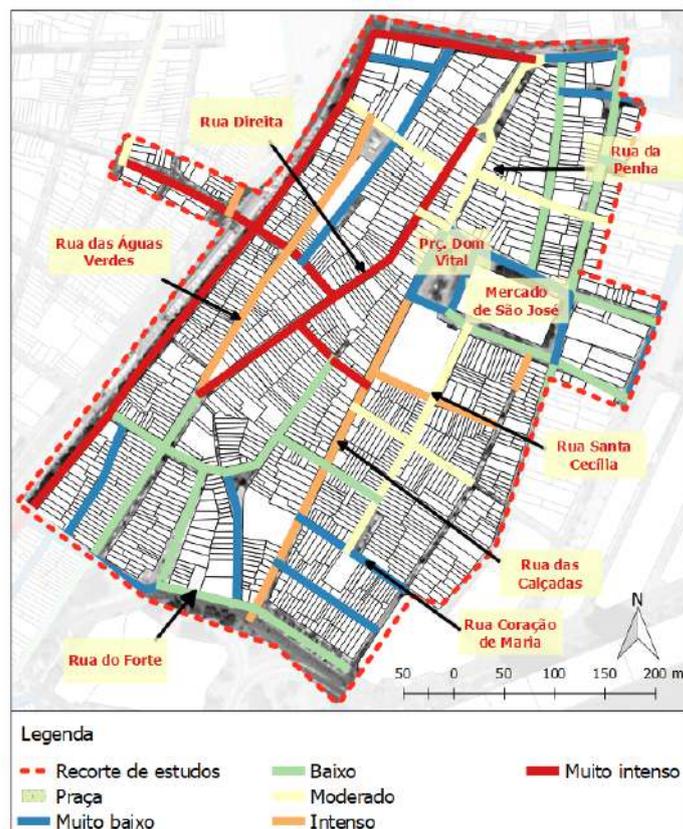
Pesquisas desenvolvidas pelo Gemfi, relacionaram a presença do comércio de rua com o fluxo de pessoas em São José. Isso foi confirmado, neste estudo, a partir das análises das figuras 108 e 109. Para construção dos mapas foi contabilizada a presença de pessoas nas ruas de São José em horário comercial. Os dados foram sistematizados por meio de anotações e registros fotográficos e serviram para composição dos mapas.

**Figura 107 - Fluxo de pessoas (2018)**



Fonte: Silva, 2018. Elaboração: Antonio Neto, 2022

**Figura 108 - Fluxo de pessoas (2020)**



Fonte: Felix Neto, 2021. Elaboração: Antonio Neto, 2022

A primeira análise será fundamentada nos estudos desenvolvidos por Silva (2018) em confronto com os levantamentos realizados por Felix Neto, em 2021. O recorte definido por Silva (figura 107) considera uma área menor do que a estudada neste trabalho. Entretanto, a autora realiza um levantamento sobre as principais ruas

de comércio popular dos bairros de São José e Santo Antônio, o que permite uma análise comparativa relevante para este estudo.

Dentre as ruas analisadas e passíveis de comparação, foi observada a redução no fluxo de pessoas em diversas localidades deste recorte. A rua das Calçadas, que apresentou um fluxo de pessoas *muito intenso* na pesquisa de 2018, passou a apresentar uma circulação de pessoas considerada *intensa*, em 2020. Este fato relaciona-se, possivelmente, ao contexto de pandemia de Covid-19 que impediu a realização de eventos como festas de aniversário, que, como já apresentado, é a principal especialidade do comércio neste logradouro.

Neste sentido, um comparativo que chamou a atenção diz respeito a mudança na dinâmica espacial do fluxo de pessoas nas Ruas da Penha (fluxo *muito intenso*, em 2018, e *fluxo moderado*, em 2020) e nas ruas que se localizam no entorno da praça Dom Vital e do Mercado de São José (Fluxo *muito intenso*, em 2018, e fluxo *muito baixo* em 2020) (Figuras 112 e 113). Dentre as ruas citadas não houve, no período analisado, nenhum tipo de intervenção de melhoria, requalificação ou mudança nos materiais e nas dimensões do passeio público ou nas vias de circulação de veículos. A única ação relacionada à transformação neste espaço foi a remoção do comércio de rua no ano de 2019.

**Figura 109 - Rua da Praia (2019)**



Fonte: Reprodução do Google Street Views

**Figura 110 - Rua da praia (2021)**



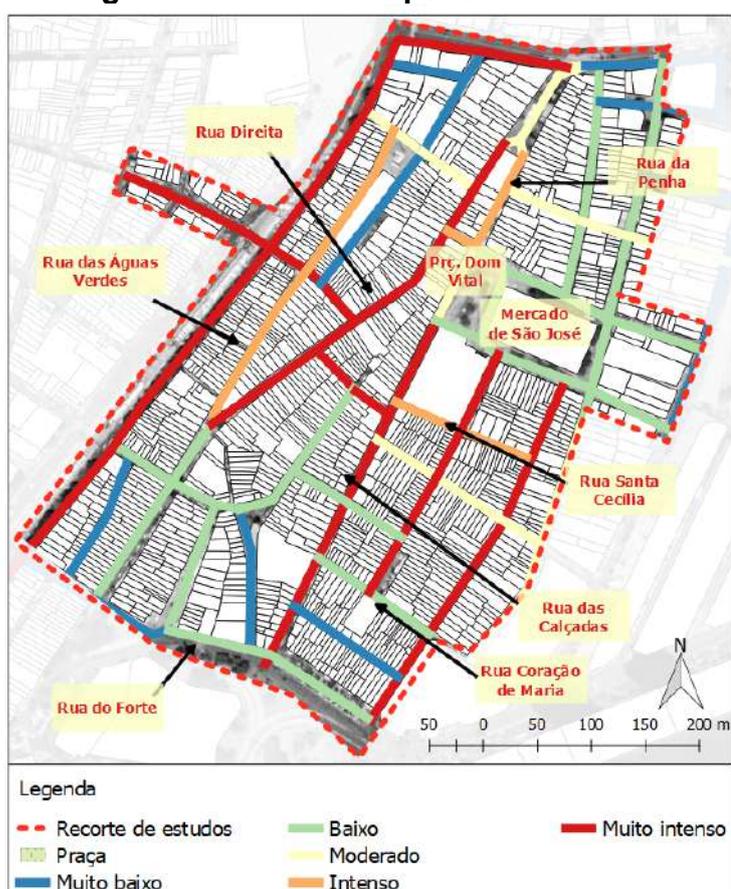
Fonte: Reprodução do Google Street Views

Em contraponto, houve a percepção de aumento no fluxo de pessoas nas ruas do Forte e Coração de Maria (fluxo de pessoas *muito baixo*, em 2018, para fluxo considerado *baixo*, em 2020) e na rua de Santa Cecília que passou a apresentar um fluxo *Intenso* em comparação com o ano de 2018, onde foi apresentado um fluxo *moderado*. Este fato se relaciona a “teimosia” apontada por Araújo (2014): **o comércio de rua tende a se redistribuir em São José durante ações de controle urbano**

promovidas pelo poder público, levando consigo a concentração de pessoas. Importa notar, que estudos desenvolvidos por Felix Neto (2021), autor deste texto, no âmbito do Gemfi, evidenciaram que a relação entre o comércio de rua com os fluxos de pessoas no submercado imobiliário de São José era responsável pela valorização do estoque edificado deste sítio.

Todas as ruas observadas como possuindo um fluxo *muito intenso* de pessoas em 2020, apresentaram grande concentração de comerciantes informais. Além disso, houve a manutenção no fluxo de pedestres em diversas ruas de comércio tradicional desta área (como as ruas Direita e das Águas Verdes), revelando que, mesmo em um momento de restrições sanitárias rigorosas, ligadas à pandemia de Covid-19, a presença de pessoas em busca do comércio popular foi fundamental para promover a vitalidade dessa parte do CHR.

**Figura 111 - Fluxo de pessoas em 2022**



Elaboração: Antonio Neto, 2022

Quanto ao levantamento do o fluxo de pessoas no ano de 2022, pode-se perceber que não houve redução em nenhuma das ruas analisadas (Figura 112). Essa constatação revela que a procura dos compradores pelos produtos ofertados em São José, após o período de flexibilização das medidas de controle sanitário relacionadas

à pandemia de Covid-19, não diminuiu. Ao contrário, a crise econômica provocada pelo cenário de pandemia culminou em um aumento no quantitativo de comerciantes de rua nesses espaços, que, inclusive, voltaram a se fazer presente em logradouros como a rua da Penha, de onde haviam sido removidos em 2019 (figura 113 e 114). O aumento no quantitativo de pessoas à procura dos artigos comercializados em São José, também pode estar relacionado à crise econômica vivenciada na atualidade relacionada às repercussões da pandemia.

**Figura 112 - Rua da Penha (2019)**



Fonte: Reprodução do Google Street Views

**Figura 113 - Rua da Penha (2022)**



Fotografia: Antonio Neto, 2022

Na Rua de São José do Ribamar, em que, nos anos anteriores, haviam sido observados fluxos moderados de pessoas passou a possuir um fluxo intenso. Foi observado também, um aumento de fluxo no entorno do mercado de São José, onde o movimento de pessoas passou de muito baixo, em 2020, para baixo em 2022, contudo não se aproxima, ainda, do fluxo muito intenso, observado em 2018 por Silva. Tal redução deve-se, como comentado, às ações de remoção do comércio de rua no entorno no Mercado de São José.

Importa notar, que a avaliação feita pela DPPC sobre a ação de remoção dos comerciantes de rua, em 2019, apontou para o surgimento de novos pontos de ocupação em outras ruas de São José, movimento intimamente relacionado à "teimosia" destes atores, como já colocado por Araújo (2014). Esta relação se observa também com a análise da tabela 3, onde o número de comerciantes de rua nas ruas tende apresentar aumento após momentos de diminuição.

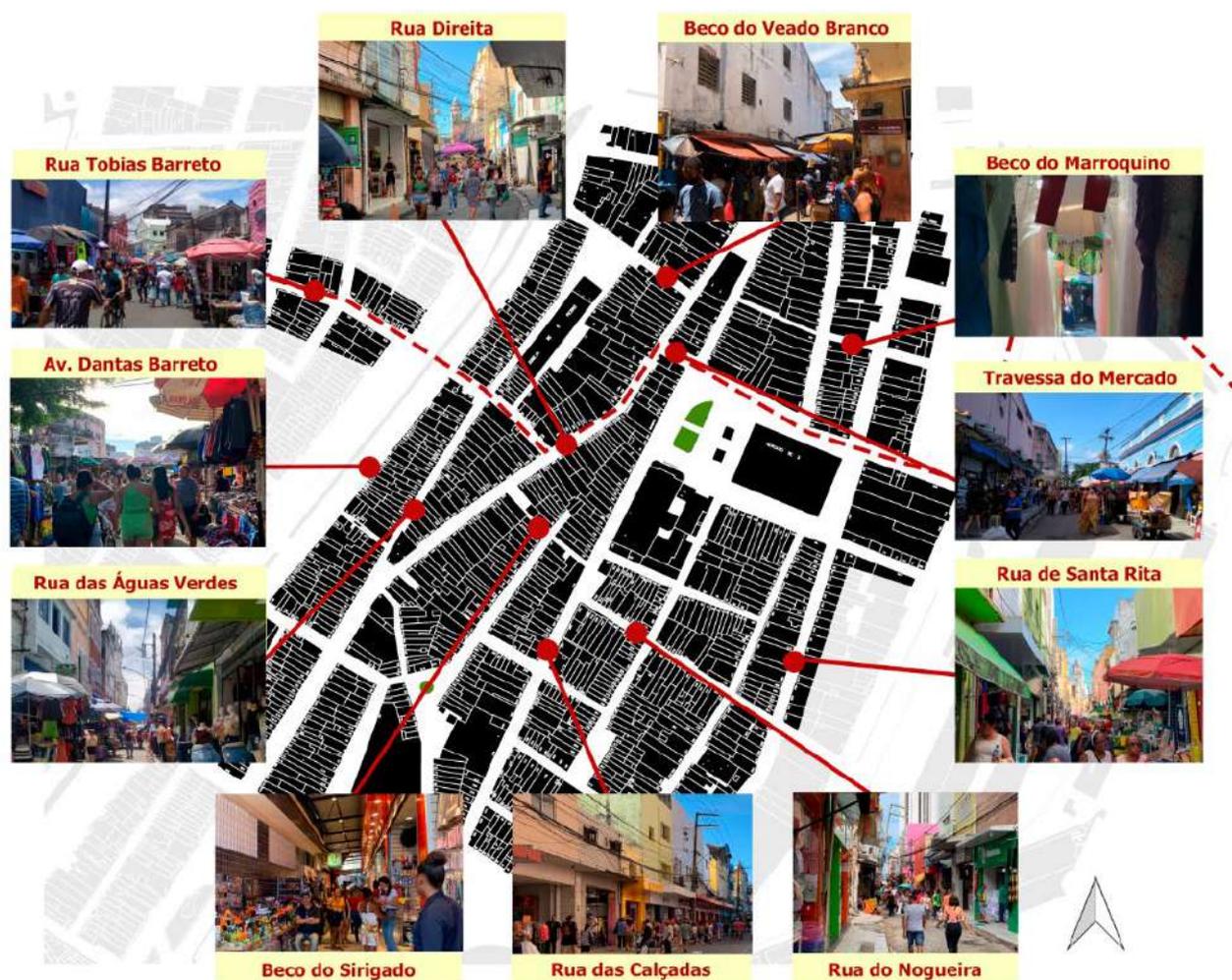
**Tabela 3 - Distribuição do comércio de rua por bairro (2003 – 2019)**

Anos	Localidade			
	Bairro do Recife	Santo Antônio	São José	Boa Vista
2003	84	953	727	777
2006	82	1002	1081	836
2008	82	1060	963	-
2013	50	884	1346	-
2019	118	1206	949	-

Fonte: Fontes: ARAÚJO, M. S. P.; COSTA, A. M e Laboratório das Paisagens Culturais / Dados: Gerência de Comércio Informal do Recife. Elaboração: Antonio Neto, 2022.

Em 2019, os bairros de Santo Antônio e São José concentravam 2155 comerciantes nas ruas, excluindo-se os *shoppings* populares e mercados (Tabela 3). Os dados fornecidos pela Gerencia do comércio popular do Recife contabilizavam 1968 comerciantes nas ruas desses bairros, em 2021. Ou seja, mesmo com as grandes ações de realocação efetuadas em 2019 houve a diminuição de apenas 187 comerciantes nas ruas dos mencionados bairros. Importa notar, que esses dados ainda estão passando por atualizações que, muito provavelmente, revelará um quantitativo maior destes comerciantes nos bairros de São José e Santo Antônio. A pesquisa, dentro dos critérios acima elencados, contabilizou aproximadamente 713 comerciantes de rua na área estudada.

O quadro 3 e a figura 115 sintetizam as formas de distribuição e tipos de produtos ofertados nos logradouros com presença mais significativa de comerciantes de rua na região do *vuco-vuco* de São José. Observa-se, a diversidade desses produtos bem como de suas formas de comercialização. Além disso, nota-se como esse tipo de comércio tende a se instalar em vias estreitíssimas com pouca integração com outras áreas do Centro Expandido, ao se analisar a leitura de sintaxe espacial (figura 95). Algumas dessas ruas nem mesmo fazem parte da trama urbana principal do objeto de estudos, constatação feita por meio da apreensão sobre sua distribuição em ruas que conectam espaços públicos (figura 107). Ademais, como notado, a presença de muitos desses comerciantes têm implicações diretas na qualidade do passeio público, que variou entre regular e precário em todas as ruas analisadas.

Figura 114 – O *vuco-vuco* em São José (2022)

Elaboração: Antonio Neto, 2022.

**Quadro 3: Síntese do comércio de Rua no Vuco-Vuco (2022)**

Atributos	Logradouros										
	Av. Dantas Barreto	Beco do Marroquino	Beco do Sirigado	Beco do Veado	Rua das Águas Verdes	Rua das Calçadas	Rua de Santa Rita	Rua Direita	Rua do Nogueira	Rua Tobias Barreto	Travessa do Mercado
<b>Quantidade de comerciante de rua</b>	126	17	19	13	31	49	59	39	21	115	20
<b>Comprimento da via inserido no recorte (m)</b>	578	93	88	105	250	340	256	360	175	250	30
<b>Predominância dos produtos ofertados</b>	Vestuário	Roupas de cama mesa e banho	Eletrônicos, brinquedos e peças íntimas	Serviços (amolação de facas e alicate e barbeiros)	Vestuário	Vestuário, brinquedos e artigos em MDF	Brinquedos e artigos de variedade	Acessório de moda e para celular	Acessório de moda e frutas	Vestuário, acessório de celular e frutas	Relógios e acessórios de moda
<b>Formas de comercialização de rua</b>	Carroças e tabuleiros móveis	Fiteiro e barracas	Fiteiro e tabuleiros fixos	Fiteiros fixos	Tabuleiros e carroças fixas	Carroças	Carroça e tabuleiro móveis	Carroças e tabuleiros móveis	Carroças e fiteiros	Carroças e tabuleiros móveis	Fiteiros e Carroças
<b>Fluxo de pessoas (2022)</b>	Muito intenso	Moderado	Muito intenso	Moderado	Intenso	Muito intenso	Muito intenso	Muito intenso	Moderado	Muito intenso	Intenso
<b>Largura da via</b>	Média	Estreitíssima	Estreitíssima	Estreitíssima	Estreitíssima	Estreita	Estreitíssima	Estreita	Estreitíssima	Estreita	Larga
<b>Via que conecta espaços ou equip. públicos</b>	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
<b>Qualidade do passeio público</b>	Regular	Regular	Precário	Precário	Precário	Regular	Regular	Regular	Precário	Precário	Precário
<b>Integração com o centro expandido*</b>	Média	Baixa	Baixa	Média	Baixa	Média	Média	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa

\*Para o nível de integração adaptou-se a legenda da figura 97. Linha vermelhas – Muito Altas • Linhas amarelas – altas • Linhas Verdes – Média • Linhas Azul claro –

Baixa • Linhas azul escuro –Muito Baixo as linhas vermelhas. Elaboração: Antonio Neto, 2022

Desta forma, é necessário compreender as implicações negativas no que diz respeito à presença de comerciantes de rua em São José. As suas dinâmicas são responsáveis por uma intensa produção de resíduos, o que é típico do uso comercial. Contudo, muitos dos comerciantes –tanto de lojas quanto de rua – não recolhem os detritos produzidos, no final do expediente, deixando-os amontoados nos logradouros públicos (Figura 116 e 117). Alguns comerciantes de rua, como observado durante as pesquisas de campo, não recolhem o lixo propositalmente, para que esse material seja recolhido por catadores de recicláveis. A partir das 18h30, como também constatado na pesquisa em campo, esses coletores de materiais recicláveis circulam pelas ruas de São José recolhendo parte desses detritos.

**Figura 115 - Lixo na Rua das Calçadas**      **Figura 116 - Lixo na Rua do Nogueira**



Fotografia: Antonio Neto, 2022



Fotografia: Antonio Neto, 2022

Como visto anteriormente, a qualidade do espaço público de São José é precária, essa situação piora quando existe a presença do comércio de rua. A distribuição desses trabalhadores provoca a obstrução de vias públicas tanto para veículos quanto para transeuntes. Nas ruas em que os comerciantes de rua se concentram de forma mais acentuada, a exemplo da Rua Tobias Barreto e da rua de Santa Rita (Figura 118), o fluxo de pedestres é dificultado. O mesmo ocorre nos becos. em muitos deles, o trânsito de pessoas é feito em fila indiana, já que não é possível ficar lado a lado com outro transeunte no estreito espaço desses logradouros (Figura 119). Os equipamentos utilizados no comércio de rua também são, muitas vezes, responsáveis por uma obstrução na leitura do conjunto histórico edificado de São

José, assim como por sua transformação, como é o caso dos fiteiros quando fixados nas paredes dos edifícios.

**Figura 117 - Caminhabilidade na rua de Santa Rita (2022)**



Fotografia: Antonio Neto, 2022

**Figura 118 - Caminhabilidade no beco no Sirigado (2022)**



Fotografia: Antonio Neto, 2022

A falta de acessibilidade, desordem nas formas de ocupação e a ausência de zelo pelo espaço público revelam que o comércio de rua necessita de um contínuo processo de regulação e acompanhamento sistemático quanto a suas formas de distribuição e ocupação do espaço. Tal processo precisa ser proposto a partir da construção de um entendimento minucioso sobre as especificidades das dinâmicas do comércio de rua, como os tipos de produtos negociados e suas formas de comercialização. Destaca-se que algumas dessas formas podem, e precisam, para a subsistência dos vendedores, permanecer no próprio logradouro público. É imprescindível, também, a proposição de ações de educação patrimonial e ambiental destinada aos comerciantes de rua, a fim de que possam compreender que a sua relação com o logradouro público pode acontecer de maneira simbiótica.

Em contraposição, observa-se formas de ocupação do comércio de rua em São José que podem ser consideradas como oportunidades. Notou-se, quanto à distribuição destes comerciantes de rua, que quando os seus equipamentos estão localizados em “fachadas cegas” de edifícios, estes são responsáveis por transformar espaços que poderiam vir a se tornar hostis, devido à falta de aberturas e acessos por estas paredes, em fachadas ativas e dinamizadas (figura 119).

**Figura 119 – Comerciantes de rua estabelecidos na “fachada cega” da Basílica da Penha (2021)**



Fotografia: Antonio Neto, 2021

A mesma situação sobre ativação das fachadas se repete quando analisado a espacialidade de cada um dos becos. Como colocado por Vasconcelos e Maciel (2016), esses espaços carregados de estigmas tendem a ser evitados pelos transeuntes nas cidades brasileiras. Em São José, muitos becos pulsam vitalidade, por conta do comércio de rua. Além disso, as formas de exposição dos produtos ofertados são responsáveis diretos pela formação de uma paisagem única nesses espaços (figura 120). Sobre a espacialidade do Beco do Marroquino, Cruz (2021) pontua:

“O arquétipo imagético do oriente se dá pela explosão de cores de suas rendas, tecidos, dentre outros materiais têxteis que são estendidos pelos comerciantes ao longo do percurso, aludindo a um portal entre duas ruas” (Cruz, 2021, p.3)

**Figura 120 - Beco do Marroquino (2021)**



Fotografia: Alisson Henning, 2020

Como revelado por Araújo (2014), os comerciantes de rua são responsáveis por oferecer informações aos transeuntes, além de transmitirem, por meio de sua presença, sensação de segurança. Ademais, em diversos momentos do dia, sobretudo nos horários de maior intensidade solar, a presença destes comerciantes cria sombreamento nas ruas, por conta da fixação de guarda-sóis e lonas em seus equipamentos de trabalho (Figura 122). Importa notar, que em todo o recorde de estudo só existe arborização no entorno do Mercado de São José, na Praça Dom Vital e na Praça da Restauração. Ou seja, em horários de pico de incidência solar as ruas de São José tornam-se espaços de difícil caminhabilidade devido às altas temperaturas e a radiação solar.

**Figura 121 - Rua das águas Verdes (2021)**



Fotografia: Antonio Neto, 2021

As restrições impostas pelo Estado quanto a fixação de equipamentos de comércio no logradouro público, faz com que algumas ruas de São José vivam verdadeiros processos de metamorfose durante os horários comerciais (figuras 123 e 124). Os comerciantes de rua estacionados e fixos, quando expõe os seus produtos, são responsáveis por transformar a paisagem enquanto ocupam o logradouro. Essa peculiar dinâmica permite que em alguns momentos do dia (fora do horário comercial) e da semana (aos sábados e domingos) a caminhabilidade não seja prejudicada pela formação do *vuco-vuco*. Além disto, nos referidos períodos, a leitura do conjunto edificado de São José pode ser feita sem a interferência do comércio de rua. Essa situação aponta para uma potencialidade, que também é uma necessidade, de São José, e que diz respeito a utilização deste espaço para outras finalidades, sobretudo,

no que se refere a promoção de usos que se mantenham mesmo após o fim do horário comercial.

**Figura 122 – Beco do Veado (2016)**



Fonte: Reprodução do Google Street Views

**Figura 123 – Beco do Veado (2017)**



Fonte: Reprodução do Google Street Views

Ainda sobre a distribuição desses comerciantes nos logradouros públicos, se faz importante pontuar o caso da rua Tobias Barreto. Este espaço, conecta as áreas de comércio de São José à Estação Central do Recife e, por isso, historicamente, possui um fluxo elevado de pessoas e veículos (Figuras 125 e 126). Na atualidade, este espaço é um dos principais corredores de comércio de rua e apresentou um fluxo de pessoas muito intenso em todos os anos analisados. A espacialidade resultante do *vuco-vuco* neste logradouro está associada a intensos conflitos entre transeuntes, comerciantes de rua, comerciantes estabelecidos em lojas e veículos públicos e particulares, como já apontado. Contudo, este espaço revela uma potencialidade sobre as formas de apropriação das ruas em São José pelo comércio.

**Figura 124 - Rua Tobias Barreto (sem data)**



Fonte: Recife de Antigamente. Disponível em:

<https://www.facebook.com/recantigo/photos/rua-tobias-barreto-sem-datafoto-enviada-pelo-nosso-seguidor-fernando-alves-ferra/1671845282956015/>. Acesso em 29 de agosto de 2022.

**Figura 125 - Rua Tobias Barreto (1957)**

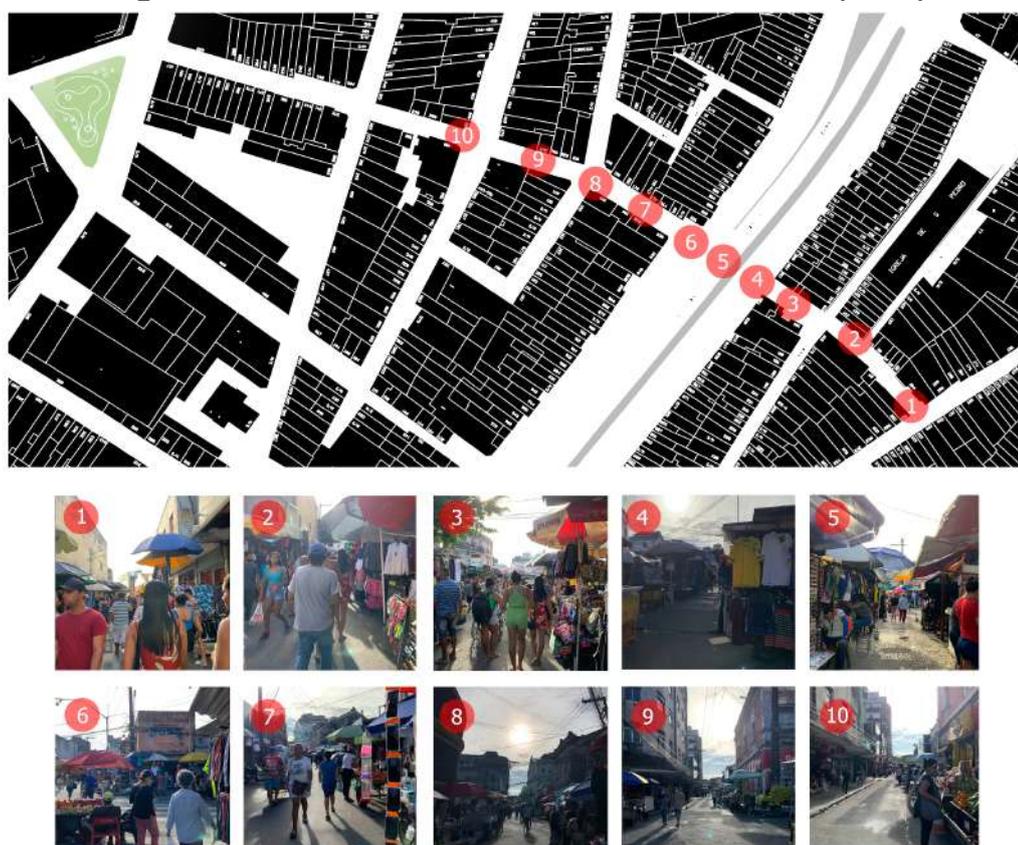


Fotografia: IBGE. Disponível em:

<https://www.facebook.com/recantigo/photos/a.1206410226166192/1856743094466232/?type=3>. Acesso em 29 de agosto de 2022.

A figura 127 revela uma visão serial do percurso nesta rua no trecho em que cruza a Avenida Dantas Barreto. O ato de atravessar a grande avenida de seis faixas de rolamento e largo canteiro central é facilitado pela espacialidade criada pelo comércio de rua (Pontos 4, 5 e 6).

**Figura 126 - Visão serial da Rua Tobias Barreto (2022)**



Elaboração: Antonio Neto, 2022

As demolições ocorridas na década de 70 não findaram a existência desse peculiar corredor de fluxo de pessoas. Hoje, a sua existência revela uma resistência simbólica das formas de apropriação do comércio de rua neste espaço. Resistido às ações de ordenamento, esses comerciantes de rua são responsáveis por oferecer ao pedestre uma experiência de caminhabilidade similar à que existia no bairro de São José antes da abertura da Avenida Dantas Barreto.

A avenida Dantas Barreto é, muitas vezes, referenciada como uma "ferida aberta" no tecido urbano de São José. A resistência nas formas de apropriação da rua Tobias Barreto pelos transeuntes e pelos comerciantes de rua são, então, a única "sutura" que está sendo capaz de manter a conexão entre os dois lados deste espaço flagelado.

Por fim, importa notar as formas de apropriação do espaço pelos comerciantes de rua que foram subtraídas do *vuco-vuco*. Em 2019, houve a realocação da feira que se encontrava no entorno do Mercado de São José (Figuras 127 e 129). A parte que comercializava produtos de hortifrútis foi realocada para o *shopping* popular de Santa Rita, enquanto as barracas que vendiam ervas e plantas foram direcionadas para os anexos do Mercado (sobrados de nº 35 e nº 236).

**Figura 127 - Entorno do Mercado de São José (2019)**



Fonte: Reprodução do Google Street Views

**Figura 128 - Entorno do Mercado de São José (2020)**



Fonte: Reprodução do Google Street Views

Para compreender a formação dessa feira, é necessário se remeter ao Recife do século XIX assolado pelas pestes e epidemias. Nesta situação, grande parte da população empobrecida da cidade buscava por meio de curandeiros o tratamento para suas enfermidades. Esses curandeiros eram, sobretudo, praticantes de religiões afro-indígenas-brasileiras que mais tarde receberam denominações como Xangô pernambucano, Candomblé, Umbanda e Jurema. Essas religiões, em Pernambuco, se caracterizam por suas práticas e modos de fazer que as diferenciam de outros cultos religiosos de mesma origem em todo o Brasil.

“Esses populares, conhecedores das ervas, drogas e segredos dos vegetais, preparavam mezinhas, tisanas, poções e garrafadas que diziam sanar as moléstias que atingiam a população. Com eles tratavam-se não apenas as camadas populares, como também as pessoas pertencentes às elites” (COUCEIRO, 2003, p.209).

No século XIX, como já visto, os anseios pela modernização das cidades desencadearam a adoção de posturas higienistas, por parte da municipalidade recifense, que “empurrava” toda forma de fazer que remetesse a cultura de povos escravizados para as periferias da cidade. Um desses espaços periféricos era o bairro de São José, a época, habitado por camadas populares. O Mercado de São José, e seu entorno, tornam-se, então, um espaço de comercialização de artigos relacionados às práticas religiosas e culturais de grupos de origem afro-indígena (Figura 130 e 131). O que fez deste espaço, segundo Guillen (2019) um dos mais importantes centros de resistência da cultura africana no Recife até a atualidade.

“O mercado de São José é um local de referência para a capoeira e para as religiões de matriz africana, já que no mercado e em seu entorno encontram-se lojas para a venda de objetos, ervas e animais para os rituais, tanto do Xangô (candomblé) ou da jurema e umbanda” (Guillen, 2019, p.3).

**Figura 129 - Venda de artigos religiosos no Mercado de São José (2022)**



Fotografia: Antonio Neto

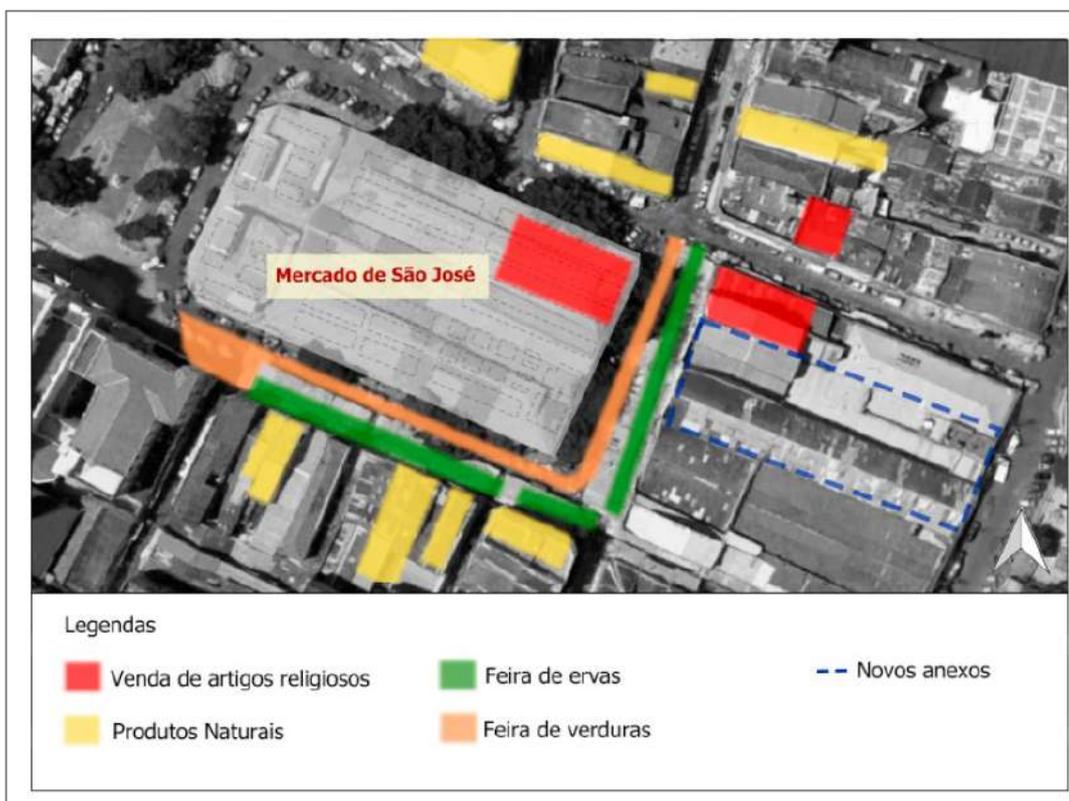
**Figura 130 - Venda de artigos religiosos no entorno do M. de S. José (2022)**



Fotografia: Antonio Neto

O mapa esquemático (figura 132) revela a relação espacial que a feira possuía com as funcionalidades desempenhadas pelo Mercado e com o casario no seu entorno, antes da remoção dos comerciantes de rua em 2019.

**Figura 131 - Relação Feira x Mercado de São José (2019)**



Elaboração: Antonio Neto, 2022

Em vermelho, estão assinaladas as lojas onde eram, e ainda são, comercializados artigos religiosos, tanto no entorno do Mercado quanto em sua parte interna. Nota-se, também, a venda de produtos naturais nesse espaço. As últimas lojas também comercializam ervas e produtos relacionados a práticas religiosas. A denominação desses espaços como casa de venda de produtos naturais deu-se, decerto, como uma forma de fuga das perseguições contra religiões de matriz africanas.

Em consequência dos ataques e do preconceito contra as religiões afro-brasileiras, muitos de seus seguidores preferem omitir suas crenças, caracterizando um claro cerceamento da liberdade de expressão. (SANTANA e MUNIZ FALCÃO, 2012, p .4)

O trecho da feira onde eram comercializadas ervas frescas e espécies vegetais vivas (em verde na figura 132) representava uma conexão entre as funções desempenhadas pelo Mercado e as do casario que se encontra em seu entorno. A existência da feira, dava-se, sobretudo, pela possibilidade oferecida pelo espaço ao ar livre da rua para a comercialização de mudas e vasos de plantas, além de ervas

frescas e secas, preparos naturais, artigos religiosos e outros. Importa notar, que em diversos cultos de origem africana as plantas são a materialização de uma divindade, o orixá Ossain ou Ossanha.

“Em seus boxes e no seu entorno concentra-se também o mais importante ponto de distribuição de produtos e objetos para as religiões afrodescendentes. Tanto em alguns boxes internos, quanto nos externos, encontram-se os mais diversos produtos para os orixás e para os encantados da Jurema, defumadores, velas, gamelas, incenso, estatuária diversa, bem como as mais variadas espécies de erva. O Mercado de São José é hoje o maior ponto de venda e distribuição desses produtos religiosos. **Também no mercado há um riquíssimo mercado de ervas, raízes e cascas medicinais, e lá se encontram famosos raizeiros, que além de comerciarem são verdadeiros “doutores”, detentores de um saber tradicional sobre práticas curativas, que prescrevem e receitam infusões, lambedores, e banhos de assento para doenças diversas**” (GUILLEN, 2009, p.4, grifo nosso).

Havia, também, no entorno do Mercado, uma feira de verduras (em laranja na figura 132). Importa relembrar, como visto no item 3.2.3, que a construção do Mercado de São José se deu para substituir a feira de verduras que existiu naquele espaço, pelo menos, desde o século XVIII (Figura 134).

**Figura 132 - Feira de verduras no entorno Mercado de São José (sem data)**



Fonte: Uber Blog. Disponível em: <https://www.uber.com/pt-BR/blog/recife/confira-e-proveite-algumas-das-mais-interessantes-coisas-para-fazer-em-recife/>. Acesso em 29 de agosto de 2022

Essa a feira de verduras e ervas fazia parte de um conjunto de reformas realizadas no Mercado de São José e no seu entorno nos anos 1990, promovidas pela municipalidade. A ideia era construir, nas proximidades, um outro mercado para abrigar os comerciantes de rua que se estabeleciam naquele território. Contudo, o projeto não foi executado integralmente. O Mercado passou por um processo de recuperação arquitetônica e, em 1992, foram instaladas 115 barracas em seu entorno (NÓBREGA, 2008) (Figura 134).

**Figura 133 - Barracas de ervas no entorno do Mercado de São José (sem data)**



Fotografia: Larissa Mehl. Disponível em: <https://www.minube.com.br/sitio-preferido/mercado-sao-jose-a2687615#>. Acesso em: 13 de setembro de 2022.

Importa registrar, que a ação de realocação se deu também por demanda dos próprios comerciantes de rua. Afinal, o espaço do *box* localizado em um *shopping* popular promove maior segurança a esses comerciantes, haja vista que as práticas de comercialização nas ruas do Recife são, historicamente, perseguidas e muitas vezes motivadoras de ações violentas de remoção por parte do Estado. Dessa forma, mesmo com uma concessão dada a título precário, assim como é dada para o estabelecimento de comércio em logradouros públicos, o *box* oferece, para essas pessoas, um espaço de proteção. Em aproximações feitas com os comerciantes da antiga feira de verduras, realocados para o cais de Santa Rita, durante as pesquisas de campo, constatou-se que a grande maioria se sentia contemplada pela realocação,

mesmo com queixas sobre a diminuição do fluxo de pessoas e do número de vendas. Esses relatos se deram, certamente, por conta da perda da chamada “compra por impulso”. Afinal, ao saírem das ruas, esses comerciantes precisam ser buscados para comercializarem seus produtos.

Além disso, nota-se melhorias espaciais nesta área. O casario no entorno do Mercado de São José era completamente obstruído pelos equipamentos concedidos pela Prefeitura durante a década de 1990. A ação de remoção foi responsável por uma animação por parte dos proprietários de imóveis circunvizinhos ao Mercado de São José, que passaram a requalificar a fachada de suas propriedades (Figuras 135 e 136).

**Figura 134 – Conservação dos imóveis (2019)**



Fonte: Reprodução do Google Street Views

**Figura 135 - Conservação dos imóveis (2020)**



Fonte: Reprodução do Google Street Views

No entanto, a remoção da feira para a criação de “um polo de atração cultural, artística e gastronômica”<sup>13</sup> desconsiderou a relação entre as funcionalidades historicamente desempenhadas por essas áreas. Tais formas de apropriação do espaço, eram detentoras não só de atributos históricos, mas também culturais. A realocação desses comerciantes para o anexo do mercado teve como consequência a quase extinção da venda de espécimes vegetais vivos. Na atualidade, tal venda é praticada por apenas uma comerciante, haja vista que a arquitetura dos anexos não permite iluminação e ventilação adequada para a manutenção dessas plantas.

<sup>13</sup> Mercado de São José será requalificado e transformado em polo de atração cultural. **Diário de Pernambuco**, Recife: [s.n.], 2018. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2018/07/mercado-de-sao-jose-sera-requalificado-e-transformado-em-polo-de-atrac.html>. Acesso em: 17 de setembro de 2022.

A espacialidade dos anexos distancia-se da que existia nas ruas. Os sobrados, adaptados para se tornarem um mercado, possuem uma espacialidade interna sem ventilação ou iluminação natural, semelhante a um galpão de armazenagem (figura 137). A ação foi responsável por uma transformação violenta em um dos principais lugares de memória para a cultura dos grupos negros no Recife.

**Figura 136 - Novos anexos do Mercado de São José (2022)**



Fotografia: Antonio Neto, 2022

Remover a feira do entorno do Mercado de São José consolidou uma ação de preservação do patrimônio arquitetônico edificado em detrimento das relações sociais e culturais desenvolvidas naquele espaço. Como visto, essas relações faziam-se presentes há muito mais tempo do que a própria materialidade arquitetônica do Mercado. Pontual (2021) afirma que:

“as vivências desses comerciantes não são consideradas nas políticas públicas de gestão do patrimônio. Ao contrário, esses comerciantes enfrentam, por vezes, a ação da Prefeitura, impedindo-os de permanecer no lugar. Essa limpeza social revestida de caráter higienista e de embelezamento constitui ações de gentrificação, ou seja, tornar o lugar auspicioso para usos e frequência de outros segmentos sociais” (PONTUAL, 2021, p.438).

Essa não é a primeira iniciativa que busca promover processos de “revitalização” na área histórica de São José. O projeto Porto Novo (2000), teve como fundamento a reativação de grande parte das frentes d'água do bairro do Recife e de uma parte do bairro de São José. Neste último, vem sendo implementado o Hotel

Marinas e um centro de convenções, ambos em construção no momento de redação deste texto.

Ainda na década de 70, outras áreas de São José foram alvo de ações de “culturalização”, por meio da promoção do uso de lazer e turismo. Nessa década, foram desapropriadas 18 casas no entorno do pátio de São Pedro, desalojando moradores e comerciantes tradicionalmente estabelecidos naquele espaço. O Pátio e seu entorno passaram por sucessivas ações de promoção dos usos acima citados a partir de então (CABRAL, 2019). Na atualidade, o espaço apresenta um bom estado de conservação de seu casario e é palco de diversas festividades e manifestações culturais incentivadas pelo poder público. Contudo, muitos imóveis desse conjunto encontram-se vazios, sendo notório o funcionamento de alguns equipamentos culturais e restaurantes. Sua espacialidade é completamente destoante de seu entorno, se assimilando a um enclave em meio ao *vuco-vuco* de São José.

A figura 138 mostra os empreendimentos de impacto que estão sendo, ou foram, desenvolvidos no entorno do recorte de estudos. Alguns são de uso habitacional, como projeto novo Recife e as “Torres Gêmeas”, outros de uso ligado ao lazer e turismo como Hotel Marinas, o Centro de Convenções e a reforma que está sendo proposta para o próprio Mercado de São José. Além destes, destaca-se o “shopping chinês” a ser estabelecido no bairro da Boa Vista, mas que, mesmo assim, possui relações diretas com as funcionalidades desenvolvidas em São José.

**Figura 137 - Obras de impacto no entorno do recorte de estudos (2022)**



Elaboração: Antonio Neto, 2022

No contexto de (re)descobrimto desta área histórica do Recife pelo setor de lazer e turismo, o comércio de rua, como visto, tende a ser ameaçado até mesmo de desaparecer. A falta de assimilação de sua importância na formação da identidade do bairro é o principal fator associado a essa ameaça. Desta forma, este trabalho terá como continuidade averiguar se o comércio de rua pode ser entendido como um atributo do patrimônio cultural de São José. Se for, caberá, então, uma nova forma de gestão e controle sobre essa dinâmica social que também leve em consideração os seus atributos culturais e históricos.

## 4.COMÉRCIO DE RUA: ATRIBUTO PATROMONIAL DE SÃO JOSÉ?

Neste capítulo será abordada a identificação do *vuco-vuco* de São José como um lugar de memória, destacando o comércio de rua como um atributo patrimonial desse espaço. Inicialmente, serão apresentadas reflexões sobre o conceito, identificação e gestão do patrimônio cultural, no âmbito mundial e nacional. Em seguida, o comércio de rua será tratado a partir do reconhecimento de sua significância cultural, por meio da atribuição de valores, identificados por Lacerda (2012), que serão validados com base nos estudos desenvolvidos por Dutra e Lira (2021).

### 4.1 O *vuco-vuco* como lugar de memória

Como visto no capítulo anterior, o *vuco-vuco* de São José é palco de significativas práticas formadoras da cultura recifense. Sua história faz com que esse fenômeno social seja carregado de significados. Ademais, suas formas de distribuição e ocupação do espaço são responsáveis pela constituição de um importante palco de manifestação da cultura popular. Os comerciantes de rua, por sua vez, são um dos principais atores formadores desta dinâmica espacial e são detentores e difusores de saberes, ofícios, formas de expressão, além de proporcionarem a formação da peculiar espacialidade do *vuco-vuco*. Isso posto, e comprovado, o que motivaria a busca pelo reconhecimento desta dinâmica como um atributo patrimonial do bairro de São José?

Peregrino e Batista (2017), ao tratarem sobre o reconhecimento da feira de Campina Grande como patrimônio imaterial brasileiro, chamam a atenção sobre a importância de processos de patrimonialização tendo em vista que tais ações são responsáveis por **promover visibilidade e legitimação** da relevância dos bens, quando este título é concedido pelos órgãos especializados. Como consequência, este bem passa a se inserir em uma rede de consumo cultural, responsável pela atração de **investimentos para sua manutenção e preservação**. Ademais, o reconhecimento dessas práticas como uma manifestação cultural estaria diretamente associado **ao empoderamento da comunidade formadora e usuária** deste espaço, que passariam a exercer seus direitos e deveres para com a manutenção do bem.

Lucena (2018) complementa que a ação de preservar se dá quando verificada a necessidade de manutenção da memória, tendo em vista a sua importância para a formação da identidade de grupos sociais. A ação de preservar estaria ligada, então, à **manutenção da memória coletiva e da história de um povo**.

Em continuidade, a supracitada autora, ainda expõe que a memória é a responsável pela atribuição de significados às coisas. Em se tratando do campo da arquitetura e urbanismo, este olhar se voltaria aos espaços. A atribuição de um conjunto de significados e, por consequência, de identidade aos espaços constitui o entendimento de **lugar**.

Segundo Pierre Nora (1993), os **lugares de memória** possuem uma natureza complexa. Esses espaços compreendem-se nos sentidos **materiais, simbólicos e funcionais simultaneamente**, divergindo quanto ao grau de manifestação das três dimensões citadas. São simples ou ambíguos, naturais ou artificiais, de compreensão clara ou que necessitam da mais abstrata elaboração.

Desta forma, **o *vuco-vuco* de São José pode ser considerado um lugar de memória**. O recorte espacial no qual se insere e a quantidade de atores envolvidos no funcionamento dessa dinâmica (transeuntes, comerciantes de rua e estabelecidos em lojas) revelam sua dimensão material. No tocante, sua natureza funcional estaria ligada às atividades de comércio popular desenvolvidas por seus atores. A princípio, estes dois sentidos parecem se sobressair às questões simbólicas dessa dinâmica. Contudo, os registros documentais e as relações históricas desenvolvidas nesse espaço, analisados no capítulo anterior, revelam que, muito mais do que uma manifestação de dimensão espacial, o *vuco-vuco* também é carregado de simbologias e significados.

Sendo capazes de promover a ativação da memória dos grupos sociais, **os lugares de memória são responsáveis pela formação de uma identidade urbana** (LUCENA, 2018). Daí, surge, também, a necessidade de preservá-los. Afinal, é por meio da preservação que permanecem atuais “sobre forma de lembranças, conhecimentos, hábitos ou lugares” (LUCENA, 2018, p. 65).

A ideia de preservação no Brasil, segundo Kühl (2010), relaciona-se a uma gama de ações como a construção de inventários, registros, leis de tombamento, educação patrimonial e intervenções no bem propriamente dito. Tais intervenções recebem denominações variadas como manutenção, conservação e restauro,

variação que se relaciona com o grau de interferência sobre o bem. Todas essas ações de preservação são dadas no sentido de promover “a manutenção no estado da substância de um bem e a desaceleração do processo pelo qual ele se degrada” (CARTA DE BURRA, 1980, p.1).

Lucena (2018) ainda enfatiza que o ato de preservar pode estar associado a espaços, objetos ou expressões que possuem significado. Além disso, existem variações na construção do entendimento destes como bens, uma vez que esta compreensão se relaciona a um conjunto de valores atribuídos pela coletividade. Essa atribuição de valores é passível, inclusive, de mudanças com o passar do tempo haja vista que em cada geração a ideia de patrimônio e os valores associados a eles se alteram.

No caminho para argumentar em prol da preservação do *vuco-vuco* em São José, se faz importante entender “que os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações” (NORA, 1993, p.22). Ou seja, mesmo em meio a mudanças, essa área, no bairro de São José, se mantém carregada de significados e simbologias que asseguram a promoção das lembranças a diversos grupos sociais. E mais, a natureza mutável dos espaços de memória deve ser compreendida como elemento formador desses.

No tocante às discussões sobre a preservação, essas passaram a adquirir novas nuances. Os debates se expandiram e foram temas de discussões internacionais, que se deram no intuito de sistematizar os meios e métodos de preservação, sendo responsáveis por transformar essa temática em um campo do conhecimento. Ademais, a sistematização do ato de preservar passou a ganhar um teor político e institucional (LUCENA, 2018). O debate sobre a evolução desses entendimentos será tratado no item a seguir.

#### **4.2 Atualizações sobre identificação e preservação do patrimônio**

Segundo Torelly (2012), o debate sobre patrimônio se iniciou no Século XVIII, durante a Revolução Industrial. Neste momento, os países da América do Norte e da Europa buscavam reconhecer um conjunto de valores que fortalecesse o sentimento de pertencimento dos cidadãos com sua pátria. Desta forma, passou a ser pautada a preservação dos monumentos destes países, sobretudo em um contexto de expansão

das cidades que os colocavam sob ameaça. Peixoto (2017) resume, que neste primeiro momento:

[...] **a história do patrimônio fica marcada pela monumentalização, pela celebração das civilizações e das identidades triunfantes nos processos de colonização** e pela emergência de uma indústria patrimonial promovida pelos Estados hegemônicos e, mais tarde, pelas agências multilaterais (como, por exemplo, a Unesco, o Icomos e o Conselho da Europa) (PEIXOTO, 2017, p. 15, grifo nosso)

Em continuidade, importa observar a evolução das publicações que buscaram sistematizar os conceitos e as ações ligadas à preservação e identificação do patrimônio no âmbito mundial. Destacam-se, entre esses documentos, as cartas patrimoniais.

A Carta de Atenas (1931), o primeiro desses documentos, exprime uma noção de preservação do patrimônio relacionada apenas a monumentos de importância histórica, e, em alguns casos, ao seu entorno. Além do reconhecimento dos bens e conjuntos de interesse histórico, no item III do supracitado documento, nomeado de “A valorização dos monumentos”, evidencia-se a preocupação com relação às construções no entorno de monumentos históricos. Isso indica que tais intervenções precisam ser feitas respeitando as características da fisionomia da cidade, e, conseqüentemente, do entorno dos bens, assim como a manutenção de algumas vistas relacionadas a eles.

Em continuidade, a Carta de Veneza (1964) trouxe a ampliação do entendimento sobre patrimônio. Esse documento traz como definição de monumento não apenas objetos arquitetônicos, mas também sítios urbanos ou rurais que expressam alguma importância cultural para as pessoas. Além disto, atribui também a obras “modestas” a importância como monumento, **desde que estas tenham adquirido com o tempo algum significado cultural**. Isso é importante por tornar espaços de importância cultural, para grupos sociais distintos, passíveis de reconhecimento como bens, democratizando a possibilidade de manutenção e preservação desses lugares.

A significância cultural, vista acima, é conceituada na Carta de Burra de 1979 (atualizada em 1981, 1988, 1999 e 2013). O artigo 1 da Carta de Burra (1999), dispõe

que a significância cultural de um bem deve compreender “o valor estético, histórico, científico, social ou espiritual para gerações passadas, presentes e futuras”. Zancheti e Hidaka (2014) definem significância **cultural** como o **conjunto de valores** identificados, resultantes de julgamento contínuo e da validação social de significados passados e presentes de um bem.

A identificação da significância de um bem estaria relacionada aos valores atribuídos às características, tangíveis ou intangíveis do bem, ou seja seus **atributos**.

“Enquanto os atributos, tangíveis ou intangíveis, são concretos e existem apenas pelo fato de ser, os valores a eles e por eles expressos podem sofrer variações ao longo do tempo, a depender da compreensão desses atributos por parte da sociedade atual. Atributos são expressos através dos elementos, e a eles é feita ou não uma atribuição de valor” (TABOSA, 2021, p.25).

Em se tratando dos lugares, como visto, compreende-se que sua continuidade histórica é responsável por transformações em sua significância, haja vista a dinamicidade dos aspectos culturais, históricos, sociais e econômicos nos quais estes se inserem.

O reconhecimento dos múltiplos valores podem ser feito a partir de processos de pesquisa histórica e/ou historiográfica e, de maneira imprescindível, por meio da consulta feita com os múltiplos atores sociais ligados a esse bem. Tais atores também têm importância fundamental na validação dos valores reconhecidos pelo processo de revisão documental.

Lira (2020) enfatiza que o tema da significância cultural não pode estar desassociado do entendimento de integridade e autenticidade, utilizados como balizadores para o reconhecimento de bens na Lista de Patrimônio da Humanidade da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco. Sobre o entendimento de integridade, Lira apresenta uma abordagem fundamentada no que é colocado pela Unesco e por Jokilehto. A partir deste entendimento, o conceito de integridade pode ser apreendido como o quanto um bem é capaz de transmitir a significância a partir de suas características funcionais e físicas. Quanto autenticidade, está relacionada ao quanto um bem é verdadeiro, não só apenas em sua dimensão material e física mas também no que diz respeito aos processos relacionados ao bem e a forma com que esse bem é experienciado.

Em síntese, Lira (2020, p.14, grifo nosso) mostra que:

“A **significância** equivale ao conjunto de valores atribuídos ao bem; a **integridade** relaciona-se à capacidade dos atributos do bem de transmitir sua significância; a **autenticidade** relaciona-se à capacidade do bem expressar sua significância cultural de forma verdadeira. **Se os atributos se transformam** e impactam a significância, as condições de integridade e de autenticidade também são alteradas”.

Importa notar ainda, as contribuições da Unesco para estes debates. Esse órgão foi o responsável pela difusão da utilização do termo Patrimônio Cultural como complementaridade ao Patrimônio Histórico (Lucena, 2018). E, em 2003, a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, promovida por esse órgão tornou-se um marco nas discussões sobre o **patrimônio intangível**, que foi definido como:

“[...] as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana” (UNESCO, 2003)

No Brasil, as discussões sobre a preservação do patrimônio nacional ganharam força na década de 1920, inserido no contexto do movimento modernista que propunha a construção de uma nova identidade nacional. O caminho no qual percorre a legislação de sistematização, reconhecimento e preservação do patrimônio no Brasil foi de ampliação quanto ao seu entendimento, sobretudo com o reconhecimento da importância da noção de patrimônio imaterial.

A primeira publicação neste sentido, o Decreto Lei 25 de 1937, coloca em seu artigo 1º que se têm como patrimônio Histórico Nacional “o conjunto dos bens móveis e imóveis (...)”, onde ainda se acrescentam “os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger” (BRASIL, 1937). A partir da

aplicação deste instrumento, observou-se, nesta época, uma política de conservação voltada, majoritariamente, ao tombamento de bens de caráter monumentais ou de importância artística sem, em alguns casos, levar em consideração seus entornos.

Torelly (2012), evidencia uma relevante contemporaneidade no Decreto de 1937 ao contemplar conceitos como o de arte ameríndia e popular. Em sua abrangência, incluíam o que, na atualidade, compreende-se como saberes, fazeres e falares, assim como noções sobre e paisagem cultural. Essa ainda não recebia tal denominação. Mesmo assim, essa normativa se mostrou incapaz de compreender e proteger considerável parte dos bens de natureza imaterial.

Já em 1988, com a nova constituição, o Brasil apresenta grande evolução com relação ao critério de reconhecimento de um patrimônio que a partir de então passa a se chamar de patrimônio cultural. O artigo 216 da Constituição Federal coloca que “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens **de natureza material e imaterial**, tomados individualmente ou em conjunto (...)”. Amplia ainda o reconhecimento de patrimônio, colocando como de igual importância para a preservação: (i) as formas de expressão; (ii) os modos de criar, fazer e viver; (iii) as criações científicas, artísticas e tecnológicas; (iv) as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; (v) os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988, grifo nosso)

A Constituição Federal de 1988 não só amplia a legislação no que concerne à definição de patrimônio cultural, mas também no que se refere a sua proteção e gestão. Ao colocar que “O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro [...]”, atribui a participação popular na definição e manutenção do patrimônio.

Ainda sobre a ampliação no entendimento de patrimônio, o Decreto n. 3.551, de 4 de agosto de 2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, amplia e define de forma clara como devem ser registrados tais bens. O registro deve ser feito em quatro livros divididos em **Livros dos Saberes, Celebrações, Formas de Expressão e dos Lugares**. Ademais, possibilita a criação de novos livros “para a inscrição de bens culturais de natureza imaterial que constituam patrimônio cultural brasileiro e não se enquadrem nos livros definidos” (BRASIL, 2000, grifo nosso).

Tais livros, tiveram como intuito abraçar as mais diversas manifestações imateriais que podem ser definidas como patrimônio, como **conhecimentos e modos de fazer ligados a memória, cultura, e identidades para determinados grupos sociais no Livro dos Saberes**; ritos e festas no Livro das Celebrações; manifestações musicais e literárias no Livro de Formas e Expressão e **feiras e mercados no Livro dos Lugares**. Além disso, o Decreto de 2000 instituiu que o pleito para instauração do processo de registro pode ser feito pelos órgãos públicos de ordem federal, estadual e municipal, além das sociedades ou associações civis, como forma de tornar os processos de reconhecimento de bens democráticos e inclusivos.

Na atualidade, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) dispõe que são passíveis de reconhecimento como bens culturais, no âmbito Nacional, aqueles que apresentam “continuidade histórica, possuem relevância para a memória nacional e fazem parte das referências culturais de grupos formadores da sociedade brasileira”<sup>14</sup>.

No caso pernambucano, o reconhecimento e gestão do patrimônio histórico e cultural é feito pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco - Fundarpe e pelo Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural (CEPPC), ambos ligados a Secretaria de Cultura do estado, responsável pelo tombamento e registro de bens tanto de natureza material quanto imaterial.

Na cidade do Recife, a gestão das Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural (ZEPH) e dos Imóveis Especiais de Preservação (IEP) é feita pela Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural (DPPC) subordinada à Secretaria de Planejamento Urbano e Licenciamento do Recife. Mesmo existindo uma subdivisão de estudos sobre o patrimônio imaterial na DPPC, as pesquisas desenvolvidas pela Gerência de Patrimônio Imaterial servem apenas de subsídio para a gestão das ZEPH, não sendo realizada por ela qualquer ação no sentido de registro, inventariação ou tombamento dos bens de natureza intangível.

Apesar da ampliação do entendimento sobre o patrimônio cultural, tanto no âmbito mundial quanto nacional, e da existência de órgãos de preservação e

---

<sup>14</sup> Portal do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Reconhecimento de Bens Culturais. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/606/>. Acesso em: 10 de Agosto de 2022.

identificação do patrimônio nas instâncias federal, estadual e municipal, o reconhecimento do *vuco-vuco* de São José, bem como das práticas ligadas ao comércio de rua, como um bem cultural do Recife não faz parte das agendas das diferentes esferas do poder público.

Importa notar, que se encontram registradas no Livro de Tombo dos Lugares, do IPHAN, duas feiras: a de Caruaru, tombada em 2007, e a de Campina Grande, tombada em 2017. Não existe, na instância estadual, o tombamento de nenhum bem de natureza material ou imaterial que se assimile às práticas do comércio de rua que acontecem em São José. Já no âmbito municipal, o *Diagnóstico das ZEPH 10 e 14 e Análise das referências culturais e patrimônio cultural imaterial*, ambos de 2020, desenvolvidos pela DPPC, trazem apontamentos sobre a importância do comércio de rua na formação da identidade cultural, sobretudo, de parte da ZEPH 10. Contudo, essa identificação não tem caráter de registro ou de tombamento destas práticas.

#### **4.3 O comércio de rua como um atributo patrimonial**

O primeiro item deste capítulo permitiu observar que o *vuco-vuco* pode ser entendido como um espaço de memória. No segundo item, observou-se a ampliação no entendimento sobre as noções de patrimônio, que repercutiu em uma expansão no reconhecimento e gestão de bens culturais no contexto brasileiro. Essa realidade permite considerar que o *vuco-vuco* de São José, provavelmente é passível de reconhecimento patrimonial. Tal consideração sustenta-se nas noções ligadas a preservação do patrimônio imaterial, sendo o comércio de rua um atributo da dinâmica desta localidade. Em se tratando do órgão de preservação no âmbito federal seu registro poderia constar no Livro de Tombo dos Lugares.

A produção de inventários é uma das metodologias mais utilizada para a verificação de um patrimônio imaterial. Esses documentos são responsáveis por identificar e descrever de forma detalhada os bens. O Iphan possui uma metodologia de pesquisa denominada de Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). O próprio órgão de proteção patrimonial disponibiliza um manual para o desenvolvimento destes documentos.

Para a identificação dos *lugares*, o Iphan (2000) determina que esses devem possuir um **sentido cultural excepcional para populações locais**. Estes espaços se caracterizam por serem utilizados para práticas cotidianas, excepcionais, vernaculares ou ofícios de variadas naturezas, como trabalho, comércio, lazer, religião

e outros. Os levantamentos para a sua identificação devem incluir o reconhecimento das atividades vinculadas à produção de sua singularidade, ou seja aquilo que faz desse lugar único. Além disso, por se tratar de uma manifestação imaterial estabelecida em um recorte espacial, esses espaços precisam ser delimitados, seja ele por meio de marcos ou trajetos desenvolvidos pelas populações. O manual para a construção do INRC ainda evidencia que no **“inventário não se deve deixar de considerar que lugar é processo e, portanto, tempo”** (IPHAN, 2000, p. 32, grifo nosso).

Para a compreensão dos processos ligados ao lugar de memória a ser preservado, os seguintes aspectos precisam ser levantados: (i) o mapeamento dos modos de apropriação prática e simbólica do espaço e (ii) a evolução histórica desses modos de apropriação, em suas rupturas e continuidade tradicional, bem como a construção estratégica de monumentos e da inscrição táctica de marcas vernáculas na sua forma material (IPHAN, 2000).

Grande parte desses aspectos são abordados no presente trabalho de conclusão de curso. Contudo, o caráter monoautoral desse texto não permite uma visão multidisciplinar desta construção, como preconizado pelo órgão de preservação no âmbito Federal, que disponibiliza, no próprio Manual do INRC, que: “A temática dos lugares se constitui como ponto de interseção entre reflexões desenvolvidas por várias disciplinas acadêmicas e envolve particularmente a arquitetura e a antropologia” (IPHAN, 2000, p.32)

Portanto, a preservação do patrimônio imaterial necessita de uma compreensão mais ampla. Afinal, sua proteção não pode ser submetida aos cânones da preservação do patrimônio material.

As medidas que viabilizam a manutenção da existência do patrimônio imaterial tais como a documentação, identificação, investigação, preservação, proteção, promoção, valorização, transmissão e revitalização de seus aspectos são definidoras do conceito de **salvaguarda**. O principal intuito desta medida é fortalecer e promover visibilidade às referências culturais desses bens patrimoniais. Isto pode ser feito, por exemplo, por meio de ajudas financeiras, aos detentores de saberes específicos, e até mesmo com auxílio na organização comunitária (FUNDARPE, 2011).

Todavia, a discussão sobre a preservação dos lugares de memória ganha novas nuances quando compreendidas as relações entre a materialidade e a imaterialidade destes bens.

Importa notar, que nas indicações disponibilizadas pelo Iphan para a construção do INRC, no que tange a identificação dos lugares, é evidenciada a possibilidade de um processo de integração entre os inventários do patrimônio material e imaterial:

“A identificação de lugares focais pode ser o ponto de partida mais produtivo para uma tentativa de integrar os resultados dos dois tipos de inventários que agora o IPHAN passa a produzir, a saber, o Inventário Nacional de Bens Imóveis e o INRC” (IPHAN, 2000, p. 32).

Vieira-de- Araújo (2021) propõe uma reflexão acerca desse tema, tendo como objeto de estudo os projetos de “revitalização” e recuperação do Mercado de São José que incidiram na remoção da feira do seu entorno. A partir da discussão contemporânea sobre a preservação, que leva em conta a identificação de valores para a construção do entendimento da significância cultural desses bens, acende-se um debate acerca da busca por uma prática preservacionista que trate de maneira conjunta os aspectos materiais e imateriais dos bens.

A supracitada autora, revela que as formas de gestão e as normativas de preservação do patrimônio histórico e cultural no Brasil ainda não avançaram no sentido de promover a identificação e o gerenciamento desses bens de maneira a considerar suas dimensões materiais e imateriais de forma integrada. Isso ocorre por que os instrumentos para a conservação são desenvolvidos para lidar ou com uma ou com outra dimensão de forma desassociada, pouco avançando na sua integração.

No tocante, Vieira-de- Araújo (2021), ainda chama a atenção para os processos de revitalização que privilegiam as **atividades turísticas em detrimento dos usos tradicionais**. Este é o caso de São José, evidenciado neste texto, cujas intervenções colocam essa área sob o risco da gentrificação. Ao analisar a postura preservacionista, tanto da municipalidade recifense quanto do Iphan-PE, a autora ressalta que os aspectos relacionados a materialidade do Mercado de São José se sobrepuseram aos aspectos imateriais que dão sentido a este bem. Indagando, inclusive, a respeito dos valores e parâmetros que foram referências para elaboração

do projeto de restauro e requalificação do Mercado de São José e das remoções que aconteceram em seu entorno.

Ao tratar sobre a mercantilização da cultura, e dos espaços culturais, Santos e Peixoto (2013, p.57, grifo nosso) revelam:

“A turistificação e a patrimonialização dos lugares, que frequentemente se tornam dinâmicas indissociáveis, **são processos que conduzem a uma progressiva mercadorização dos territórios, dos quais se espera que tenham um valor de troca maior.** A crescente competição entre cidades está fazendo com que as políticas ligadas ao turismo se concentrem mais e mais no marketing do turismo cultural urbano, uma vez que parece ser evidente que os lugares fazem um uso cada vez mais intenso do turismo cultural para se promoverem [...] **Concretiza-se, assim, uma espécie de corrida ao turista, na medida em que os centros urbanos passam a estar reorientados de acordo com as características de um mercado fugaz, composto por consumidores potenciais externos a esse lugar e sujeitos a ser espectadores de uma cidade encenada.**”

Citando Jokilehto, Vieira-de- Araújo (2021) ainda revela a importância de uma abordagem sobre o conceito de integridade segundo o qual a preservação da dimensão visual de um bem seja tão importante quanto a da sua integridade sociofuncional. Como apontamentos para o enfrentamento dos conflitos entre as noções sobre os aspectos materiais e imateriais dos bens, a autora evidencia a **importância da construção do entendimento sobre a significância deste bem que preconize a identificação de valores.** Quando feitas por especialistas, esta identificação deve passar também por uma abordagem “relativista”<sup>15</sup>, ou seja por um processo de julgamento e validação dos valores identificado com a participação dos atores relacionados a este. Evidenciando, ainda, a importância na clareza desta identificação, para que seja capaz de garantir a eficiência nas ações de preservação.

Desta forma, a categorização e identificação desses valores dos bens patrimoniais podem ser feitas a partir dos entendimentos desenvolvidos por Lacerda (2012). A autora apresenta que estes valores podem ser condensados em três: **o valor de uso** (atual), **o valor de opção** (valor de uso futuro) e **o valor de existência**

---

<sup>15</sup> Azevedo, Pontual e Zanchetti, 2017 apud Vieira-de-Araújo, 2021.

(este último condensa os **valores de antiguidade, artístico, histórico, cultural, simbólico, cognitivo, econômico**, além do de existência). Importa notar, que aqui será necessária uma adaptação na abordagem quanto à atribuição desses valores. Afinal, trataremos a frente da atribuição de valores a um atributo do *vuco-vuco* de São José, cuja natureza é imaterial: as práticas do comércio de rua.

O **valor da antiguidade** se manifesta pela percepção do passar do tempo e das marcas desse processo no bem. Esse entendimento frutifica-se dos estudos desenvolvidos pelo historiador austríaco Alois Riegl. Esse autor ressalta a importância das imperfeições das obras, dos defeitos em sua integridade, o que se opõe aos valores da contemporaneidade. Os estudos de Riegl restringem-se a materialidade dos monumentos. Por isto, o presente trabalho desenvolve o esforço de adaptação dessa teoria para a sua atribuição a um bem de natureza imaterial. Como visto, no item 3.4.2 deste texto, o uso comercial é responsável por intensas transformações no patrimônio edificado do *vuco-vuco* de São José. Ao considerar como comércio de rua aquele que se estabelece em fiteiros, o presente trabalho reconhece que esse tipo de comércio se associa aos processos de modificações nas edificações desta área, ao anexarem-se a sua materialidade (Figuras 140 e 141).

**Figura 138 - Fiteiros na Travessa do Mercado (2020)**



Fotografia: Antonio Neto (2020).

**Figura 139 - Fiteiros no Beco do Marroquim (2021)**



Fonte: Acervo Gemfi/UFPE. Fotografia: Larissa Menezes, 2021.

Desta forma, é possível compreender que existem marcas do tempo expressas na materialidade do *vuco-vuco* de São José associadas ao comércio de rua. De certa forma, tais transformações adquirem o valor de antiguidade pois se opõem aos valores de contemporaneidade. Tal valor de antiguidade reside “nas imperfeições das obras,

nos seus defeitos de integridade, na tendência à dissolução das formas e das cores, quer dizer nos traços rigorosamente opostos às características das obras modernas” (RIEGL apud LACERDA, 2012, p.02). A experiência do Corredor Cultural no Rio de Janeiro exemplifica a operacionalização do entendimento aqui construído sobre o valor de antiguidade em áreas de comércio popular. Em linhas gerais, o projeto buscou a manutenção dos usos tradicionais na centralidade histórica da cidade. A municipalidade considerou, então, que “os térreos abertos e o uso da calçada são traços marcantes de sua atividade, tendo sido assumidos como uma característica cultural” (SANT’ANNA, 2017, p.132). A identificação deste valor reconhece a importância das marcas do tempo, o que não significa deixá-lo sujeito a ações destrutivas futuras.

O **valor artístico** se caracteriza por sua natureza subjetiva ligada a uma determinada apreciação estética. A partir de uma apreensão a luz da teoria de Riegl, Lacerda (2012) afirma que seria preferível tratar esse como **valor artístico relativo**, uma vez que não se trata de um entendimento objetivo, nem durável, haja vista que não existe um valor de arte eterno, colocando este entendimento como sendo passível de transformações. Para correlacionar a atribuição deste valor a um espaço de memória é preciso entender quais qualidades estéticas estariam relacionadas a esse espaço. Para isto, parte-se de uma compreensão que considera não somente a constituição física das formas de comercialização mas do conjunto paisagístico que ela conforma. Veras (2014) propõe, em sua tese de doutorado, um exercício denominado de *máscaras da preferência visual*, construído a partir de um método nomeado de *método das preferências visuais*, do arquiteto paisagista Carls Steinitz. O método parte do pressuposto de que uma determinada população reconhece paisagens com qualidades visuais, podendo distingui-las visualmente como bonitas ou feias. Reconhecendo, assim, paisagens de valor que necessitam ser conservadas. Este entendimento sobre a preferência visual seria o que mais se aproxima de um valor artístico passível de ser atribuído à dinâmica do *vuco-vuco* em São José. Esta percepção é essencialmente subjetiva. Para muitos usuários e trabalhadores, a espacialidade caótica do *vuco-vuco*, mesmo que afetiva, não corresponderia aos padrões estéticos mais comumente apreciados. Em contraponto, diversos são os registros fotográficos das formas de fazer do *vuco-vuco* de São José, disponibilizados

inclusive em *sítes* eletrônicos de turismo, que apontam para a possibilidade do reconhecimento de seus atributos estéticos (Figuras 141 e 142).

**Figura 140 - Feira de Ervas (sem data)**



Fonte: Recife Insider. Fotografia: Wolfgang Besche. Disponível em: <https://www.recife-insider.com/touren/recife-downtown-zentrum/>. Acesso em: 29 de agosto de 2022.

**Figura 141 - Rua de Santa Rita (2020)**



Fonte: Brasil de Fato. Fotografia: Rani de Mendonça, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefatope.com.br/2020/02/03/compra-de-fantasia-e-aderecos-carnavalescos-movimentam-o-comercio-informal-no-recife>

O **valor histórico** remete obrigatoriamente ao passado do bem. Ou seja, o quanto o bem revela modos de vida e o tempo decorrido entre o presente e uma determinada época. A construção desse entendimento pode ser apreendida a partir da reconstituição histórica sobre as formas de comércio de rua disponíveis no item 3.2.3 deste trabalho. Mesmo se tratando de uma dinâmica extremamente mutável, o comércio de rua em São José carrega em si marcas que revelam práticas históricas ligadas a ativação da memória social. Este valor está intimamente relacionado à ideia de **valor cultural**, na medida em que a história é um elemento que reforça a identidade de determinados grupos sociais. Este valor liga-se então à compreensão do *vuco-vuco* como um lugar de memória desenvolvido no item 4.1 deste texto. O valor cultural, é à primeira vista, um dos mais proeminentes, entre valores de existência, passíveis de serem atribuídos ao comércio de rua e as práticas do *vuco-vuco* de São José.

**Os valores simbólicos** se relacionam com a capacidade de um bem expressar significados diferentes dos que são inerentes a eles. A revisão bibliográfica disposta no capítulo três deste texto muitas vezes utilizou-se, para se referir a algumas práticas do comércio de rua em São José, do termo resistência. Não se trata aqui de uma resistência física das práticas do comércio de rua, esse é, na realidade, um valor simbólico. A resistência em suas formas de apropriação frente às pressões exercidas pelo Estado e por atores sociais, a exemplo dos lojistas, também foi chamado por Araújo (2014) de teimosia (Figura 143). Este entendimento exemplifica o valor

simbólico expresso pelo comércio de rua. Como bem cultural, estas práticas possuem também uma série de outros elementos carregados de simbolismos.

**Figura 142 - Protesto de comerciantes de rua na Praça Dom Vital (2020)**



Fonte: Jornal do Commercio. Fotografia: Jailton Junior, 2020. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/pernambuco/2020/11/11993804-informais-protestam-contr-retirada-de-fiteiros-do-entorno-do-mercado-de-sao-jose--no-recife.html>. Acesso em: 26 de set. de 2022.

A correlação entre os entendimentos dos valores históricos, artísticos, culturais e simbólicos permite entender que um bem pode servir como suporte para ativação da memória de determinados grupos sociais. A esta capacidade dar-se o nome de **valor cognitivo**, ou seja, é a possibilidade do reconhecimento da história de um lugar feito por meio da experientialização deste. De fato, muito sobre o comércio de rua de São José e sobre a espacialidade do *vuco-vuco* só pode ser compreendido por meio das vivências deste lugar. Alguns elementos, como as abordagens dos comerciantes na oferta de produtos, bem como sons característicos ligados a essas práticas, além dos cheiros, cores e sensações que remetem a história deste lugar só podem ser apreendidos por meio de visitas.

O **valor econômico**, por sua vez, se relaciona a capacidade de um bem de ser fonte de produção de rendimentos. Nas palavras de Lacerda (2012, p. 50) este tem sido um valor balizador nas decisões sobre intervenção nos bens, ao passo que “a decisão de intervir passa necessariamente pela verificação do aumento do valor de mercado, do emprego e da renda que acompanha a utilização do bem”. Este valor está intimamente relacionado ao seu **valor de uso**, ou seja o quanto a funcionalidade deste bem é responsável por expressar suas características culturais. O debate sobre o valor econômico dos bens patrimoniais desdobra-se ainda no entendimento sobre

as transformações nestes bens para responder aos imperativos econômicos. Neste sentido, o debate proposto por Vieira-de-Araújo (2021), apresentado anteriormente, revela justamente um processo de ressignificação dos valores econômicos do Mercado de São José, e de seu entorno, por parte do poder público. Isto se deu, na medida que foi inserida uma nova lógica econômica pautada na supervalorização do turismo, que se sobrepôs aos valores dos usos tradicionalmente estabelecidos nesses espaços. Ou seja, a identificação e validação de um possível valor de uso da feira de ervas no entorno do Mercado de São José, bem como de um valor econômico daquele espaço, inclusive relacionado ao seu potencial turístico, poderia ter sido responsável por uma abordagem diferente da tomada pela municipalidade ao propor a realocação destes feirantes.

O **valor de opção** se relaciona a um valor de uso futuro, ou seja a construção do entendimento de que este bem pode ser preservado e utilizado pelas gerações futuras. Para a construção do entendimento de valor de uso futuro é necessária uma análise conjunta entre os valores histórico, artístico e cultural, no intuito de restringir a gama de possibilidades de uso futuro. “O não reconhecimento do valor de opção leva, muitas vezes, a intervenções físicas desastrosas” (Lacerda, 2012, p.51), como também ilustrado pelos projetos de intervenção no Mercado de São José.

No tocante, o **valor de existência** é atribuído a um bem pelo simples fato desse existir. Esta é uma noção reforçada por sua singularidade e irreversibilidade. A construção deste entendimento é feita por meio do reconhecimento valor de antiguidade, histórico, artístico, cognitivo e cultural, pouco se relacionando a sua funcionalidade. Ligado a este entendimento, poderíamos tratar que o comércio de rua em São José adquire um **valor de sobrevivência**, haja vista que sua existência tem sido fortemente atacada, historicamente.

Como visto, os valores podem ser relacionados aos atributos de um bem apontando para a sua significância cultural. O presente trabalho não desenvolverá a consulta com atores sociais, mas destaca a importância fundamental desse processo em desdobramentos futuros desta pesquisa. A problematização sobre a validação dos valores atribuídos será feita a partir dos dados apresentados nos estudos de Dutra e Lira (2021).

Em seus estudos para a construção da Declaração de Significância Autenticidade e Integridade (DSIA) de São José<sup>16</sup>, as supracitadas autoras reconhecem **a diversidade do comércio** como um atributo patrimonial imaterial da área analisada<sup>17</sup>. Esse atributo contempla a existência de ruas de comércio especializado e a presença de comerciantes nas ruas. Mesmo que não trate da dinâmica do comércio de rua de forma isolada, traz importantes reflexões sobre o tema.

Os entendimentos de Dutra e Lira (2021) sobre o reconhecimento da variedade do comércio surgem a partir dos apontamentos feitos por Ribemboim (2017). O último autor, identifica, classifica e descreve por meio de uma análise documental e de visitas a campo o que seria o patrimônio imaterial dos bairros de São José e Santo Antonio, utilizando-se da classificação para o patrimônio imaterial da instância federal. Seu estudo divide-se em Livro dos saberes, das celebrações, das formas de expressão e dos lugares. Neste contexto, o comércio de rua se insere em algumas classificações. No livro dos saberes, quando reconhecido o atributo nomeado de comércio popular, verificasse o reconhecimento das práticas do comércio de rua, em São José, como um meio ligado a venda de frutas, verduras, especiarias, grãos, raízes e a culinária e comedoria, considerados pelo autor como bens culturais imateriais. Ademais, o mercado de São José, a feira em seu entorno e o camelódromo são compreendidos, pelos estudos de Ribemboim, como parte do livro dos lugares.

Ambos os trabalhos (Dutra e Lira, 2021 e Ribemboim, 2017) se utilizam do termo comércio informal para se referir as práticas de comércio em logradouros públicos. Os estudos sobre estas práticas estão sempre associadas, nos referenciados trabalhos, a outras dinâmicas, não sendo compreendida a sua importância como um elemento isolado. Decerto, este receio dos autores se dá pela dificuldade do reconhecimento e validação, por parte dos atores sociais, de uma prática cujo nome estaria ligado a informalidade, termo associado, como já visto, a

---

<sup>16</sup> Dutra e Lira (2020) analisam um trecho do bairro de São José que corresponde a região do entorno do Mercado de São José.

<sup>17</sup> Os atributos identificados por Dutra e Lira (2020) no recorte analisado por elas foram: O Mercado de São José, a Praça Dom Vital, o Cinema Glória, Igreja de Santa Rita de Cássia, a Basílica da Penha, o Pátio e Igreja de São José do Ribamar, a procissão de Santa Rita, a procissão da Penha e a diversidade do comércio.

práticas ilegais. Daí, destaca-se a importância dos passos iniciais do presente estudo ao propor uma renomeação destas atividades como comércio de rua.

Para ao desenvolvimento da DSIA, Dutra e Lira (2021) partem do reconhecimento e definição de alguns atributos e valores do bem estudado. A partir disso, é feita a validação desses atributos e valores<sup>18</sup> junto aos atores sociais<sup>19</sup>. Os resultados advindos dessa consulta são interpretados e sistematizados pelas especialistas. Quatro fichas são utilizadas para aplicação do instrumento de consulta. Na primeira ficha, os atributos são colocados pelos entrevistados em ordem decrescente de importância, partindo do que mais se identifica para aquele que menos se identifica. Para identificação dos atributos pelos atores sociais, são utilizadas fotos coloridas, atuais e de mesmo formato desses atributos. Na segunda ficha, solicita-se que cada entrevistado atribua os valores aos atributos, sendo possível que o entrevistado atribua todos os valores, ou nenhum, ao atributo. No terceiro exercício, é requisitado que os respondentes formulem uma frase sobre cada atributo. A última ficha é voltada apenas para especialistas pois trata dos conceitos de autenticidade e integridade.

Como resultado da primeira análise tem-se que a diversidade do comércio se posicionou em terceiro lugar (ficando atrás do Mercado de São José e da Basílica da Penha, respectivamente), com relação a importância dos atributos para os atores entrevistados, tendo recebido 157 pontos. A pontuação foi dada a partir da disposição das imagens feitas pelo entrevistado. Se um atributo estivesse em primeiro lugar receberia nove pontos, e assim sucessivamente, até que o que aparecesse em último receberia apenas um ponto. Importa notar, que a imagem escolhida para representar a diversidade do comércio (figura 145) poderia ser utilizada também para ilustrar as práticas do comércio de rua em São José. Desta forma, o recurso visual utilizado pelas autoras para definir este atributo valida o suporte que seus estudos dão a este trabalho de conclusão de curso.

---

<sup>18</sup> As autoras identificaram que, para a área analisada por elas, os valores em potencial identificados seriam: os de uso, econômico, histórico, artístico, de antiguidade, cultural e simbólico, fundamentados a partir do trabalho desenvolvido por Lacerda (2012). Foi dada, também, a possibilidade de se atribuir “nenhum valor”.

<sup>19</sup> Foram consultados dez trabalhadores, formais informais, três residentes, três sacristãos e clérigos, quatro especialistas e seis frequentadores do espaço.

**Figura 143 - O atributo *diversidade do comércio* (2018)**



Fotografia: Isabela Dutra, 2018. Fonte: DUTRA, 2018.

O resultado da segunda ficha revela que, quanto mais valores atribuídos a um atributo, menos invasivas precisam ser as ações de conservação sobre estes. Entre os nove atributos elencados pelas autoras a diversidade do comércio aparece no quinto lugar (68 vezes foram atribuídos valores a este atributo). Neste contexto, esse é um atributo que precisa de intervenções mais efetivas. Esta percepção se alinha com os entendimentos desenvolvidos neste trabalho de conclusão de curso. Quando analisadas as formas de ocupação do comércio de rua verificou-se implicações negativas desta dinâmica no espaço urbano, fazendo com que este atributo necessite de maiores intervenções. Mesmo assim, esse foi o bem de natureza imaterial mais valorado.

Quanto a atribuição de valores à diversidade do comércio, observa-se que por 22 vezes o **valor econômico** esteve vinculado a esse atributo, revelando que esta noção é bem assimilada pelos atores sociais. As questões econômicas são precedidas pelo **valor de uso** (12 atribuições), diretamente relacionado às questões econômicas, como já visto neste texto. Logo após, empatados (11 atribuições), estão os **valores culturais e históricos**, revelando que existe a assimilação relevante desses entendimentos pelos atores relacionados a São José. Contudo, importa notar que estes valores atribuídos à diversidade do comércio correspondem a metade de atribuições do valor econômico, revelando a necessidade de uma ampliação na

divulgação sobre os valores culturais e históricos ligados ao comércio popular, tendo em vista que, como visto no capítulo 3 deste texto, as ações que atribuem noções culturais e históricas ao comércio de rua, como a sua associação com a figura do Mascate, não promovem auto estima aos trabalhadores e nem são assimiladas pelos outros atores que vivenciam o espaço.

Houveram seis atribuições do valor simbólico, cinco do de antiguidade e apenas um do artístico para a *diversidade do comércio*. Estando ligado a grupos sociais historicamente marginalizados que se encontram em uma posição oposta às classes políticas, econômicas e religiosas dominantes, fica clara a baixa atribuição do **valor simbólico** pelos entrevistados. A *diversidade do comércio*, ilustrada por comerciantes de rua, é carregada de simbolismos como a resiliência, a sobrevivência, a resistência e a manutenção de crenças, por exemplo, que muitas vezes só são compreendidas por grupos sociais diretamente associados a formação desta dinâmica. Esses atores, muitas vezes, se encontram em posições de marginalização na sociedade brasileira. O entendimento sobre **valor de antiguidade** como as marcas da passagem do tempo expressas em um bem pode ter sido dificultado pelo caráter extremamente mutável destas práticas e pelo teor fortemente ligado a materialidade dos monumentos dessa teoria, ocasionando a baixa atribuição desse valor. Como também evidenciado nesse texto, a apreciação estética das dinâmicas do comércio tem uma raiz muito subjetiva, que desafia os entendimentos sobre beleza dominantes na sociedade interferindo na atribuição do **valor artístico** a diversidade do comércio, que foi feita apenas uma vez.

Como resultado do terceiro exercício, as autoras destacam que, entre os atributos imateriais identificados, a diversidade do comércio teve certo destaque, sendo descrita, por um especialista da DPPC, como a característica central do bairro de São José. Este atributo foi também colocado, por outros entrevistados, como responsável por promover o sustento dos trabalhadores e por animar aquela área.

Cabe notar os entendimentos sobre integridade autenticidade relacionados a *diversidade do comércio*. Dentre os quatro especialistas entrevistados, quando questionados sobre a integridade<sup>20</sup> desse atributo, três responderam que a

---

<sup>20</sup> A classificação poderia ser feita como: (i) não mudaram, expressão perfeitamente os valores patrimoniais; (ii) mudaram, expressão parcialmente os valores patrimoniais; (iii) não expressam mais os valores patrimoniais e (iv) não conheço o bem/não tenho propriedade. (DUTRA, 2018)

*diversidade do comércio* expressava parcialmente seus valores patrimoniais e um dos entrevistados respondeu não ter propriedade para falar sobre o tema. Quanto a autenticidade<sup>21</sup> da *diversidade do comércio*, dois especialistas responderam que o atributo continuava autêntico, um que o bem é parcialmente autêntico e outro não tinha propriedade para tratar do tema.

A partir da Validação dos entendimentos sobre a significância cultural, autenticidade e integridade dos atributos culturais identificados, ligados à parte do bairro de São José, as autoras evidenciam o reconhecimento de sua importância cultural e redigem a declaração de significância autenticidade e integridade deste espaço.

O presente trabalho diferencia-se do desenvolvido por Dutra e Lira (2021) pois trata da identificação de valores ao atributo comércio de rua, de forma isolada, nas ruas de comércio popular do bairro de São José, reconhecidas popularmente como *vuco-vuco*. Assim, este texto **evidencia existência de uma significância cultural do comércio de rua em São José** haja vista a apreensão, aqui construída, sobre o conjunto de valores relacionados a este atributo. A partir disto, pode-se reconhecer que as dinâmicas do comércio de rua em São José apresentam atributos adquiridos em processos históricos que se mantêm presentes em seus usos e ocupação do espaço, até os dias de hoje. Desta forma, esse fenômeno social e urbano evidencia questões socioculturais inerentes a formação da sociedade brasileira ao passo que adquiriu importante significado para as pessoas.

Como visto, a validação do conjunto de valores atribuídos ao comércio de rua junto aos atores sociais ainda se faz necessária na consolidação da noção de significância cultural. Contudo, a partir da análise dos resultados obtidos por Dutra e Lira (2021), no processo de validação do atributo *diversidade do comércio*, foi possível compreender que tal atributo, mesmo que tendo sua importância reconhecida, ainda é fortemente vinculado a valores econômicos, em detrimento de seus valores culturais e simbólicos, por exemplo. Isto revela que, antes de um processo de validação junto aos atores sociais, é necessário difundir a importância cultural destas práticas. Tal difusão sobre a apreensão cultural do comércio de rua se faz necessária haja vista

---

<sup>21</sup> A classificação poderia ser: (i) o bem continua autêntico; (ii) o bem mudou, é parcialmente autêntico; (iii) o bem não é mais autêntico e (iv) não conheço bem / não tenho propriedade. (DUTRA, 2018)

que essas práticas foram vítimas, historicamente, de um processo de apagamento ligado às perseguições vividas pelos grupos sociais nos quais se inserem os comerciantes de rua. Identificar e validar estes valores implica, também, na construção de entendimentos sobre gestão e ações de preservação do bem.

Por fim, urge a necessidade de ações que viabilizem a preservação desta dinâmica, afinal “a não-conservação priva a sociedade das suas raízes, da sua identidade e também do conhecimento, elementos indispensáveis ao processo de criação e, portanto, de inovação” (LACERDA, 2012, p. 52).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente Trabalho de Conclusão de Curso evidenciou a importância social, econômica e cultural das práticas do comércio de rua na região conhecida como *vuco-vuco*, no Bairro de São José, na cidade do Recife. Foram alcançados os objetivos propostos, ao passo em que se identificou o conjunto de valores e significados atrelados ao comércio de rua, atributo relacionado à dinâmica do *vuco-vuco*, constatando sua significância cultural.

O caminho percorrido para alcançar o objetivo acima citado permitiu, ainda, identificar a importância do setor informal para as cidades de países subdesenvolvidos. Destacam-se os ensinamentos de Milton Santos (1979) sobre a relevância do comércio de rua na medida em que é responsável pela distribuição de produtos para parcelas da população com menor possibilidade de consumo, tornando-se elemento essencial nas relações entre os circuitos superior e inferior da economia urbana.

No tocante a este tema, foi identificado o processo vivenciado por diversas centralidades tradicionais, no contexto nacional, que passaram a exercer atividades do circuito inferior da economia urbana. Esse movimento aconteceu como resultado dos processos de surgimento de novas centralidades nas metrópoles, notadamente a partir dos anos 1970. Por consequência, houve o redirecionamento das atividades de habitação e comércio, sobretudo os que se voltavam para os estratos sociais de mais alta renda, transformando as centralidades históricas de muitas cidades brasileiras em espaços decadentes. Nestes espaços, expandiram-se as atividades do setor terciário voltado para camadas populares, dentre elas o comércio de rua. Na década de 1980, os centros históricos no Brasil passam a ser redescobertos a partir da construção de um olhar voltado para suas características culturais e simbólicas, que teve como consequência a promoção de usos ligados ao setor de turismo.

Na cidade do Recife, a regulação e acompanhamento das atividades do comércio desenvolvido em logradouros e equipamentos públicos é feito por órgãos ligados a Prefeitura. A Gerência Geral do Comércio Popular do Recife, vinculada à Secretaria de Política Urbana e Licenciamento (SECON/SEPUL), e a Companhia de Serviços Urbanos do Recife (CSURB) concedem, validam e acompanham os processos de ocupação do logradouro público por comerciantes de rua.

Sendo assim, os avanços na regulação das atividades do setor terciário desenvolvidas em logradouros e equipamentos públicos, nas esferas do poder público federal e municipal, permitem concluir que essa dinâmica deve ser tratada como o comércio de rua. Essa expressão se dá em substituição ao “comércio informal”, como forma de promover a autoestima dos comerciantes e romper estigmas ligados à associação desse tipo de trabalho com práticas ilegais. A renomeação desta prática se faz importante, também, frente a processos de validação e promoção de seus atributos culturais junto à atores sociais.

Em continuidade, a compreensão sobre a formação morfológica do bairro de São José permitiu entender que o território, palco do *vuco-vuco*, é remanescente dos processos de colonização holandesa e portuguesa, além de guardar marcas de grandes intervenções vividas durante a segunda metade do século XX.

Recontar a história do bairro de São José permitiu compreender que esse espaço, desde os primórdios de sua ocupação, foi direcionado a segmentos sociais de menor renda. Desta forma, o bairro, que outrora foi o lugar de morada para populações menos abastadas, hoje abriga o comércio popular. Este território torna-se então, na atualidade, o lugar de trabalho de milhares de comerciantes de rua, notadamente após o final do século XX. Contudo, a presença do referenciado tipo de comércio se nota, neste espaço, desde os primeiros momentos de sua ocupação. Sua permanência se deu por meio da resistência frente a ações de remoção e reordenamento, por vezes violentas, promovidas pelo poder público com apoio de diversos segmentos sociais, em um extraordinário movimento de resiliência, ou, em outras palavras, de teimosia.

Na busca por compreender o que levou às autoridades a adotarem, muitas vezes, atitudes arbitrárias e violentas para com o comércio de rua, em São José, foi possível identificar uma postura que reproduz uma visão higienista surgida ainda no final do século XIX. Nessa época, as práticas desenvolvidas por povos africanos escravizados, ou libertos, foi duramente perseguida e vítima de processos de apagamento cultural. Assim, a figura emblemática e reverenciada, na cidade do Recife, do Mascate, personagem vitorioso da Guerra dos Mascates, conflito que culminou na conquista de autonomia da capital pernambucana, pouco se associa a figura do *camelô* atual. Essa afirmação se respalda na reconstituição histórica. Esta forneceu elementos para concluir que o comércio de rua, desenvolvido atualmente em

São José, é muito mais um reflexo do modelo econômico escravista, que perdurou no Brasil até 1888, cujas consequências sociais e econômicas são latentes nas cidades brasileiras até a atualidade. Assim sendo, as práticas do comércio de rua em São José remetem as formas de fazer e a cultura dos povos africanos trazidos a ao Brasil como cativos. Alguns espaços que servem de palco para o comércio de rua, à exemplo do Mercado de São José e seu entorno, são, até os dias de hoje, lugares de ativação da memória de tais grupos sociais.

Na atualidade, o vucovuco é um dos principais espaços de comércio popular do Recife e de sua Região Metropolitana. A expansão e consolidação deste uso se caracteriza por ter promovido, desde o final do século XX, um intenso movimento de transformação em seu estoque edificado. Essa postura, nomeada por Lacerda (2018) de *destruição aniquiladora dos bens patrimoniais*, reflete a ausência de um suporte na preservação dos imóveis históricos que abrigam o comércio popular. Tal omissão exemplifica-se pela ausência de incentivos para a manutenção do comércio popular nestas áreas, como os incentivos fiscais que foi institucionalizado desde 2006, para as atividades de Economia Criativa e Tecnologia da Informação e Comunicação instaladas na área de abrangência do Porto Digital, situada no centro histórico recifense. A ausência de apoio aos usos tradicionalmente instituídos no bairro torna-se uma ameaça frente à crescente expansão do setor de lazer e turismo no Bairro de São José. Ao se tornar objeto de interesse do capital, esse bairro histórico, se converte em um espaço em disputa. A imposição de imperativos econômicos, que se expressa pela busca por um aumento no rendimento de seu estoque edificado, desencadeia o surgimento de cenários de concorrência entre os usos tradicionais estabelecidos e as funcionalidades promovidas pelo setor de lazer e turismo. Em São José, esse cenário de disputa foi ilustrado pelo processo de remoção da feira no entrono do Mercado de São José, em 2019, para a criação de um polo de atração cultural, artística e gastronômica.

Em virtude dos fatos mencionados, observou-se a importância do reconhecimento do comércio de rua como um atributo relacionado ao patrimônio cultural de São José. Isso se dá por sua continuidade histórica na cidade do Recife, por sua importância cultural e econômica para grupos historicamente marginalizados e por suas formas de ocupação do espaço, diretamente ligadas à formação da identidade e da paisagem desse lugar de memória. Tais formas de apropriação do

espaço se caracterizam pela criação de um ambiente que protege os transeuntes da insolação direta, pela diversidade e custo-benefício dos produtos ofertados e pelas relações históricas que estes atores desenvolvem com o espaço público da cidade. Compreende-se, então, que os trabalhadores que exercem o comércio de rua são responsáveis por perpetuar dinâmicas e modos de fazer importantes para a cultura brasileira e por funcionarem como intensificadores e agregadores de fluxo de pessoas, fazendo-se importantes na manutenção da vivacidade do bairro de São José.

Por conseguinte, foram averiguadas as possibilidades para o reconhecimento patrimonial das dinâmicas do *vuco-vuco* em São José, tanto no que abrange a teoria sobre a identificação de bens patrimoniais, quanto no que diz respeito ao seu reconhecimento institucional. A partir disto, foi possível atribuir ao *vuco-vuco* a designação de lugar de memória. Os comerciantes de rua, por sua vez, como sendo atores formadores deste espaço de memória, são detentores e difusores de práticas de comercialização, saberes, formas de fazer e de apropriação do espaço que são atributos deste lugar. Ademais, a partir da verificação dos entendimentos sobre a patrimonialização dos lugares, observou-se a necessidade da proposição de abordagens específicas. Afinal, esses bens encontram-se na intersecção entre as definições sobre bens de natureza material e imaterial. Para a construção de um entendimento conjunto entre essas dimensões, Viera-de-Araújo (2021) propôs a preconização da identificação e validação de valores, junto aos atores sociais ligados ao bem, para a construção das ações de preservação de tais práticas. Ademais, evidencia-se que o reconhecimento de valores patrimoniais associados ao comércio de rua se soma a discussões sobre o ordenamento, controle e gestão destas atividades nos logradouros públicos.

Como visto, é notória a importância do reconhecimento de valores dos atributos patrimoniais, bem como a sua validação junto aos atores sociais, como passo imprescindível para a construção de ações de preservação do bem. No entanto, há um caminho diferente a ser percorrido antes da validação do comércio de rua como atributo patrimonial junto a tais atores. Por se tratar de uma dinâmica estigmatizada, historicamente perseguida, associada a grupos sociais com pouca representatividade política que, muitas vezes, estão inseridos em segmentos sociais menos favorecidos economicamente, se faz necessária, primeiramente, a divulgação do entendimento do comércio de rua como bem cultural. Isso se dá como forma de promoção (i) da auto

estima dos trabalhadores ligados a estas práticas e (ii) do reconhecimento por parte da população, de forma geral, da singularidade e autenticidade desta dinâmica, evidenciando seu papel formador da identidade cultural do Recife. Assim, destaca-se o papel dos especialistas não só na identificação e sistematização de dados sobre os bens patrimoniais mas também na divulgação e propagação dos entendimentos desenvolvidos. Destarte, se faz urgente o desenvolvimento desse debate. Afinal, o cenário de competição de usos estabelecido em São José, na atualidade, tem colocado em desvantagem os usos tradicionais. É só a partir da divulgação e validação desses entendimentos, junto aos atores sociais formadores, que será possível desenvolver boas práticas de gestão, controle e acompanhamento das dinâmicas do comércio de rua no Centro Histórico do Recife.

Por fim, as discussões ilustradas e desenvolvidas neste texto evidenciam que vivemos um novo momento da Teoria da Conservação e, por consequência, do Planejamento Urbano. Enfatiza-se a necessidade da busca por uma preservação que garanta a permanência das características essenciais dos lugares de memória, tanto nas dimensões materiais quanto imateriais, permitindo a reprodução das vivências e manifestações culturais neles presentes, pautada, sobretudo, no reconhecimento dos valores patrimoniais. Tal reconhecimento deve ser feito de forma a garantir a participação dos atores sociais ligados ao bem. No caso recifense, roga-se que a preservação de seus lugares de memória não se pautem em um “congelamento” de seu passado, onde os atributos físicos permanecem no tempo à custa do apagamento das expressões culturais inerentes a formação destes espaços, afinal, “belo é o Recife pegando fogo”.

## REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, A.; COMARU, F.; SAMPAIO, G.; ITIKAWA, L.; KOHARA, L.; FERRO, M. C. **Ambulantes e Direito à Cidade: trajetórias de vida, organização e políticas públicas**– Projeto Trabalho Informal e Direito à Cidade. São Paulo: Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, 2013.

ALMEIDA, E. A. D. **A articulação dos Espaços Públicos no Recife do século XIX**. Recife: Dissertação de Mestrado, 2001.

ARAÚJO, M. do S. P. **A aventura do comércio informal no Recife**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2014.

BARBOSA, A. F. **O conceito de trabalho informal, sua evolução histórica e o potencial analítico atual**: para não jogar a criança fora junto com a água do banho. In: OLIVEIRA, R. V.; GOMES, D.; TARGINO Ivan. Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens. João Pessoa: Ed. Universitária, 2011. p. 105-159.

BERNARDINO, I. L.; LACERDA, N. **Centros históricos brasileiros**: tensões entre a obsolescência imobiliária e a construção de novas espacialidades. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR). v.17, 2015, p.61 – 74.

BOMPASTOR, S. C. **CIDADE MODERNA X TRABALHO URBANO: A QUESTÃO DO COMÉRCIO AMBULANTE NO RECIFE NOS SÉCULOS XIX E XX**. Cad. Est. Soc. Recife, v. 10, n. 1, 1994, p. 25-40.

BRASIL, Decreto-Lei nº25, de 30 de novembro de 1937. **Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm)> Acesso em: 20 de set. 2022..

\_\_\_\_\_, Decreto-Lei Nº 2.041, de 27 de fevereiro de 1940. **Regula o exercício do comércio ambulante.** Disponível em < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2041-27-fevereiro-1940-411979-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=DECRETA%3A,Par%C3%A1grafo%20%C3%BAnico.>>. Acesso em 20 set. 2022.

\_\_\_\_\_, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: < Constituição da República Federativa do Brasil de 1988>. Acesso em 20 set. 2022.

\_\_\_\_\_, Lei Complementar nº. 128 de 19 de dezembro de 2008. **Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.** Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp128.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp128.htm) >. Acesso em 20 set. 2022.

\_\_\_\_\_, Decreto Nº 3.551, de 4 de Agosto de 2000. **Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.** Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3551.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm)>. Acesso em 20 set. 2022.

CABRAL, R. **A Igreja e o Pátio de São Pedro dos Clérigos em Recife:** notas sobre sua história e perspectivas para sua conservação. Revista Restauro, v. 3, n. 5, 2019.

CARVALHO, M. J. M. de. **Liberdade:** rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822- 1850. 2.<sup>a</sup> ed. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010

**CARTA DE BURRA.** ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. Austrália, 1980. Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Burra%201980.pdf>>.

**CARTA DE VENEZA.** II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos. Itália, 1964. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2022.

COSTA, A. M. **Calçada dos Mascates:** Promessas e desilusões de uma intervenção urbana: O olhar dos comerciantes informais. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Pernambuco, 2004.

COSTA, K. C. R. **O CENTRO DE RECIFE E SUAS FORMAS COMERCIAIS:** transformações e persistências. Dissertação de mestrado – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2003.

COUCEIRO, S. C. **ARTES DE VIVER A CIDADE:** CONFLITOS E CONVIVÊNCIAS NOS ESPAÇOS DE DIVERSÃO E PRAZER DO RECIFE NOS ANOS 1920. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

CRUZ, A. H. **Alugam-se e/ou vendem-se barracas:** descortinando os becos do centro histórico do Recife. Recife: UFPE: Relatório Final UFPE/PIBIC - CNPQ, 2021.

DPPC Recife. Plano de Preservação do Patrimônio Cultural do Recife. **Diagnóstico das Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural | Sítio Histórico de Santo Antônio e São José (ZEPH-10/14).** V. 1. Recife, 2020. Disponível em: <[https://conselhodacidade.recife.pe.gov.br/sites/default/files/2020/12/VOL%201\\_Diagn%C3%B3stico%20ZEPH-10%20e%2014\\_FINAL%20R1.pdf](https://conselhodacidade.recife.pe.gov.br/sites/default/files/2020/12/VOL%201_Diagn%C3%B3stico%20ZEPH-10%20e%2014_FINAL%20R1.pdf)>. Acesso em: 27 de jan. de 2021.

DPPC. Diagnóstico das Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural (ZEPH): **Análise das referências culturais e patrimônio cultural imaterial - Sítio Histórico de Santo Antônio e São José (ZEPH-10/14)**. Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural, Prefeitura da Cidade do Recife. Recife, 2020.

DUTRA, I. D. **A construção da Declaração de Significância Cultural, Integridade e Autenticidade (DSIA)**. Recife: Trabalho de Conclusão de Curso (Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Pernambuco, 2018.

DUTRA, I e LIRA, F. **(Re)Significando São José: a construção da Declaração de Significância Cultural, Integridade e Autenticidade (DSIA) para um trecho do bairro histórico de São José**. In: PONTUAL, V.; et al. São José: Olhares e Vozes em Confrontos: um bairro patrimônio cultural do Recife. 1. ed. Recife: Companhia Editora de Pernambuco (CEPE), 2021, p. 287 – 238.

FUNDARPE. **Patrimônios de Pernambuco: materiais e imateriais**. Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – Recife, 2011. Disponível em: <[https://issuu.com/echeverriama/docs/publica\\_\\_o\\_patrim\\_nios\\_de\\_ernambuco2](https://issuu.com/echeverriama/docs/publica__o_patrim_nios_de_ernambuco2)>. Acesso em: 20 de set. de 2022.

GUIMARAENS, C. **O Fotógrafo Benicio Whatley Dias**. Rio de Janeiro: Rio Books, 2019.

JARAMILLO, S. **Reflexiones sobre las políticas de recuperación del centro (y del centro histórico) de Bogotá**. In: CARRIÓN, F. El financiamiento de los centros históricos de América Latina y el Caribe. Quito: FLACSO, 2007. p. 151-202.

LACERDA, N. **A produção social dos interesses fundiários e imobiliários**. Caderno CRH, Salvador, v. 9, 1996. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/crhviewarticle.php?id=186&layout=abstract>>. Acesso em: 25 mar. 2021.

\_\_\_\_\_. **Valores dos bens patrimoniais.** In: Lacerda, N.; ZANCHETTI, S.. (Org.). *Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos*. 1 ed. Recife: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012, v. 1, p. 44-54.

\_\_\_\_\_. **Mercado Imobiliário de bens patrimoniais:** um modelo interpretativo a partir do Centro Histórico do Recife (Brasil). *Eure - Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales*. V. 44, p.113 - 132, 2018.

LACERDA, N.; ABRAMO, P. **O mercado de aluguel de imóveis comerciais em centros históricos brasileiros:** implicações da conservação inovadora e da destruição aniquiladora nos preços dos bens patrimoniais. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 2020.

LINS, A. G. da S. B. **Representações de identidades da Cidade Necessária (modelos e configurações urbanas distintas) na iconografia do Recife colonial:** planos de *Phernam-buquo ante-bellun* à restauração. Tese (Doutorado), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

LIRA, F. B. **Desafios contemporâneos da significância cultural, integridade e autenticidade do patrimônio cultural:** teoria e prática | Cultural significance, integrity and authenticity of cultural assets in the contemporary world: theory and practice. *Oculum Ensaio*, 17, p. 1–22, 2020.

LOUREIRO, C.; RIGATTI, D.; AMORIM, L. **Forma e uso social no espaço urbano: Porto Alegre e Recife.** In Pós. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU/USP*, São Paulo, n °5, 1995, p.17-31.

FELIX NETO, A. S.; LACERDA, N. **A dinâmica espacial do mercado imobiliário de compra e venda no Centro Histórico do Recife (2001-2017):** Relações entre padrões de ocupação, funcionalidades, normativas urbanísticas e preços. In: *Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*. XIX, Blumenau, 2022.

FELIX NETO, A. S. **São José (Recife):** implicações do comércio informal nos preços dos bens imobiliários. Recife: UFPE: Relatório Final UFPE/PIBIC - FACEPE, 2021.

FREYRE, G. **Guia Prático, Histórico e Sentimental da Cidade do Recife.** 3ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.

GUILLEN, I. C. M. **Mercado de São José:** contando histórias em um lugar de memória. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA ANPUH, 25, 2009, Fortaleza. Anais eletrônicos. Disponível: <[https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772004\\_c608149a6c2e07c37ece24c298de4a50.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772004_c608149a6c2e07c37ece24c298de4a50.pdf)>. Acesso em: 20 de set. 2022.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Manual do INRC.** Brasília: DPI/IPHAN, 2000.

KÜHL, B. M. **Notas sobre a Carta de Veneza.** Anais do Museu Paulista: Conservação e Restauração. São Paulo, v.18 n. 2, 287-320. Jul-dez, 2010.

\_\_\_\_\_. **Lugares de memória da cultura negra no Recife: inscrever a memória na cidade.** In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL 2018, Campinas, SP. Anais [...]. Campinas, SP, 2018.

LUCENA, L. B. M. D. **Viva o Mercado!:** a significância cultural do Mercado da Encruzilhada. Recife: Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Pernambuco, 2018.

MAIA, C. N. **Policiados:** controle e disciplina das classes populares na cidade do Recife, 1865-1915. Tese (Doutorado em História) – Programa de pós graduação em história, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2001.

MANAMI, H. **Conflito urbano e comércio informal: Quadros da repressão e da tolerância aos camelôs na cidade do Rio de Janeiro (1983-2009).** Dilemas -

Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, 2017. Recuperado de <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/14562/9822>.

MARANHÃO, L. **O mercado, sua praça e a cultura popular do nordeste**. Prefeitura Municipal do Recife: Recife, 1977.

MELO, M. C. L. **A relação dos mercados públicos de São José e da Boa Vista com a Cidade do Recife entre 1820 e 1875**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

MENEZES, J. L. M. (Org.). **Atlas Histórico Cartográfico do Recife**. Fundação Joaquim Nabuco. Edito Massangana. URB Prefeitura do Recife. Recife, 1988.

MENEZES, L. R. de. **Centro histórico e centro urbano em disputa: O mercado imobiliário como coordenador da competição entre os usos comercial e residencial em São José e na Boa Vista, Centro Histórico do Recife**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano. Recife, 2022.

MARICATO, E. in: SescTV. **A cidade africana**. YouTube, 01 de Abril de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0BnzKR9axl0&t=845s>. Acesso em: 23 de agosto de 2022.

MONTENEGRO, M. R. **A teoria dos circuitos da economia urbana de Milton Santos: de seu surgimento à sua atualização**. Revista Geográfica Venezolana, v. 53, 2012, p. 147-164.

MOURA JÚNIOR, C. O. **Economia, cotidiano e sociabilidade no comércio de rua: o caso de São Luís**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós Graduação, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2007.

MUNIZ FALCÃO, W. H. M.; SANTANA, K. E. S. de. **A intolerância contra religiões afro-brasileiras à luz da Constituição brasileira de 1988 e da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.** In: Fernanda Duarte Lopes Lucas da SILVA et al. XXI Congresso Nacional do CONPEDI - Direitos fundamentais e democracia II. 1ª edição. v. 01, p. 49-64. Florianópolis: CONPEDI, 2012.

NASCIMENTO, L. D. (2015). **Intervenções urbanas na cidade do Recife:** uma igreja no meio do caminho de uma avenida. Revista Brasileira De História & Ciências Sociais, 7(13), 2015, 138–160.

NÓBREGA, M. L. C. C. **Todo caminho da na venda:** a influência do comércio de varejo nas transformações físicas do espaço urbano. Os bairros do Recife, Santo Antonio e São José. 1970 – 2006. Dissertação de mestrado – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

\_\_\_\_\_. **Um estudo sobre as formas de apropriação do espaço público urbano pelos comerciantes de rua na cidade do Recife.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

\_\_\_\_\_. **Novos caminhos de São José.** IV Colóquio Internacional sobre o comércio e a cidade: uma relação de origem. Uberlândia: [s.n.]. 2013.

NÓBREGA, M. de L. C. da C. CÂMARA, C. D. **Por onde andamos consumidores:** um estudo sobre o Calçadão dos Mascates no Recife. São Paulo: III Colóquio [Inter]nacional sobre comércio e cidade: uma relação de origem, 2010.

NORA, Pierre. **Entre história e memória:** a problemática dos lugares. Revista Projeto História. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>>. Acesso em 20 de set. de 2022.

PAMPLONA, J. **A Atividade informal do comércio de rua e a região central de São Paulo**. In Caminhos para o centro: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo, Emurb, São Paulo, 2004, p. 312 - 313.

\_\_\_\_\_. **Mercado Informal, informalidade e comércio ambulante em São Paulo**. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 30, n. 1, 2013, p. 225-249.

PEIXOTO, P. **Tudo o que é sólido se sublima no ar: políticas públicas e gestão do patrimônio**. In CYMBALISTA, R.; FELDMAN, S.; KÜLH, B. M. (Orgs.). Patrimônio Cultural: memórias e intervenções urbanas. São Paulo: Annablume/Núcleo de Apoio e Pesquisa São Paulo, 2017.

PEREIRA, J. **Entre a memória e a transformação: São José e o plano de Gabaritos de 1965**. In: PONTUAL, V.; et al. São José: Olhares e Vozes em Confrontos: um bairro patrimônio cultural do Recife. 1. ed. Recife: Companhia Editora de Pernambuco (CEPE), 2021, p. 97 – 146.

PEREGRINO, LUCAS N.; BATISTA, MÉRCIA R. R.. **A Feira Central de Campina Grande (PB) e o Campo do Patrimônio: Disputas Por Espaço e Legitimidade**. In: Anais do Simpósio Científico 2017 - ICOMOS BRASIL. Anais[...] Belo Horizonte (MG) Instituto Metodista Izabela Hendrix, 2018. Disponível em: <[https://www.even3.com.br/anais/eventosicomos/60065-a-feira-central-de-campina-grande-\(pb\)-e-o-campo-do-patrimonio--disputas-por-espaco-e-legitimidade/](https://www.even3.com.br/anais/eventosicomos/60065-a-feira-central-de-campina-grande-(pb)-e-o-campo-do-patrimonio--disputas-por-espaco-e-legitimidade/)>. Acesso em: 20/ de set. de 2022.

PONTUAL, V.; CABRAL, R.; PEREIRA, J. M.; LIRA, F. **São José: Olhares e Vozes em Confrontos: um bairro patrimônio cultural do Recife**. 1. ed. Recife: Companhia Editora de Pernambuco (CEPE), 2021,

PONTUAL, V. **Fragmento de representações sobre a formação urbana do Recife e do Bairro de São José do século XVI ao XIX**. In: PONTUAL, V.; et al. São José: Olhares e Vozes em Confrontos: um bairro patrimônio cultural do Recife. 1. ed. Recife: Companhia Editora de Pernambuco (CEPE), 2021, p. 51 – 96.

PONTUAL, V. **Memória e descaracterização**: notas sobre narrativas literárias e técnicas do Bairro de São José Recife. In: PONTUAL, V.; et al. São José: Olhares e Vozes em Confrontos: um bairro patrimônio cultural do Recife. 1. ed. Recife: Companhia Editora de Pernambuco (CEPE), 2021, p. 430 – 483.

RECIFE. Decreto N° 2134/1953. **DIVIDE O MUNICÍPIO DO RECIFE EM ZONAS, PARA EFEITO DO COMÉRCIO AMBULANTE**. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 1953.

\_\_\_\_\_. Decreto N° 11.693/1980. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 1989.

\_\_\_\_\_. Decreto N° 14.725/1989. **Revoga os atos administrativos que facultem o exercício do comércio ou serviço, ambulante ou estacionado, nas condições que especifica e dá outras providências**. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 1989.

\_\_\_\_\_. Lei N° 2590/1953. **DISPÕE SOBRE NORMAS PARA CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS NAS ZONAS COMERCIAIS E RESIDENCIAIS**. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 1953.

\_\_\_\_\_. Lei N° 15.451/1990. **PROÍBE A PRÁTICA, POR PARTE DO EXECUTIVO, DA APREENSÃO DE MERCADORIAS PERTENCENTES A AMBULANTES E/ OU CAMELÔS, ATRAVÉS DA "CARROCINHA" OU "RAPA"**. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 1990.

\_\_\_\_\_. Lei N° 15.129/90. **Modifica dispositivo do Decreto no 14.725, de 07 de julho d 1989 e dá outras providências**. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 1990.

\_\_\_\_\_. Lei N° 16.053/1995. **Proíbe colocar, ainda que temporariamente, veículos, semoventes, reboques “trailers” e quaisquer outros bens, sobre**

**passeios públicos, canteiros divisores de pistas de rolamento, praça, parque e jardins públicos, e dá outras providências.** Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 1995.

\_\_\_\_\_. Lei Nº 16.164/1996. **Altera o art. 19 da Lei nº 16.053, de 17 de julho de 1995.** Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 1996.

\_\_\_\_\_. Lei Nº 16362/1998. **Trata do recolhimento de mercadoria do comércio informal e dá outras providências.** Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 1998.

\_\_\_\_\_. Lei Nº 18.422/2017. **DISCIPLINA A ATIVIDADE DE COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS EM VEÍCULOS AUTOMOTORES DE MÉDIO PORTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.** Recife. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei Nº Lei Nº 18770/2020. **Institui o Plano Diretor do Município do Recife, revogando a lei municipal nº 17.511, de 29 de dezembro de 2008.** Recife. 2008.

\_\_\_\_\_. Lei Nº 17.511/2008. **Promove a revisão do plano diretor do município do Recife.** Recife. 2008 Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-recife-pe>. Acesso em 1 set. 2022.

\_\_\_\_\_. Lei Nº 18.890/2022. **Dispõe sobre a administração e o funcionamento dos mercados públicos e seus anexos, pátios de feira, feiras livres, praças de alimentação e outros equipamentos diversos de promoção de comércio popular do Município do Recife.** Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 2022.

REIS FILHO, N. G. **Quadro da arquitetura no Brasil.** 4.ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

REYNALDO, A. **As catedrais continuam brancas.** Recife: Cepe, 2017.

RIBEMBOIM, Jacques (Org.). **Dois Bairros Irmãos**: O Patrimônio Imaterial dos Bairros de Santo Antônio e São José, no Recife. Olinda: babecco, 2017.

SANT'ANNA, M. **Rio de Janeiro**: patrimônio e cultura no fortalecimento do centro. In: A cidadeatração: a norma de preservação de áreas centrais no Brasil dos anos 1990 [online]. Salvador: EDUFBA-PPG-AU FAUFBA, 2017, p. 115 - 169.

SANTOS, J. E. dos. **Feira Livre e Circuitos da Economia Urbana**: Um estudo da feira da Pedra, em São Bento (PB). Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de do Rio Grande do Norte. Natal, 2012.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. **Globalização e Geografia**: a compartimentação do espaço. Caderno Prudentino de Geografia, n. 18, 1996.

SANTOS, M. **Pobreza Urbana**. 3.ed. São Paulo: Edusp, 1978 [2009].

\_\_\_\_\_. **O Espaço Dividido**: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos. 2.ed. - São Paulo: Editora da Universidades de São Paulo, 1979 [2004].

\_\_\_\_\_. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo, Edusp, 2002.

SANTOS, M. S.; PEIXOTO, P. **Patrimônios mundiais**: fragmentação e mercantilização da cultura. In: PONTES Jr., Geraldo R. [et. Al.] (Orgs.). Cultura, memória e poder: diálogos interdisciplinares. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2013. p. 47 - 67.

SANTOS, O. A. dos. **Dos Cantos aos Camelódromos**: Comércio de rua e territorialidade negra no Centro Antigo de Salvador. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

SILVA, C. S. M. **A dinâmica espacial do mercado imobiliário de aluguel comercial em áreas históricas dos bairros de Santo Antônio e São José (Recife)**. Trabalho de conclusão de Curso – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

TABOSA, M. C. de O. **Declaração de Significância Cultural, Integridade e Autenticidade (DSIA) como ferramenta de proteção do patrimônio moderno: (re)descobrimos os blocos de Mayumi de Souza Lima para a Unidade de Vizinhança São Miguel na SQN 107**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) — Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

TORELLY, L. P. **Patrimônio cultural: Notas sobre a evolução do conceito**. *Arquitextos*, 13 (149.04), 2012. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.149/4539>> Acesso em: 20 de set. de 2022.

TOURINHO, A. D. O. **Do Centro às novas centralidades: uma trajetória de permanências terminológicas e rupturas conceituais**. In: MARIA LÚCIA CAIRA GITAHY, J. T. C. D. L. *Cidades: impasses e perspectivas*. São Paulo: Fau/Annablume/FUPAM, 2007, p. 11 - 28.

UNESCO. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**: Paris, 2003. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Paris%202003.pdf>> Acesso em: 20 de set. de 2022.

VASCONCELOS, P. B.; MACIEL, C. A. A.; LACERDA, N. **Pelas frestas e becos do patrimônio: o lugar (in)visível no centro histórico protegido do Recife**. *REVISTA DE GEOGRAFIA (RECIFE)*. V. 35, 2018, p. 89 - 102.

VASCONCELOS, P. B.; MACIEL, C. A. A. **No mais entranhado da cidade: imagens e espacialidades dos becos no Centro**. *Histórico do Recife. Espaço e Cultura (UERJ)*, v. n.39, 2016, p. 117 - 138.

VIEIRA-DE-ARAÚJO, N. **Valores, significância, materialidade e imaterialidade:** a relação (simbiótica) entre Mercado e bairro de São José. In: PONTUAL, V.; et al. São José: Olhares e Vozes em Confrontos: um bairro patrimônio cultural do Recife. 1. ed. Recife: Companhia Editora de Pernambuco (CEPE), 2021, p. 359 – 424.

VILLAÇA, Flavio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo, Studio Nobel / Lincoln Institute, 2001.

ZANCHETTI, S.; MARINHO, G.; LACERDA, N. (Org.). **Revitalização do Bairro do Recife.** Plano, regulação e avaliação. Recife, Editora Universitária da UFPE, 1998.

ZANCHETTI, S. M. & HIDAKA, L. A declaração de significância de exemplares da arquitetura moderna. Centro de Estudos avançados da Conservação Integrada. Textos para discussão no. 57. Olinda, 2014.

ZANCHETTI, S. e LACERDA N. **A revitalização de áreas históricas como estratégia de desenvolvimento local:** avaliação do caso do Bairro do Recife. Revista Econômica do Nordeste, 30, 1999, p. 8-24.

ZANCHETTI, S.; LACERDA, N.; DINIZ, F. **Planejamento metropolitano:** uma proposta de conservação urbana e territorial. EURE (Santiago), v. 26, n. 79, 2000, p. 77-94.

ZANCHETTI, S. M. **O Recife do século XVIII como cidade barroca.** Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012.

ZANIRATO, S. H. **A restauração do pelourinho no Centro Histórico de Salvador, Bahia, Brasil. Potencialidades, limites e dilemas da conservação de áreas degradadas.** História, Cultura e cidade. Historia Actual On line, 14, (Otoño), 2007, p. 35 - 74.